ANTÔNIO MARCOS DE GUIDE

TPA – O MODELO DE TV PÚBLICA DE ANGOLA

Dissertação apresentada à Área de Concentração
Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo, Linha de Pesquisa
Jornalismo Comparado, como exigência parcial
para a obtenção do Título de Mestre em Ciências
da Comunicação, sob a orientação do prof. Dr.
Laurindo Lalo Leal Filho.

São Paulo

2007

ANTÔNIO MARCOS DE GUIDE

TPA – O MODELO DE TV PÚBLICA DE ANGOLA

Dissertação apresentada à Área de Concentração Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Linha de Pesquisa Jornalismo Comparado, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação do prof. Dr. Laurindo Lalo Leal Filho.

São Paulo

2007

COMISSÃO JULGADORA

BANCA:

À minha esposa Sônia Mítico Soeda, por ter compreendido as longas horas de estudos e também pela motivação. Às minhas filhas Helena e Heloísa, pelo incentivo. À minha mãe Cecília Silva de Guide, pela inspiração de luta e dedicação de uma vida inteira. A todos os colegas, profissionais, amigos e amigas que, de alguma forma, colaboraram com a concretização deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é trabalho assinado por uma única pessoa, mas na verdade é feito a muitas mãos. É impossível agradecer nominalmente a todos que contribuíram com a realização desta etapa fundamental em minha vida pessoal e profissional.

De qualquer forma, não posso deixar de agradecer em especial ao professor Laurindo Lalo Leal Filho, que com seu vasto conhecimento sobre comunicação, jornalismo e televisão, contribuiu de forma decisiva para que eu mudasse com sucesso o objeto da pesquisa a que inicialmente havia me proposto. Também rendo meus agradecimentos à professora Leila Leite Hernandez, que me ajudou a atravessar o terreno arenoso e muitas vezes perdido no tempo, da reconstituição de elementos da história de África em geral e Angola em particular.

Registro aqui ainda meus agradecimentos ao professor Luiz Fernando Santoro, pelo vasto conhecimento e experiência, aos jornalistas Marcelo Cancio, com suas observações oportunas, a Pascoal Gomes e Geórgia Pinheiro, que com seu apoio possibilitaram minha valiosa experiência pessoal e profissional na África. E não poderia deixar de lembrar o publicitário e fotógrafo Sérgio Guerra, grande conhecedor da alma angolana. Foi um desafio assumido e, agora, posso dizer, concluído. Quero dividir este sentimento de dever cumprido com todos que cruzaram minha vida nesses últimos três anos, no Brasil e em Angola.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da TPA – TV Pública de Angola – fazendo-se um paralelo com outros modelos de TV pública no Brasil, na Alemanha, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Para atingir o objetivo da pesquisa, a presente dissertação começa com uma pesquisa sobre a história de Angola, desde antes da colonização portuguesa até os dias de hoje. Em seguida relatamos a evolução dos meios de comunicação naquele país africano, dos jornais à Internet, com maior ênfase na TPA. Os capítulos seguintes relatam características de programação, capacitação profissional e relações com a sociedade da TV pública angolana. A conclusão estabelece um paralelo entre a TV de Angola e outros modelos de TV pública.

Palavras-chave: África, Angola, jornalismo, telejornalismo, comunicação, televisão, televisão pública, televisão educativa, televisão estatal.

ABSTRACT

This dissertation analyses the TPA – TV Pública de Angola – Public Television of Angola, building a parallel with different standards of public TV in Brasil, Germany, United States of America and England. To arrive at the main object of the research, the text starts with a research about Angolas's history, since before Portuguese domination until nowadays. Just after that, we present a evolution of Angola's mass communication midia, from newspapers to Internet, given more emphasis on TPA. The following chapters explain about program board, crew's professional capacitation and relationship with Angolas's society. The conclusion make a parallel betwen the TPA and different standards of public TV around the world.

Keywords: Africa, Angola, journalism, telejournalism, communication, television, public television, educational television, state television.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – DAS CARAVELAS À GLOBALIZAÇÃO HISTÓRIAS DE ÁFRICA E ANGOLA	
.....	13
1.1 – A terra do Homem	14
1.2 – Visões preconceituosas do desconhecido	18
1.3 – Os portugueses em Angola – Período "Afro-Português"	21
1.4 – Tráfico de escravos: os não-humanos	24
1.5 – O Império Português e a partilha da África	27
1.5.1 – A Europa se apodera da África	30
1.6 – Código do Indigenato e política de assimilação	37
1.7 – A luta pela independência	41
1.7.1 – A Revolução dos Cravos	45
1.8 – A guerra civil	50
1.9 – Enfim, a paz	59
1.9.1 – A reconstrução do país e da cidadania	63
1.9.2 – O relançamento da economia	64
CAPÍTULO 2 –DA SOMBRA DAS ÁRVORES ÀS PARABÓLICAS HISTÓRIAS DA COMUNICAÇÃO EM ANGOLA	
.....	67
2.1 – Publicações: jornais e revistas	73
2.2 – O rádio	82
2.3 – Agência de notícias	90
2.4 – Informação pela Internet	91
2.4.1 – Sítios abandonados	92
2.5 – TV: um dos tabus do colonialismo	93
2.5.1 – Informação ligada à orientação política	95
2.6 – A questão da liberdade de Imprensa	97
2.6.1 – Modernização das leis	101
CAPÍTULO 3 – TV PÚBLICA, DE ACESSO PÚBLICO, EDUCATIVA OU ESTATAL? MODELOS DE EMISSORAS PÚBLICAS	
.....	106
3.1 – O espaço público	108
3.2 – Os desafios da TV pública	113
3.3 – O modelo de TV pública da BBC	115
3.3.1 – Estrutura	116
3.3.2 – Recursos	117
3.3.3 – Gerenciamento público e prestação de contas	118
3.3.4 – Princípios éticos	119
3.4 – A TV pública nos Estados Unidos	121
3.4.1 – Programação	122
3.4.2 – Educação e ações comunitárias	123
3.4.3 – Desafios do futuro	124
3.5 – O modelo da TV Cultura do Estado de São Paulo	125
3.5.1 – Filosofia	126
3.5.2 – Receitas e estrutura técnica	127

3.5.3 – Independência e conteúdo	128
3.6 – A TV pública na Alemanha	131
3.6.1 – Recursos	132
3.6.2 – Estrutura e missão	133
CAPÍTULO 4 – A TV PÚBLICA DE ANGOLA: ESTRUTURA, ORÇAMENTO, PROGRAMAÇÃO, AUDIÊNCIA	135
4.1 – Estrutura	138
4.1.1 – Expansão do sinal	141
4.2 – Formas de financiamento e pessoal	145
4.2.1 – Orçamento e publicidade	146
4.2.2 – Direção e pessoal	153
4.3 – Programação	156
4.3.1 – Produção	164
4.4 – Audiência	165
CAPÍTULO 5 – O JORNALISMO NA TPA: LINGUAGEM, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SINDICALIZAÇÃO, AUTO-CENSURA	170
5.1 – Linguagens e influências do Brasil e de Portugal	174
5.2 – Pauta, reportagem e edição	180
5.3 – Pré-alinhamento e alinhamento	187
5.4 – Contratação e formação dos jornalistas	193
5.5 – Auto-censura	196
5.6 – Sindicalização	200
CONCLUSÃO	204
BIBLIOGRAFIA	210
ANEXO	218
FOTOS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES	
1 – Enesto Bartolomeu na bancada do <i>Telejornal</i> , 19/10/2004,	Capa
2 – Mapa da África, cerca de 1600, <i>Penguin Atlas of África History</i> , p. 79.....	23
3 – Mapa Cor de Rosa	29
4 – Mapa atual de Angola	49
5 – Ernesto Bartolomeu na bancada do TJ em 21/07/2004	97
6 – Joana Tomás em reportagem pelo interior de Angola, 18/08/2004, reprodução da TV	138
7 – Quadro de Direção da TPA	153 – 154
8 – Equipe no switcher durante apresentação do TJ	173

(Todas as fotos foram tiradas por Antônio Marcos de Guide; fotos dos Diretores da TPA: divulgação; mapas são reproduções)

INTRODUÇÃO

Brasil e África estão próximos por laços culturais, étnicos e geológicos. No período da Pangea, o único continente, o Brasil e a costa Oeste africana estavam ligados numa única extensão de terra. A ligação continuou bem depois, apesar de já ter o Oceano Atlântico entre os dois gigantes, na forma cruel do comércio de escravos africanos, trazidos por navios negreiros para a mais promissora colônia portuguesa. Aí estão outros elos com os africanos de Angola: a língua e a cultura lusitanas.

A despeito de tantas identidades, o Brasil pouco ou quase nada sabe a respeito de Angola. Paradoxalmente, Angola conhece melhor o Brasil, pois recebe a programação das TVs Globo e Record, e muitos angolanos vêm a São Paulo e ao Rio de Janeiro estudar e fazer compras. Notei essa dicotomia quando me preparava para embarcar em direção a Luanda, a capital angolana, para trabalhar como consultor de telejornalismo na TPA – Televisão Pública de Angola: as informações eram escassas e muitas vezes superficiais. Depois, pesquisando melhor, encontrei farta bibliografia de autores portugueses, angolanos e brasileiros, que fornece um quadro mais preciso de Angola, em seu processo histórico, econômico, cultural e social. No entanto, os meios de comunicação em geral e a TPA em particular são praticamente desconhecidos dos pesquisadores das Ciências de Comunicação. Por isso, a finalidade deste trabalho foi realizar pesquisas bibliográfica e de campo, por meio das quais pudesse descrever o histórico, a estrutura, o funcionamento, a programação e as relações políticas e sociais da TPA com o Estado e a sociedade angolana, que na verdade não existe como a entendemos no Brasil. A sociedade civil de Angola está em pleno processo de formação, após o fim da guerra em 2002.

Não foi, entretanto, minha proposta inicial de dissertação. No final de 2003 propus uma análise comparativa entre os três telejornais policiais exibidos no final

da tarde e à noite na Grande São Paulo. No entanto, após minha estada de seis meses em Luanda, de julho a dezembro de 2004, em pleno período de mestrado na ECA, em comum acordo com meu orientador, decidi modificar o objeto de pesquisa, pois a dissertação sobre a TPA seria um trabalho inédito, trazendo informações que não estavam disponíveis nas bibliotecas universitárias nem nas livrarias. Como essa decisão foi tomada só após minha volta ao Brasil, no início de 2005, não pude planejar a obtenção de amostras da programação da TV pública angolana. Trouxe, porém, diversos textos dos jornalistas com os quais trabalhava na emissora, além de pré-espelhos e espelhos (que lá eles chamam de pré-alinhamento e alinhamento final), além da experiência adquirida como consultor de telejornalismo na TPA, prestando serviços a uma empresa contratada pelo governo de Angola.

Desta forma, a pesquisa não se refere a uma análise da programação da emissora, mas sim do modelo de TV pública em Angola, um país que enfrentou um regime de colonização portuguesa ainda mais agressivo do que no Brasil, sob o signo da escravização e depois de uma política de assimilação que incluía trabalhos forçados. Os angolanos tiveram que arquitetar uma sangrenta guerra para a libertação de Portugal e, após a Independência, divididos em três grandes facções políticas, ainda enfrentaram quase 30 anos de guerra civil, alimentada por disputas internas de poder e pelo ambiente de Guerra Fria dos anos 1970 e 1980.

Portanto, para entender o modelo de TV pública era preciso recuar no tempo e resgatar, no primeiro capítulo, a história de Angola, desde o período pré-colonização, passando pelos séculos de dominação portuguesa, as lutas pela independência e a guerra civil que destruiu boa parte do país, agora em pleno processo de reconstrução.

Em seguida, graças a pesquisas bibliográficas e entrevistas, consegui reconstituir a história da evolução dos meios de comunicação, dos primeiros jornais à Internet, com ênfase especial à TV. Nesse ponto o trabalho aborda questões

relevantes, como a formação e capacitação profissional dos jornalistas e a relação do governo, mantenedor da TPA, com os jornalistas e a sociedade. Por ter sido de início um governo de inspiração marxista-leninista, o controle dos meios de comunicação era prática assentada e aberta. Somente a partir dos anos 1990, em função do fim da Guerra Fria, da queda do Muro de Berlim e da maior influência da globalização mesmo em países periféricos, Angola iniciou um processo de democratização e abertura econômica, que se refletiu também, embora timidamente, nas relações do governo com os meios de comunicação.

No terceiro capítulo, iniciado com uma introdução sobre o conceito de espaço público, apresento modelos de TVs públicas do Brasil, da Alemanha, dos Estados Unidos e da Inglaterra, para servirem de parâmetro para o modelo próprio da TPA.

Os dois capítulos seguintes são um mergulho no modelo de TV angolana. Por ser a única emissora do país ainda hoje, neste início de 2007, não há nenhuma referência próxima, a não ser as emissoras internacionais emitidas via satélite por empresas de TV paga, acessadas por antenas parabólicas, privilégio de uma pequena camada da população. Mas como são programações geradas externamente, com exceção da RTP portuguesa, que mantém escritórios de correspondência nos antigos países colonizados, não é possível fazer qualquer tipo de correlação, ao menos dentro do escopo do atual trabalho.

A pesquisa se limita a analisar o objeto de estudo durante o período que vai de minha chegada a Luanda, em julho de 2004, a junho de 2006, quando o distanciamento passou a dificultar a obtenção de informações relevantes à dissertação. Uma característica da TPA e da sociedade angolana em geral é a falta de transparência na distribuição de informação. O fato de viver uma dura guerra civil durante décadas transformou o angolano num indivíduo reservado, pouco afeito a abrir-se para estranhos ou para o exterior. Presenciei reações iradas contra a tentativa de fotografar pessoas nas ruas e até mesmo a detenção de equipes de

TV por policiais, apesar de estarem autorizadas por órgãos oficiais a realizar reportagens externas. Isso certamente vai mudar com o avanço do processo de democratização, que prevê a realização de eleições gerais neste ano de 2007. As únicas eleições democráticas realizadas desde a Independência aconteceram em 1992. E o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, do MPLA, está no poder desde 1979, após a morte de Agostinho Neto.

A conclusão da pesquisa, finalmente, procura situar o modelo angolano diante das referências de outros países, em especial a BBC, considerada paradigma de modelo de TV pública, sem perder de vista as circunstâncias históricas, sociais, econômicas, culturais e étnicas de Angola, um país em que a expectativa média de vida não chega aos 50 anos (índice registrado na Europa no início do século XX), o índice oficial de analfabetismo supera os 30% da população e a taxa de prevalência de doenças como a Aids e a malária é muito superior à média mundial.

Também é importante não perder de vista as limitações do mestrando que ora finaliza sua dissertação. Coursar mestrado na ECA/USP, a partir de fevereiro de 2004, significou para mim retornar aos bancos escolares depois de 23 anos da conclusão do curso de Jornalismo em minha cidade natal, Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Trata-se, portanto, do trabalho de um repórter acostumado à objetividade dos textos escritos num mesmo dia, não raramente em poucos minutos, e que há muito sentia a necessidade de voltar a estudar para somar, à experiência profissional de campo, uma sólida base teórica, construída através de elementos de pesquisa científica, obedecendo ao rigor científico acadêmico tão caro à Universidade. Portanto, acredito que o principal mérito deste trabalho seja reunir, num único lugar, um considerável volume de informações sobre Angola em geral e a Televisão Pública de Angola em particular, servindo como esteio ou ponto de partida para pesquisadores interessados em se aprofundar no tema.

CAPÍTULO 1

DAS CARAVELAS À GLOBALIZAÇÃO

HISTÓRIAS DA ÁFRICA E DE ANGOLA

“Como em outros territórios da África, a instabilidade das chuvas e as secas são elementos condicionantes da própria história dos povos. Estes foram adaptando-se a vários contextos também marcados por migrações e invasões de povos africanos em movimento. No transcorrer dos séculos suas culturas mantiveram-se, transformaram-se ou ainda foram tão modificadas que praticamente desapareceram.”

Leila Leite Hernandez, professora e historiadora

A riqueza tem ligação direta com a luminosidade. Basta conferir as fotos da Terra feitas à noite pelos satélites que circundam o planeta. Nos Estados Unidos e Canadá, na Europa e em partes da Ásia, especialmente no Japão, na Índia, em partes da China e na Coreia do Sul, as luzes que emanam das cidades formam grandes clarões, vistos a quilômetros de distância do solo.

Já no Alasca, na América do Sul, na Eurásia, grandes regiões da Ásia e na Austrália, os focos de luz são bem mais esparsos, concentrados em áreas metropolitanas. E a África é, nitidamente, o continente menos iluminado do planeta.

Foi nisso que pensei quando o Boeing 747 da TAAG – a empresa estatal de aviação de Angola – sobrevoava Luanda para aterrissar no Aeroporto 4 de Fevereiro, por volta das 22 horas do dia 4 de julho de 2004, na minha chegada para uma temporada de trabalho de seis meses na TPA. Ao contrário da profusão de luzes que se vê ao chegar a São Paulo, Tóquio, Nova Delhi ou Madri, a iluminação pública era escassa, apesar de estarmos pousando numa cidade onde calcula-se que vivam de 3 a 4 milhões de pessoas.

Luanda, fundada oficialmente em 1575 pelos portugueses, foi construída como cidade colonial, para receber algumas centenas de milhares de habitantes. Mas a guerra civil, entre 1975 e 2002, provocou o êxodo de milhões de angolanos, fugindo da violência nas áreas onde era mais sangrento o conflito. A guerra acabou, mas deixou para trás um país semi-destruído, em que energia elétrica e água encanada ainda são luxo para poucos.

Para entender este país de promessas e contradições é importante retornarmos no tempo, ampliarmos a visão do mapa da África e das imediações, quando as noites eram ainda mais escuras e os habitantes desse imenso continente podiam manter suas rotinas, tradições e crenças, sem interferências externas.

1.1 – A TERRA DO HOMEM

A História do homem no continente africano pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da colonização européia. O período inicial é extenso, entre dois e cinco milhões de anos, e há consenso entre os cientistas de que foi na África onde surgiram as primeiras linhagens humanas que culminaram no *Homo sapiens*.¹ Os fósseis encontrados no continente revelam que a espécie surgiu no continente “há cerca de 130 mil anos e que o seu deslocamento povoou a Europa há 40 mil anos”, de acordo com Ana Mónica Lopes e Luiz Arnaut:

A ousada pesquisa da equipe de Allan Wilson, de rastreamento de polimorfismos no DNA mitocondrial de mulheres descendentes de diferentes grupos, portanto com fenótipos diferentes, concluiu que a humanidade teria como origem comum uma mulher subsaariana que foi designada “Eva, mãe de todos nós”

¹ Para mais detalhes, consultar WELLS, SPENCER, *The Journey of Man, A Genetic Odissey*, Princeton University Press, 2002

(...) Hoje é possível constatar a presença de negros em civilizações antigas na Ásia, na América e na Europa, o que nos leva a pensar numa diáspora africana. Não estamos nos referindo ao processo que possibilitou o povoamento do mundo (entre 5 milhões de anos atrás e o fim do período glacial), mas a um desenvolvimento técnico, que efetivou o contato entre as antigas civilizações africanas e as populações de outros continentes.²

Cientistas norte-americanos em Nova York, em outubro de 2005, confirmaram a datação de três crânios descobertos em 1997, na Etiópia, como tendo cerca de 160 mil anos. Esses são os fósseis mais antigos conhecidos de ancestrais imediatos dos humanos modernos. A descoberta empurra a origem da espécie humana pelo menos 30 mil anos para trás e reforça a tese de que a espécie humana tenha surgido e evoluído, de fato, no continente africano.

O deslocamento dentro da África foi lento, devido aos obstáculos naturais, como desertos, grandes rios com cachoeiras e florestas. Somente entre 2000 e 3000 anos atrás é que povos de origem banto saíram de áreas próximas ao Lago Vitória em direção ao sul da África. Esse movimento migratório aconteceu através de dois ramos principais, um em direção ao Transvaal e outro no sentido sudoeste, até as atuais Zâmbia, Zimbábue e Angola.

Uma segunda leva de migrantes de língua banto saiu do atual Camarões em direção ao sul, seguindo o litoral ou o curso dos rios, descendo até a foz do rio Congo. Em contraste com os migrantes da outra leva, que já usavam ferramentas de ferro, esse segundo movimento migratório era formado por povos que utilizavam ferramentas de pedra e cultivavam raízes. Por volta do início da era Cristã, as populações desses dois fluxos se encontraram, provavelmente no norte de Angola.³

² LOPES, ANA MÓNICA e ARNAUT, LUIZ, *História da África, uma introdução*, Editora Crisálida, Belo Horizonte, 2005, p. 21-22

³ Veja mais detalhes com WOLF, ERIC R., *Europe and the People Without History*, University of California Press, 1982

Esse avanço deslocou as populações de fala khoisan, caçadores e coletores, em direção ao sul, por volta de 500 DC. Eles ainda vivem no sul de Angola e áreas da Namíbia e África do Sul, identificados como khoi-khoi (hotentotes), que criam gado, e os san, (bosquímanos), coletores.

A veracidade desses movimentos migratórios é reforçada por John Iliffe, ⁴ o qual afirma que os bantos chegaram ao território hoje conhecido como Angola nos primeiros séculos do cristianismo. Por volta de 1400, essas populações viviam em vilas separadas por vastas extensões de terra, explorando tanto o ambiente da savana quanto das matas, que ficavam próximas, em regiões ao norte de Angola e ao sul do Congo/Zaire/República Democrática do Congo.

A população do Senegal à Nigéria era estimada, por volta de 1500, em 11 milhões. A região subsaariana, que inclui Angola, teria 8 milhões de habitantes nessa mesma época. A introdução de culturas de milho e mandioca provavelmente contribuiu para um aumento dessa população para 20 milhões e 10 milhões, respectivamente, por volta de 1800 (WOLF, ERIC R., 1982).

O aumento populacional era severamente limitado por doenças, sendo a malária, provavelmente, já a maior causa de mortes, especialmente entre as crianças. A mosca tsé-tsé, causadora da doença do sono, era outra ameaça. Missionários do século XVI que viveram na África ao sul do Saara relataram práticas de medicina mágica e tradicional, com uso de ervas, unguentos, purgativos e medicamentos com poderes mágicos. Nas vilas, curandeiros, parteiras e cirurgiões barbeiros gozavam de poder e influência.

A fome era um segundo obstáculo ao crescimento das populações. Registros dos portugueses em Angola no século XVI mostram que grandes fomes aconteciam em média a cada 70 anos, geralmente provocadas por fortes secas. Acompanhadas de epidemias, podiam eliminar de um terço até a metade das populações,

⁴ ILIFFE, JOHN, *Africans, the History of a Continente*, Cambridge University Press – 1995

comprometendo o crescimento demográfico de uma geração inteira. Ainda nos anos 1980 Angola enfrentou mais de uma seca severa. (ILIFFE, JOHN, 1995, p. 66–67)

Quanto às crenças, John Iliffe chama a atenção para a falta de registros escritos na África não-islâmica, o que tornava as idéias e práticas religiosas dependentes de transmissão oral, geração após geração. Isso fazia com que os ritos e mitos sofressem mudanças ao longo do tempo, mantendo intocada, de qualquer forma, a preocupação central dos africanos pela fertilidade das mulheres e das colheitas.

As religiões da África equatorial são as mais acessíveis, porque os africanos de fala banto preservaram uma certa homogeneidade nas tradições religiosas, através da linguagem. Isso mostra que eles dividiam idéias de um espírito criador, acreditavam em espíritos ancestrais e naturais, cultuados por encantadores, homens e mulheres com poderes mágicos. Dessa base comum, cada sociedade desenvolveu diferentes idéias e práticas religiosas. No final do século XV, o povo do Congo, por exemplo, demonstrava ter uma vaga noção de um “poder elevado”, *nzambi mpungu*, mas os poderes espirituais mais ativos entre eles eram espíritos ancestrais ou naturais. Cada família se comunicava com seus ancestrais através de rituais públicos, realizados à beira dos túmulos. A fertilidade da agricultura, uma preocupação básica das comunidades, estava na esfera de espíritos da natureza, que eram servidos por “chefes da terra” e podiam se comunicar com homens e mulheres, possuídos por essas forças sobrenaturais.⁵

Sobreviver na África, em povoados dispersos, muitas vezes isolados, ameaçados por doenças, seca, calor e fome, era e, em muitos lugares, ainda é um desafio diário para milhões de pessoas. Como observa o jornalista polonês Ryszard Kapuscinski, que foi correspondente na África a partir dos anos 1950 e conhece

⁵ ILIFFE, JOHN, *Africans, the History of a Continente*, Cambridge University Press, 1995, p. 87–88

bem o continente, para fugir às ameaças, a estratégia usada pelos africanos era a mobilidade, “a capacidade de escapar aos confrontos directos, evitar o perigo e levar a melhor. Assim, o africano tradicional estava constantemente em trânsito. (...) Só a vida na cidade trouxe um pouco mais de estabilidade a esta existência”. Durante milhares de anos, os africanos deslocaram-se a pé, geralmente em busca de água ou fugindo a alguma ameaça, da natureza ou de tribos rivais. E tudo que tinham que carregar levavam às costas ou na cabeça, como ainda hoje pode-se ver nas cidades e no campo, principalmente mulheres a equilibrar grandes sacos ou vasilhas sobre um pano ajeitado na cabeça, muitas vezes com um filho no colo e outro amarrado às costas.

Como é que os navios chegaram aos lagos do interior do continente? Foram desmontados nos portos de mar, as diferentes partes foram transportadas à cabeça e os navios foram reconstruídos nas margens dos lagos. Cidades inteiras, fábricas, gruas, centrais eléctricas, hospitais foram decompostos em partes e transportados para o interior de África. Toda a civilização técnica do século XIX foi levada para o interior à cabeça dos seus habitantes.

Os habitantes do Norte de África, do próprio Sara, tinham mais sorte: podiam recorrer aos animais de tracção – os camelos. Mas os camelos e os cavalos não conseguiram adaptar-se à África a sul do Sara – morriam vítimas da mosca tse-tsé ou de doenças mortais próprias dos trópicos húmidos.⁶

1.2 – VISÕES PRECONCEITUOSAS DO DESCONHECIDO

Desde o estabelecimento dos feudos e Estados-nação os europeus se consideram o apogeu da civilização humana. Durante séculos, mantiveram contato e comércio com povos da Ásia e do Oriente, através de rotas terrestres. A Europa era uma espécie de “ilha” da civilização ocidental cristã e perscrutava o resto do mundo

⁶ KAPUSCINSKI, RYSZARD, *Ébano, Febre Africana*, Edições Chá de Caxinde, Luanda, 2001, p. 28–29

com olhos céticos, tendo como parâmetro a simbologia cristã e os conhecimentos sociológicos e científicos da época, que quase sempre funcionavam como um espelho dos próprios europeus. Tudo que fosse diferente ou ameaçador era visto, portanto, através dessa cortina de valores que colocavam a Europa no centro do mundo.

A cartografia medieval é um exemplo disso: o Mapa do Salmo, de 1250, baseado no Gênesis, representava três continentes, associados aos filhos de Noé: “a Ásia, na parte superior, era entendida como o ‘Éden terrestre’, abaixo, ao lado da Europa, está representada a África como o território de monstros” (ARNAUT & LOPES, 2005, p. 13)

Durante os séculos XVIII, XIX e início do XX, em pleno florescer da ciência moderna, o conhecimento acadêmico europeu dividia o continente em duas partes distintas: a África “branca”, dos povos que viviam do outro lado do Mar Mediterrâneo, entre o atual Marrocos e o Egito, e a África “negra”, compreendida pelos povos subsaarianos. O deserto do Saara era o grande divisor, e acreditava-se que os africanos “brancos” jamais tiveram contato com os “negros”.

Esse tipo de concepção era introjetada na ciência da época. O suíço Charles Linné (1707–1778), conhecido como o “Pai da Taxonomia” (parte da Botânica ou da Zoologia que se ocupa da classificação de seres e organismos), classificava em 1778 o *Homo sapiens* em cinco variedades: homem selvagem, americano, europeu, asiático e africano, o qual descrevia como “negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho”. (Apud HERNANDEZ, LEILA LEITE, 2005, p. 18–19).

Mesmo George W. Friedrich Hegel (1770–1831), um dos filósofos mais importantes da era moderna, em um de seus textos em que abordava a natureza, dividia a África em três partes distintas: uma setentrional, mediterrânea, incluindo

Marrocos, Argélia Tunísia e Líbia; outra meridional, com Egito, o deserto do Saara e o Níger e por último a “África propriamente dita”, quase desconhecida, ao sul do deserto do Saara.

A África propriamente dita é difícil de ser compreendida, pela simples razão de que, em referência a ela, somos obrigados a abrir mão do princípio que naturalmente acompanha nossas idéias, a categoria de Universalidade. (...) O Negro, como já observado, mostra-se como homem natural, em seu estado selvagem e inculto. Temos que deixar de lado qualquer pensamento de reverência ou moralidade – tudo que podemos sentir – se quisermos compreendê-lo corretamente; não há nada que se harmonize com humanidade a ser encontrado nesse tipo de pessoa.⁷

Esse era o pensamento hegemônico na Europa, entre os séculos XVIII e início do XX. Antes disso, a historiografia dispõe de relatos de cronistas do reino português, que acompanharam as viagens exploratórias pela costa da África, a partir do século XV. A conquista de porções da África por Portugal foi resultado do desenvolvimento tecnológico da navegação, no início da era moderna. Os árabes já navegavam pelo Oceano Índico há bastante tempo, em curtas viagens. Em 1417, uma frota chinesa, com grandes navios de 2 mil toneladas e vários mastros, chegou a tocar o litoral da África Oriental: realizou trocas comerciais que de forma alguma custearam a dispendiosa viagem. O comandante Zheng He levou exemplares de coisas e animais que considerou exóticos para exibir em Pequim, inclusive uma girafa. Satisfeita a curiosidade, os chineses jamais voltaram.⁸

A revolução nas técnicas de navegação foi alcançada pelos portugueses, praticamente à mesma época. Com caravelas de 200 toneladas, bem mais leves e

⁷ ROUX, A. P. e COETZEE, P. H., *The African Philosophy Reader*, Editora Routledge, Inglaterra, 2003, p. 141–142

⁸ Veja detalhes com MCEVEDY, COLIN, *The Penguin Atlas of African History*, Penguin Books, Inglaterra, 1995, p. 66

velozes que os barcos chineses, podiam navegar até mesmo contra o vento, e baixaram muito os custos das expedições marítimas em direção ao desconhecido. A primeira conquista portuguesa aconteceu em 1415, com a tomada de Ceuta, em águas do Mediterrâneo. Eles não imaginavam ainda a enorme extensão que teriam de contornar pelo litoral ocidental africano, através do Oceano Atlântico, até atingir o outro lado da África, o Índico, para finalmente chegar às Índias, com quem os europeus tinham um intenso comércio, principalmente de especiarias.

Esse processo de descobertas sucessivas levou décadas: em 1420 os portugueses descobriram a Ilha da Madeira e em 1431 os Açores. Em 1434, ultrapassaram o Cabo Bojador, no atual Senegal. Em 1456 chegavam a Cabo Verde e em 1482 a São Jorge da Mina. Em 1487, Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança e finalmente encontrou a rota marítima para as Índias, abrindo caminho também para a descoberta e colonização de Moçambique, Goa e Timor Leste.

O que motivava a exploração marítima portuguesa, além da descoberta do caminho das Índias, era o interesse por prata, ouro e escravos e também a busca pelo reino de Preste João, que seria um soberano cristão dono de terras riquíssimas, de acordo com referências mitológicas do início do século XV.

1.3 – OS PORTUGUESES EM ANGOLA – PERÍODO “AFRO-PORTUGUÊS”

Em 1482, Diogo Cão chegou ao rio Zaire, também conhecido como rio Congo. Entrando pelo estuário, o navegador encontrou o reino do Congo, que abrangia uma grande área ao norte de Angola, parte da atual República Popular do Congo e da República Democrática do Congo. A capital do reino, Mbanza Congo (Cidade do Congo) é ainda hoje a capital da província angolana do Zaire. Esse reino era um dos mais organizados da África subsaariana, e sobreviveu até 1665, quando foi destruído por tropas lusas, africanas e brasileiras, lideradas pelo brasileiro André Vidal de Negreiros.

O reino, formado a partir do século XIII, dividia-se em seis províncias, onde ficavam as aldeias, organizadas segundo o princípio de linhagem matrilinear, “às quais se juntavam linhagens clientes e escravos, em decorrência de crimes praticados ou por terem sido feitos prisioneiros de guerra” (HERNANDES, LEILA LEITE, 2005, P. 563).

Os portugueses voltaram em 1490, com presentes do rei de Portugal ao rei do Congo. As caravelas levavam mercadorias, frades franciscanos e trabalhadores que construíram uma igreja e um palácio para o rei Nzinga a Nkuvu, retornando a Lisboa com marfim, tecidos e escravos. Entre 1483 e 1575, a política ultramarina de Portugal costuma ser chamada de “período afro-português”, pelas relações geralmente amistosas que eram mantidas entre os lusos e os povos africanos.

No início, essa relação foi marcada por trocas e cordialidades: o próprio rei do Congo entregava escravos para serem comercializados com os portugueses, que forneciam mercadorias e até armas. Em 1512, o Manicongo (Senhor do Congo) converteu-se ao cristianismo, tendo recebido o nome de D. João I. O sucessor, Nzinga Muemba, aprofundou a mesma estratégia: em 1523, com o nome de D. Afonso I, foi nomeado primeiro bispo do Congo, sagrado em Roma pelo próprio papa, numa aliança com os portugueses.

Todavia, Colin McEvedy observa que o fato do rei, de nobres e de súditos do reino do Congo terem se convertido para o cristianismo não significa que na prática tenham se tornado cristãos, na concepção ocidental do termo. “Pelos costumes africanos, as novas crenças eram aceitas como mais uma entre as crenças nativas e não como uma teologia exclusiva (...) Na costa leste (região do atual Moçambique), os árabes aceitavam a suzerania portuguesa, mas mantinham-se muçulmanos. No interior, os bantos não se convertiam ao cristianismo, tampouco ao islamismo” (MCEVEDY, COLIN, 1995, p. 76).

Sob essa ótica, a conversão do reino do Congo ao cristianismo poderia não passar de uma manobra política dos africanos, vendo a importância que os portugueses davam ao tema, como destacam Lopes e Arnaut:

(...) a adoção do cristianismo como religião oficial pode ser percebida como uma estratégia política para obter algumas vantagens. Nas cartas destinadas ao rei de Portugal, observa-se uma atitude de respeito por parte do soberano africano, mas também pode-se notar as inúmeras solicitações de envio de material de construção e de profissionais especializados. Podemos assim inferir que tal relação se efetivava num jogo de interesse, pois em meados do século XVI o rei do Congo demonstra resistência e desinteresse pela presença portuguesa no seu território.⁹

A África, por volta de 1600 DC

A partir de 1575, com o enfraquecimento do reino do Congo como aliado, os portugueses passaram a enfrentar resistência à ocupação. Ganharam algumas batalhas, mas os povos africanos da região formaram a Coligação de Kuanza (o principal rio de Angola) e impuseram várias derrotas militares aos lusitanos.

⁹ LOPES, ANA MÓNICA e ARNAUT, LUIZ, op. cit., p. 52

As regiões de Luanda e Benguela (cf. mapa na página anterior) tornaram-se pontos importantes para o domínio português no Atlântico Sul, além de servirem como portos de embarque de escravos. Em 1575, Paulo Dias de Novais se estabeleceu em Luanda com 400 soldados e 100 famílias de colonos para plantar açúcar. Em 1605, com o pomposo nome de São Paulo da Anunciação de Luanda, o lugarejo se tornou cidade, já com 400 famílias de colonos, a maioria formada por desterrados, cercados por milhares de africanos. Benguela, mais ao sul, foi fundada em 1617.

1.4 – TRÁFICO DE ESCRAVOS: OS NÃO-HUMANOS

Essa primeira fase de colonização portuguesa foi um misto de empreendimento comercial, sob controle de militares, com a participação de religiosos, que viam nas novas terras descobertas um território povoado por muitas almas a serem convertidas, geralmente suscetíveis e indefesas diante da supremacia tecnológica e militar dos europeus.

Desterrados e militares passaram a ocupar áreas próximas ao litoral sob o peso dos tacões, atacando os povos que não se submetiam pacificamente. Esse avanço violento pela África garantiu a Portugal o monopólio da exploração organizada do escravismo, do século XVI à metade do século XVII.¹⁰

Em 1641, os holandeses ocuparam Luanda, buscando na fonte os escravos de que necessitavam para as lavouras de cana-de-açúcar de Pernambuco, onde o conde Maurício de Nassau tentava implantar uma colônia holandesa, financiada pela Companhia das Índias Ocidentais, sofrendo forte resistência dos portugueses.

¹⁰ Para quem tem interesse mais detalhado no movimento de exploração da escravidão, favor consultar também BLACKBURN, ROBIN, *A Construção do Escravismo no Novo Mundo*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2003; LOVEJOY, PAUL E., *A Escravidão na África – Uma História de suas Transformações*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002 e BOXER, CHARLES R., *O Império Marítimo Português*, Cia. Das Letras, São Paulo, 2002

A invasão dos holandeses durou sete anos, período ao longo do qual não conseguiram alavancar o comércio de escravos, pois mantinham controle do litoral mas não se aventuravam pelo interior, onde os portugueses tinham maior penetração e atuavam para convencer e/ou dominar os povos nativos, obtendo escravos através de negociações ou de guerras. Em 1648, uma frota de navios que partiu do Rio de Janeiro, comandada pelo brasileiro Salvador Correia de Sá, atacou e expulsou os holandeses de Luanda. Nesta mesma época os portugueses conseguiram vencer a guerra com os povos do Ciclo de Kuanza, retomando uma fortaleza na embocadura do rio e assumindo novamente o controle de toda a faixa litorânea entre Luanda e Benguela.

Durante mais de 200 anos, militares, colonos e missionários portugueses enveredaram por uma faixa de até 200 quilômetros de distância da costa, no interior da atual Angola, em busca de escravos e de almas. Contavam com a ajuda de guias africanos, que conheciam as terras e faziam contato com os chefes locais. Muitas vezes esses encontros não eram pacíficos, e havia enfrentamentos sangrentos, quase sempre vencidos pelos europeus.

Do controle de grande parte do trato negreiro ao domínio do território de Angola, a passagem foi pontuada por “guerras de pacificação”, nas quais os portugueses submeteram os vários e numerosos grupos etnolinguísticos de origem banto, que podem ser reunidos em nove grupos que, ainda hoje, habitam o território angolano: ambós, bakongos, hereros, lunda-tchokues, ngangualas, nhanecas-humbes, ovimbundos, kimbundos e xindongas.¹¹

Três desses grupos eram e permanecem dominantes em Angola: os bakongos, a etnia do antigo reino do Congo, é a terceira maior, habitando principalmente as províncias de Uíge, Zaire e Cabinda, ao norte. Eles falam a língua

¹¹ HERNANDEZ, LEILA LEITE, op. cit., p. 567

bakongo. O segundo grupo étnico mais importante é integrado pelos mbundos, que ocupavam grande parte do território acima do rio Kuanza, até o Bengo, passando por Luanda, e falam a língua kimbundo. O grupo majoritário é formado pelos ovimbundos, que falam a língua umbundo e ocupam principalmente as províncias de Benguela, Bié e Huambo, entre a faixa litorânea e o planalto central. Cada um desses grupos, em especial os ovimbundos e mbundos, eram integrados por dezenas de povos reunidos por identidades culturais e étnicas, que viviam espalhados pelo vasto território angolano.

Durante quatro séculos, cerca de 12 milhões de africanos de etnias angolanas e também de povos da Nigéria e Daomé (Benin), foram arrancados de seus povoados, ou entregues por seus chefes ou inimigos, sendo embarcados em navios negreiros para trabalho escravo no Novo Mundo. A viagem de Luanda durava em média 35 dias até Recife, 40 dias até Salvador e cerca de 45 até o Rio de Janeiro. Muitos morriam pelo caminho, já que eram transportados em condições sub-humanas. Paul E. Lovejoy fez cálculos para dimensionar o tráfico escravo proveniente da África subsaariana, de acordo com tabela apresentada abaixo:

1450/1600 –	367.000
1601/1700 –	1.868.000
1701/1800 –	6.133.000
1801–1900 –	3.330.000
Total>	11.698.000

(Fonte: P. E. Lovejoy, *Transformations on Slavery* – Cambridge, 1983, p. 19)

De acordo com Philip Curtin (apud ILIFFE, JOHN, 1995, p. 131), 42% desses escravos foram levados ao Caribe, 38% ao Brasil e cerca de 5% saíram com destino à América do Norte. A constante chegada de novos escravos ao Brasil reforçava ainda

mais a influência da cultura africana no país. Mas havia variações regionais, de acordo com a origem dos cativos feitos escravos. Por exemplo, para Pernambuco e o Rio de Janeiro iam principalmente negros de Luanda e Benguela, enquanto a Bahia comercializava intensamente com a costa de São Jorge da Mina, recebendo negros originários da Nigéria e Daomé (Benin). ¹²

1.5 – O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A PARTILHA DA ÁFRICA

Os portugueses foram pioneiros na exploração da África subsaariana, mas não foram os únicos. Aos poucos, ingleses, franceses, o rei Leopoldo da Bélgica, alemães, espanhóis e italianos também se sentiram atraídos pelos mitos de Eldorado e picados pela curiosidade do desconhecido. No entanto, os contatos muitas vezes eram absolutamente superficiais, como relata Henri Brunschwig:

Até o fim do século XVIII para bem dizer, os europeus que freqüentaram suas costas representaram antes interesses privados que dos Estados. Seus navios encontraram nas escalas que balizavam essas costas o abastecimento necessário e os escravos que os chefes lhes conseguiam em troca das mercadorias que desejavam. Os estrangeiros realizavam suas transações à pressa, e fugiam, logo que possível, do calor seco ou úmido e das febres das regiões consideradas como “o túmulo dos homens brancos”. No fim do século XVIII, só havia soberania estrangeira em alguns pontos da costa de Angola e de Moçambique, sob dominação portuguesa, na Gâmbia britânica e no Senegal francês. ¹³

Podemos acrescentar a essas regiões citadas o Cabo, no extremo sul do continente africano, onde os bôeres se estabeleceram a partir de 1652, iniciando um processo histórico que culminou mais tarde no *apartheid*. O tráfico de escravos

¹² BETHELL, LESLIE, *Colonial Brazil*, Cambridge University Press, 1987, p. 84

¹³ BRUNSCHWIG, HENRI, *A Partilha da África Negra*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2004

foi se esgotando a partir de 1850, quando os ingleses passaram a vigiar o Atlântico sul, interceptando o tráfico negreiro em direção ao Novo Mundo. Para os portugueses, a exportação de café cultivado no planalto de Huambo a partir de 1844, somada ao comércio de produtos como sal e marfim, rendiam, já em 1870, mais do que o tráfico de escravos jamais havia lucrado. (ILIFFE, JOHN, 1995, p. 149). A produção de sal tinha importância estratégica para Portugal: extraído em Cabo Verde, Guiné e Angola, não era apenas essencial para a dieta humana e do gado, mas também indispensável para conservar peixes e carnes. Com a exportação dessas mercadorias, mais urzela, amendoim e produtos de palmeiras, os rendimentos alfandegários dobraram entre 1850/1870.¹⁴

A escravidão foi abolida oficialmente em Portugal e nas colônias em 1878, portanto, dez anos antes da abolição no Brasil. E agora vamos chegando ao período mais recente, que moldou a sociedade angolana, com reflexos duradouros, identificáveis até os dias de hoje. Quando se fala em escravatura, geralmente imaginamos um navio com velas cheias cortando o Atlântico, com seus porões abarrotados de infelizes negros, arrebatados para longe de seu povo e de sua terra. Esses foram a maioria, mas muitos angolanos também eram escravizados em seu próprio país, para prestar serviços aos colonos portugueses.

O fim da escravidão não representou um basta aos processos de discriminação e exploração dos habitantes originais de Angola. Logo de saída, os ex-escravos, que prestavam serviços aos portugueses em território angolano, tiveram que permanecer nas fazendas, trabalhando por salários miseráveis, ou às vezes em troca de cama e comida. Foram instituídas formas legais de trabalho compulsório, que se somaram a outros dois mecanismos basilares do sistema colonial português a partir do final do século XIX: o confisco de terras e a cobrança de impostos.

¹⁴ ALEXANDRE, VALENTIM et al, coordenação, *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume X – O Império Africano (1825–1890)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 379

Portugal já não tinha a primazia do pioneirismo na colonização da África. As modernas e revolucionárias caravelas haviam ficado no passado, abrindo espaço para novas tecnologias e um poderio militar muito superior, sob controle de franceses, ingleses, espanhóis, italianos, belgas e alemães, que aos poucos ocupavam áreas cada vez maiores no imenso continente africano.

Tendo perdido a jóia da Coroa, o Brasil, que proclamou a independência em 1822 (só reconhecida oficialmente em 1825), Portugal passou a demonstrar um maior interesse pelas colônias africanas, até então vistas apenas como entrepostos comerciais para tráfico de escravos e extração de umas poucas mercadorias. Essa mudança na política colonialista portuguesa se justificava pelo avanço das outras nações europeias na África e também porque havia incertezas quanto ao futuro das relações comerciais com o Brasil e a Ásia.¹⁵

Mapa Cor-de-Rosa: sonho de império

O projeto imperialista português alimentava, no final do século XIX, a intenção de formar uma grande nação lusoafricana, através da unificação dos

¹⁵ Ibidem, p. 27

territórios de Angola e de Moçambique, do Atlântico ao Pacífico, incorporando também territórios hoje ocupados por Zâmbia e Zimbábue (então Rodésia, disputada pela Inglaterra), no que se convencionou chamar de Mapa Cor-de-Rosa (cf. ilustração à página anterior). Mas já era tarde: os ingleses opuseram-se fortemente às pretensões portuguesas, lançando um ultimato em janeiro de 1890, ordenando a evacuação da região do Shiré. Sem poderio militar e enfrentando crises financeiras, Portugal teve que acatar o ultimato, permitindo o avanço da Companhia da África do Sul em direção ao norte. (BRUNSCHWIG, HENRI, 2001, p. 67).

Os ingleses também questionaram a soberania portuguesa em Ambriz e na foz do Congo. Os portugueses conseguiram ocupar Ambriz, mas perderam o controle sobre a foz do rio, o que explica porque a província de Cabinda se tornou um enclave em zonas francesa e congoleza, sem ligação de continuidade com o território angolano.¹⁶

1.5.1 – A Europa se apodera da África

O século XIX marcou o início da exploração da África pelas nações européias mais poderosas da época. Enquanto Portugal ainda mantinha controle sobre pequenas faixas dos territórios hoje conhecidos como Angola e Moçambique, os ingleses, sob influência de missionários, exploradores ou comerciantes, entranhavam-se pelo imenso continente, criando colônias em Serra Leoa (1807), na Costa do Ouro (1830) e na Nigéria (1861). Ao sul, apoderaram-se da colônia do Cabo, ocupada pelos holandeses até 1815.

Dos franceses, os ingleses tomaram a ilha de França, que já havia sido dos holandeses, e voltou a se chamar ilha Maurício. Os franceses reagiram, e fundaram três pequenas colônias no estuário do rio Gabão, no Grand Bassam e na Costa do Marfim. Até então, a França não havia manifestado interesse econômico ou cultural

¹⁶ MARQUES, A. H., *História de Portugal Volume III – das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Editorial Presença, Lisboa, 1998, p. 218

pela ocupação da África, e esses movimentos foram mais uma resposta nacionalista dirigida aos rivais britânicos.

Mas a ocupação não era feita apenas seguindo planos diplomáticos ou estratégicos nacionais. Comerciantes, missionários e militares ocuparam áreas e fizeram acordos com chefes africanos antes de procurar a aprovação oficial de seus países, que muitas vezes não tinham intenção de comprometer orçamentos com esse tipo de aventura. Um exemplo típico desses acordos foi assinado em fevereiro de 1842 entre dois primeiros-tenentes da Marinha francesa com o rei Peter, de Grand Bassam, que chegou a ser capital da Costa do Marfim. O tratado previa a entrega plena da soberania do país ao rei da França, que em troca outorgaria a proteção dos navios de guerra franceses, e ainda:

(...) Ademais, sera pago ao rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

10 peças de tecidos sortidos

5 barris de pólvora de 25 libras

10 fuzis de um tiro

1 saco de tabaco

1 barril de aguardente

5 chapéus brancos

1 guarda-sol

2 espelhos

1 realejo

Os chefes Quachi e Waka receberão a metade dos presentes concedidos ao Rei Peter. ¹⁷

Os britânicos, pressionados pela necessidade de encontrar ocupação para o excesso de mão-de-obra disponível e também para os jovens nobres e militares,

¹⁷ BRUNSCHWIG, HENRI, *A Partilha da África Negra*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2004, p. 77

lançaram-se à conquista africana, explorando rios e lagos e fazendo contato com lugares de difícil acesso até então. O desafio era não só chegar, mas manter-se em cada lugar conquistado, controlando seus povos e o comércio.

Enquanto isso, nos salões aristocráticos da Europa, os diplomatas acompanhavam atentos os movimentos estratégicos das outras nações, para evitar que elas conseguissem um domínio significativo dos novos territórios. Por volta de 1870, as potências européias eram Inglaterra, França, Áustria-Hungria, Prússia e Rússia. O interesse da diplomacia era extremamente seletivo, abrangendo apenas a chamada África branca (o Magreb, após a ocupação da França na Argélia em 1830, a África mediterrânea e o Oriente Médio).

O resto do mundo estava marginalizado. Os Estados Unidos formavam uma pequena potência que absorvia a maior parte da emigração européia. A China e o Japão apenas começavam a se abrir para a Europa. Espanha e Portugal eram instáveis e mergulhados em dificuldades financeiras. A África negra não interessava aos diplomatas.¹⁸

A situação começou a mudar entre 1870 e 1880, quando descobriu-se diamante no Transvaal, ouro no Rand e cobre na Rodésia. Era a lenda do Eldorado africano se convertendo em realidade. Uma onda de emigrantes se deslocou para a atual África do Sul, criando em pouco tempo cidades como Kimberley e Joanesburgo, tendo a exploração de diamantes como motor.

Exploradores e cientistas regressavam à Europa depois de percorrer territórios africanos, contando boas novas e quase sempre exagerando nas informações. Eliseu Reclus, após visitar Bahr-el-Ghazal, no sudoeste do atual Sudão, por volta de 1880 calculou que a região poderia abrigar comodamente 50 milhões de habitantes. Paul Leroy-Beaulieu previa em 1904 que o próprio deserto

¹⁸ Ibidem, p. 16

do Saara alimentaria de 10 milhões a 20 milhões de pessoas. Projetos mirabolantes também não eram raros. Militares franceses, em 1874, planejaram criar um mar interior, construindo um canal para lançar água do Golfo de Gabes no sul da Tunísia. Os ingleses projetaram em 1876 uma estrada de ferro do Cabo ao Cairo. Todos inspirados em Ferdinand de Lesseps, que em 1869 havia inaugurado o Canal de Suez, ligando três continentes. (BRUNSCHWIG, HENRI, 2004, p. 19–21).

Desta forma, os governos europeus passaram a ser atraídos para as oportunidades abertas na África. Como não estavam dispostos a engajar-se em expedições custosas, outorgavam a tarefa de explorar e ocupar a companhias concessionárias. O início da exploração na bacia do Congo, próxima do território de Angola ocupado pelos portugueses, atraiu repentinamente a cobiça da Europa, em especial do rei da Bélgica, Leopoldo II.

Em setembro de 1876, Leopoldo organizou uma conferência internacional de Geografia em Bruxelas, para “abrir à civilização a única parte de nosso globo em que ela não havia ainda penetrado”. Na ocasião foi criada a Associação Internacional Africana, e pouco mais tarde o Comitê de Estudos do Alto Congo. O rei alegava que a Bélgica não ambicionava ter colônias africanas, e que o interesse de possuir propriedades na África era pessoal: o sonho do monarca seria adicionar ao título de rei dos belgas o de soberano de um estado negro.

As movimentações européias pelo território africano, já em aberta disputa pelo controle de áreas consideradas ricas em produtos minerais, esquentaram a temperatura diplomática, inquietando Portugal, que estava no continente há muito mais tempo que qualquer outra nação da Europa.

Instalado em Angola, invocava direitos de prioridade histórica à embocadura do Congo, descoberta por seus navegadores no século XV e dominada por seu aliado, o Reino do Congo, nos séculos XVI e XVII. Em setembro de 1883, (Portugal) ocupou Landana, entre Pointe Noire e o

estuário onde a missão católica francesa do padre Duparquet era particularmente ativa. Depois, fraco demais para impor sozinho o reconhecimento de suas pretensões, pôs fim a um longo conflito que o opunha à Inglaterra sobre os limites de seu estabelecimento em Moçambique, e obteve em troca, pelo tratado de 26 de fevereiro de 1884, o reconhecimento britânico de sua soberania nos rios do estuário e nas costas atlânticas ao norte e ao sul da embocadura (do rio Congo). Os protestos de Banning, agente de Leopoldo, como também de missionários protestantes e de comerciantes ingleses, fizeram com que o governo britânico deixasse de submeter o tratado à ratificação do Parlamento.¹⁹

A organização de uma reunião entre os países europeus para analisar os acontecimentos, resolver e evitar conflitos se tornou imperiosa. O chanceler alemão, Otto von Bismark, convocou a Conferência de Berlim, que se reuniu na capital alemã entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, com a participação de chanceleres de 14 potências européias. A proposta era estabelecer normas para as novas tomadas de posse na África, sendo aplicáveis a todo o continente africano. Ao contrário do que se pensa, nessa conferência não foi realizada a partilha do continente. Teria se chegado a um acordo de soberania, porém em termos vagos: “As potências reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar direitos adquiridos e, se for o caso, a liberdade de comércio e de trânsito” (BRUNDSCHWIG, HENRI, 2004, p. 45).

O mito de que a África era um continente estável, com seus povos originais vivendo em paz e harmonia, quando da chegada dos europeus no século XIX, não corresponderia à realidade, de acordo com Lopes e Arnaut. “Os vários povos, organizados em reinos ou não, estavam em constantes conflitos na busca de

¹⁹ BRUNDSCHWIG, HENRI, *A Partilha da África Negra*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2004, p. 34–35

anexação de mais terras para a agricultura. Foi esse quadro de conflito generalizado que os europeus encontraram” (LOPES e ARNAUT, 2005, p. 62).

Os autores destacam ainda que a imagem de povos africanos unidos contra os europeus também não expressa a verdade histórica desse período.

Os europeus constituíram, em um primeiro momento, “mais um grupo ao qual me oponho” e não no “grupo-inimigo-de-todos-nós-africanos”. É possível supor que muitas vezes uma aliança com os europeus era desejável na luta contra este ou aquele reino. Ainda mais que enquanto o rival africano habitava o território próximo, o europeu vinha de muito longe, do outro lado do mar.²⁰

Na maioria das vezes, os europeus enfrentaram resistência dos africanos que queriam dominar. Em alguns casos, os povos originais sentiram-se surpresos com a mudança de comportamento dos brancos, que em vez de apenas fazer comércio, queriam agora controlar a terra e os seus moradores. A intenção européia era de exploração econômica do continente, e a resistência obrigou as nações a partir para uma conquista militar. Lopes e Arnaut apontam cinco razões para essa estratégia dos europeus: “sua superioridade militar e logística, sua estabilidade associada à instabilidade africana, seus maiores recursos materiais e financeiros, seu maior conhecimento do continente que foi o palco da guerra e o avanço da medicina tropical, especialmente o controle da malária” (LOPES e ARNAUT, 2005, p. 67–68).

Durante a Primeira Grande Guerra (1914–18), o continente africano estava quase totalmente sob domínio europeu, com exceção da Libéria, que era independente desde 1847 e da Etiópia (antiga Abissínia), que ficou sob o jugo italiano por pouco tempo. As fronteiras daquela época são muito parecidas com as de hoje, embora ainda haja conflitos de demarcação, em especial de fronteiras

²⁰ LOPES, ANA MÓNICA e ARNAUT, LUIZ, op. cit., p. 62–63

marítimas. A fronteira marítima sul de Angola com o norte da Namíbia, no Atlântico, é um desses exemplos. Mesmo após a independência das nações africanas, as fronteiras ditadas pela Europa permaneceram “por serem nítidas, o que não ocorria com as separações entre tribos e etnias, visto de acordo com os padrões geopolíticos ocidentais”.²¹

Desta forma, cerca de 10 mil pequenos Estados, reinos, federações e associações étnicas que existiam na África antes da colonização européia, foram unificadas em algumas dezenas de nações, de acordo com os interesses dos colonizadores, o que provocou desastres étnicos e culturais, uma vez que inimigos foram unidos sob uma mesma bandeira e amigos separados por outras.

Para as elites africanas não restava outra alternativa que a de aprender a língua do estrangeiro dominador, o que em muitos casos levava também a uma europeização das culturas africanas tradicionais. A arrogância e a determinação dos colonizadores portugueses, que é o que nos interessa diretamente, não eram diferentes na essência de qualquer dos outros europeus.

E a política de colonização em Angola e Moçambique, desde meados do século XIX, deixava os africanos entre duas alternativas: “civilizar-se” de acordo com o modelo luso ou manter-se ainda mais explorado, na qualidade de “indígena”. Um choque de culturas em que o mais fraco cada vez tem menos chance de sobreviver:

Esse choque e esse aniquilamento de civilizações seculares não são específicos da África negra e do fim do século XIX. Eles se verificaram na América no tempo dos conquistadores, na Oceania, no início do século XIX, na Ásia, sob a pressão do imperialismo chinês ou russo. E as reações que se manifestaram tardiamente não salvaram as culturas tradicionais, pois elas partiram de africanos ocidentalizados; sua indignação contra os processos de

²¹ SECCO, LINCOLN, *A Revolução dos Cravos*, Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2004, p. 73

partilha ou contra a violação dos direitos dos indivíduos exprimiram-se em nome de conceitos europeus e em línguas européias.

Tanto isso é verdade que a evolução da humanidade é comandada não pela força bruta – os bárbaros amiúde adotaram as culturas dos vencidos – mas pela técnica mais avançada. Os povos dependentes continuam a sê-lo até o dia em que se apropriam dessas técnicas e contribuem para seu progresso. Eles se tornam então capazes de invenção, e cada invenção cava o túmulo de uma tradição.²²

1.6 – CÓDIGO DO INDIGENATO E POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO

Olhando o mapa mundi se percebe como Portugal é pequeno, diante da imensidão africana. O país continental tem apenas 91 mil quilômetros quadrados, mas se sentia poderoso quando somava Angola, com seus 1.246.700 quilômetros quadrados, mais 799.380 quilômetros quadrados de Moçambique. O governo português chegou a produzir um mapa em que sobrepunha Angola e Moçambique às nações européias, cobrindo quase toda a Europa ocidental, numa demonstração ideológica de poderio.

Enquanto Ingleses e alemães adotavam uma política colonialista de *diferenciação e segregação* dos povos subjugados, portugueses, franceses e belgas partiram para a *assimilação*, com objetivo de converter gradualmente os africanos em europeus, de acordo com a cultura, a língua, a religião e o imaginário do país imperialista. Sob essa política, angolanos e moçambicanos eram classificados como “civilizados, assimilados ou indígenas”.

Lisboa objetivava “trazer os africanos e timorenses não civilizados para a civilização européia e para a nação portuguesa, mediante uma transformação gradual nos seus costumes e nos valores morais e sociais” (MARQUES, A. H. DE

²² BRUNSCHWIG, HENRI, op. cit., p. 59-60

OLIVEIRA, org., *Nova História da Expansão Portuguesa, Volume XI – O Império Africano de 1890 a 1930*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001, p. 25). Essa política, no entanto, nunca foi adotada nas colônias de Cabo Verde, Índia e Macau, onde os moradores recebiam o estatuto de cidadãos, após atingirem a maioridade.

Em Angola e Moçambique, os “civilizados” tinham igualdade de direitos políticos com os portugueses da metrópole, sendo geralmente a elite africana de cada localidade, uma parcela bastante pequena da população. Já a grande maioria era classificada como “indígena”, ou seja, eram os africanos, com suas culturas tradicionais. Para se tornarem “assimilados”, necessitavam saber ler e escrever a língua portuguesa, ter meios para a subsistência própria e da família, ter bom comportamento atestado pela autoridade administrativa mais próxima e abandonar os usos e costumes tradicionais da sua etnia. (MARQUES, A. H. OLIVEIRA, apud HERNANDEZ, LEILA LEITE, 2005, p. 105).

Significa dizer que o próprio processo de assimilação, privilegiando o caráter autoritário e coercitivo do sistema colonial, utilizava mecanismos para incorporar um número muito pequeno de africanos que, ascendendo à categoria de assimilados, poderiam se tornar mais coniventes com o colonizador e sua ideologia. Em outras palavras, a assimilação reforçava a segregação.²³

O Estatuto do Indigenato, elaborado a partir de leis criadas entre 1914 e 1917, foi aplicado até 1961, e tinha como eixo uma visão de direito que entregava aos governos central e colonial a função de “proteger” os africanos nativos, ao mesmo tempo em que permitia o confisco de terras, a imposição de trabalho compulsório e a cobrança de impostos. Tudo para que as colônias fossem autônomas financeiramente.

²³ MEMMI, ALBERT, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967, p. 30, apud HERNANDEZ, LEILA LEITE, op. cit., p. 105

A bem da verdade, após o fim da escravatura, em 1878, foram estabelecidos os trabalhos obrigatórios que, em muitos casos, eram uma forma de escravidão disfarçada. Depois, com o projeto de colonização através da assimilação dos africanos, a legislação foi sendo aperfeiçoada. O trabalho era defendido pelos colonizadores como uma obrigação legal e moral, uma forma de sustento para os nativos e suas famílias e também a única maneira de alcançar estágios mais avançados de civilização. Geralmente, cada um poderia escolher a forma de cumprir o trabalho compulsório, desde que o prazo, quase sempre de seis meses a um ano, fosse respeitado. Se a autoridade entendesse que as obrigações não estivessem sendo cumpridas como esperado, podiam determinar como, onde e quando os africanos deveriam trabalhar. O trabalho compulsório chegou a ser utilizado até como forma de pena ou punição, para os africanos considerados preguiçosos. Houve “migrações forçadas” para São Tomé e Príncipe, por exemplo. No início dos anos 1940, no sul da colônia, além de trabalhos forçados os angolanos sofreram expropriação de gado.

A partir de 1930, o Ato Colonial passou a endurecer o tratamento dos colonizadores com os africanos de Angola e Moçambique. O ministro das Colônias, desde 1926, era Salazar, que depois se tornaria no temido ditador português. O artigo 2º considerava os territórios ultramarinos como pertencentes à Nação Portuguesa, tendo os colonizadores, portanto, a missão de “possuir e civilizar” as populações autóctones.

Assim, o projeto colonial português não respeitava o pluralismo cultural dos angolanos e moçambicanos, uma vez que os obrigava a abrir mão de suas tradições para serem considerados assimilados.

(...) Mesmo havendo um crescimento do número de “assimilados”, nas décadas de 1930 e 1940, cabem três observações.

A primeira é que o número de “assimilados” progrediu muito lentamente;

a segunda é que milhares de africanos “civilizados” não requeriam a condição de “assimilados”, porque esta lhes obrigaria a pagar um montante maior de impostos;

e a terceira refere-se ao fato de os “assimilados” serem na maioria das vezes “ex-indígenas”, o que fazia com que fossem tratados como cidadãos de segunda classe, alvos de preconceito racial, econômico e social.²⁴

Os números mostram que a política de assimilação teve poucos resultados. Em 1950, para uma população de 4 milhões de africanos, apenas 30 mil eram considerados “assimilados” em Angola.²⁵ Outro levantamento feito em 1959 pelos próprios colonizadores portugueses verificou que de 4.145.266 angolanos, apenas 135.355 eram classificados “civilizados”. “Portugal era incapaz de promover uma absorção molecular dos seus dominados, concedendo-lhes a cidadania portuguesa” (SECCO, LINCOLN, A Revolução dos Cravos, Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2004, p. 72-73)

Se o número de africanos absorvidos pelo projeto de assimilação crescia lentamente, o mesmo não acontecia com a população de colonizadores brancos. Uma das consequências da ditadura de António de Oliveira Salazar foi o recrudescimento do colonialismo lusitano em África, com o envio de milhares de portugueses para Angola e Moçambique, com o objetivo de garantir o máximo controle possível sobre os territórios conquistados, política, cultural e economicamente.

Em 1945 havia em Angola 45 mil colonos brancos. Em 1951 já eram 88 mil, cerca de 100 mil em 1955 e 300 mil em 1969, muitos deles militares, já envolvidos na repressão aos movimentos que lutavam pela independência do país. Como

²⁴ HERNANDEZ, LEILA LEITE, op. cit., p. 515

²⁵ CROUZET, MAURICE, dir., História Geral das Civilizações, Vol. 17, A Época Contemporânea, BCD União de Editoras, Rio de Janeiro, 1996, p. 208)

consequência também aumentou a população de mulatos, de 15 mil em 1930 para 30 mil em 1950.²⁶

Angola e Moçambique já não eram colônias nem protetorados, mas províncias de Portugal, regidas pelos mesmos métodos da ditadura da metrópole. O resultado dessa avalanche de colonos sobre os territórios foi um enfraquecimento dos quadros sociais dos nativos. “(...) tribos, sobados, família patriarcal (que é a célula base) entraram em rápida decadência” (CROUZET, MAURICE, dir., *História Geral das Civilizações*, Vol. 17, *A Época Contemporânea*, BCD União de Editoras, Rio de Janeiro, 1996, p. 176). Isso provavelmente explica porque os movimentos de libertação, a partir de fins da década de 1950 e começo da de 1960, foram divididos em três ramos, organizados por líderes dos três principais grupos étnicos.

1.7 – A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Após a Segunda Grande Guerra, em 1945, começou-se a desenhar um novo mapa mundi geopolítico. Quase tão rápido quanto as nações européias ocuparam a África, no final do século XIX, na segunda metade do século XX o continente viveu uma segunda onda, com a descolonização e independência das nações africanas em três décadas.

A Líbia inaugurou essa onda, tornando-se independente em 1951, seguida pelo Sudão, Marrocos e Tunísia em 1956, Gana em 1957 e Guiné francesa em 1958. O ano de 1960 marcou a independência de 17 países: Camarões, Togo, Senegal, Mali, Zaire, Madagascar, Somália, Benin, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chad, República Centro Africana, Congo, Gabão, Nigéria e Mauritânia. Serra Leoa e Tanzânia se libertaram em 1961. No ano seguinte, foi a vez de Argélia, Burundi, Ruanda e Uganda. Em 1963, Zanzibar e Quênia; em 1964, Malawi e Zâmbia e

²⁶ Mais detalhes em MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA, *História de Portugal, Vol. III, Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Editorial Presença, Lisboa, 1998, p. 555–565 e ILIFFE, JOHN, *Africans – The History of a Continente*, Cambridge University Press, 1995

Gâmbia em 1965; Botsuana e Lesoto em 1966; Ilhas Maurício e Suazilândia em 1968 e Guiné Equatorial em 1973. Em 1975 chegou a vez das colônias portuguesas, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Saara e Ilhas Seychelles se libertaram em 1976, Djibuti em 1977, o Zimbábue em 1980 e a Namíbia só em 1990, num processo de complicadas negociações envolvendo África do Sul, Angola, Estados Unidos e Cuba.

Angola foi a última colônia portuguesa a conquistar a independência, no dia 11 de novembro de 1975, depois de 14 anos de luta armada contra as forças coloniais. Enquanto um forte movimento de emancipação das nações africanas colonizadas pelos europeus acontecia, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, o regime ditatorial português manteve-se intransigente no projeto colonial, pois temia perder as vantagens políticas e econômicas caso permitisse a independência dos territórios ultramar, especialmente Angola. Justamente em 1950, para consolidação do controle político-militar, o governo português instalou a PIDE – a polícia política – em Luanda.

Essa postura levou, por outro lado, ao surgimento de organizações africanas decididas a sustentar um conflito armado para conseguir a independência. MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola e Unita – União Nacional para a Independência Total de Angola – foram criados no final dos anos 1950. A princípio unidas na UPA – União dos Povos Angolanos – iniciaram um movimento de guerrilha contra o exército de ocupação português, em 1961.

No entanto, as divergências étnicas e ideológicas não tardaram a aparecer, inviabilizando um movimento unificado de luta pela independência. O MPLA, apoiado pela ex-União Soviética, tinha predomínio étnico kimbundo, com uma atitude multirracial, admitindo a participação de brancos, negros e mulatos. A FNLA, com base na etnia bakongo (norte do país), era anticomunista, sustentada pelos

Estados Unidos e pela República Democrática do Congo (ex-Zaire). E a Unita, com forte presença da etnia ovimbundo (centro e sul de Angola), teve inicialmente orientação maoísta, mas depois se tornou anticomunista ferrenha, também com apoio dos americanos, do Zaire e do regime sul-africano do *apartheid*. Liderada por Jonas Savimbi, a Unita queria se constituir numa organização exclusivamente de negros, criticando a participação de brancos e mulatos no MPLA.

As diferenças entre os três movimentos, durante a guerra pela independência, só não foram ainda mais exacerbadas devido à violência e ferocidade da reação militar portuguesa aos primeiros levantes, no norte de Angola, perto da fronteira com o Zaire/Congo. Os guerrilheiros da UPA atacaram fazendas de café, lojas e postos policiais controlados pelos colonos portugueses. John Frederick Walker, no livro *A Certain Curve of Horn*, traz um relato impressionante da escalada de violência que teve início em março de 1961 em Angola, citando torturas, estupros, esquartejamentos e assassinatos brutais de ambos os lados:

Cerca de 400 europeus, mestiços e assimilados foram mortos nos primeiros dias do levante, e outras centenas nos meses seguintes. Uma semana depois dos primeiros ataques, tropas portuguesas, enfrentando emboscadas dos rebeldes, tentaram chegar à área para retirar os sobreviventes, que se protegiam atrás de barricadas em vilas e igrejas.

(...) Os colonos reagiram formando grupos de vigilantes armados, que mataram africanos em várias partes de Angola, e a força aérea portuguesa lançou napalm indiscriminadamente em regiões habitadas pelos “indígenas”. Havia cerca de dois mil soldados antes do levante; em pouco tempo, aviões e navios levaram 25 mil militares para “pacificar” a região. Como consequência da carnificina inicial, vilas inteiras foram incendiadas. (...) Uma foto que ficou notória na época mostra um soldado português sorrindo, segurando uma estaca onde havia espetado a cabeça deformada de um angolano.

Em maio de 1961 a violência contra os africanos havia atingido tamanha proporção que o governo colonial teve que agir, tentando controlar a situação. Em pouco tempo, a contabilidade oficial registrava a morte de dois mil europeus e de 50 mil africanos. E ainda haveria muito mais: ao final do ano, cerca de meio milhão de indígenas havia se refugiado do outro lado da fronteira com o Congo, muitos mutilados, feridos ou queimados, como um testemunho da brutalidade dos portugueses.²⁷

O regime salazarista português culpou uma hipotética tentativa de volta ao tribalismo em Angola, algo que a colonização havia combatido durante quatro séculos, dentro da visão de que caberia aos europeus atrair os africanos para a “civilização” ou pelo menos para um regime de assimilação. Para os portugueses, os rebeldes eram selvagens e terroristas, tentando tomar o controle da terra que eles consideravam sua.

No caso do MPLA, mais do que um choque cultural, estava criado também um enfrentamento ideológico: o ultraconservador salazarismo contra um movimento que tinha raízes marxistas-leninistas, recebia suporte da ex-URSS, dos países do leste europeu e de Cuba. Já em 1961, Che Guevara, que tentava levar o modelo da revolução cubana à África, passou pelo Congo e por Angola, onde se encontrou com Agostinho Neto e prometeu o envio de instrutores militares cubanos, o que realmente aconteceu. O encontro foi registrado em foto, que se encontra no museu da Fortaleza de Luanda.

A luta pela independência durou 14 anos. Durante esse período, os três movimentos nacionalistas jamais conseguiram se unir para fazer frente aos portugueses. Entre 1961 e 1975, FNLA, MPLA e Unita tentaram controlar partes do território angolano e obter o reconhecimento de países e organizações multilaterais, para ter acesso a recursos financeiros e apoio político. Na época, a FNLA tinha o

²⁷ WALKER, JOHN FREDERICK, *A Certain Curve of Horn*, Grove Press, 2004

maior exército mas não foi capaz de se impor, pela falta de experiência administrativa de seus líderes e por uma ligação excessiva a interesses da etnia bakongo. O menor poder militar do MPLA era compensado por líderes melhor preparados e educados e por uma maior penetração entre as várias etnias angolanas. A Unita tinha o menor poderio bélico, e tentava conquistar poder e influência através do carisma de seu líder, Jonas Savimbi.

1.7.1 – A Revolução dos Cravos

O golpe militar de 25 de abril de 1974 em Portugal derrubou, num único dia, o regime salazarista que vigorava desde 1926. O forte apoio popular evitou uma reação das tropas ainda leais ao governo. As pessoas saíram às ruas e ofereceram aos revoltosos cravos vermelhos, a flor nacional, razão pela qual o movimento ficou conhecido como a Revolução dos Cravos.

O levante foi liderado por oficiais intermediários do exército português, na maioria capitães, que tinham participado da guerra colonial contra os movimentos de libertação na África.

Ninguém duvida de que a revolução, em termos ideológicos, não começou em Lisboa, mas na África. (...) A soldadesca colonialista (ou seus oficiais) não pensaria jamais nas colônias como um problema se os rebeldes africanos não houvessem surgido e se insurgido com armas nas mãos e levado o exército colonialista a uma virtual derrota.²⁸

Após a revolução, Portugal passou por um período de instabilidade, com enfrentamentos entre os campos de direita e esquerda, que durou cerca de dois anos. Grandes empresas foram nacionalizadas e partidos proscritos, como o comunista, legalizados. Em 1975, foram realizadas eleições para uma Assembléia

²⁸ SECCO, LINCOLN, *A Revolução dos Cravos*, Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2004, p. 58

Constituinte, e a partir de então Portugal adotou um modelo de democracia parlamentar nos moldes europeus, rompendo com uma história de 48 anos de ditadura salazarista.

O programa da revolução era definido com três Ds: Democratização, Descolonização e Desenvolvimento. A guerra para manter as colônias desgastou a economia portuguesa e provocou pesadas baixas nas forças armadas. A perspectiva da independência, após a Revolução dos Cravos, removeu o único fator que ainda unia os três movimentos de libertação em Angola: a luta contra o poder colonial português. A FNLA, apoiada pelo Zaire e também recebendo recursos financeiros e militares dos EUA, procurou consolidar suas tropas no Norte de Angola. O MPLA conseguiu manter o controle da capital Luanda, onde predominam os mbundos, a base étnica do movimento.

Os três principais líderes, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, reuniram-se em Bukavu, no Zaire, numa tentativa de encontrar posições comuns para negociar com os portugueses. Mas só em janeiro de 1975, no Quênia, conseguiram um acordo para agir em conjunto nas negociações pela independência. A partir de 15 de janeiro daquele ano, em Alvor, Portugal, FNLA, MPLA e Unita tiveram cinco dias de conversações com os portugueses, das quais resultou um acordo estabelecendo para 11 de novembro a oficialização da independência angolana.

Nesse íterim, o poder seria dividido entre um alto comissariado português e um governo de transição, composto por três representantes de cada grupo rebelde. O acordo de Alvor também estabeleceu a criação de uma força nacional de defesa com 24 mil homens, 8 mil de cada movimento, com apoio de outros 24 mil militares portugueses, que também ajudariam na manutenção da ordem.

O acordo não previu, porém, verificação do cumprimento das metas, e cada organização formou exércitos bem maiores, suplantando o número de militares

portugueses. Recebendo armas, instrutores e munições de aliados externos, FNLA, MPLA e Unita logo voltaram a se enfrentar em conflitos armados. O MPLA, com apoio cubano, conseguiu expulsar a FNLA de Luanda e a Unita se retirou do governo de transição, estabeleceu seu quartel-general no planalto central do país e declarou guerra ao MPLA.

Em entrevista ao jornalista brasileiro Fernando Morais, em 1976, logo após a independência angolana, Fidel Castro deu detalhes de como Cuba colaborou com o MPLA:

(...) O mundo inteiro pôs os olhos em cima de Angola: era um país muito rico, com grandes recursos naturais. Desde a época de Kennedy, assim, o imperialismo estava preparando um plano para controlar Angola. E foi a CIA quem fundou a FNLA e transformou Holden Roberto em um líder – através do presidente Mobutu, do Zaire, e com muitas armas e muito dinheiro. Os portugueses, por sua vez, criaram a Unita, no sul de Angola, que fundamentalmente lutou contra o MPLA e não contra os portugueses.

(...) Em setembro (de 1975), o território estava dividido em três partes: o norte ocupado pelo Zaire e pela FNLA, o centro, incluindo a capital, nas mãos do MPLA, e o sul tomado pela Unita e pela África do Sul. Foi aí que o governo do MPLA nos pediu uma ajuda. Uma nova ajuda, digamos. Em setembro mesmo nós concordamos em enviar a Angola armas suficientes para equipar uns 15 mil homens, além de instrutores que dirigiriam quatro escolas militares do MPLA: uma nas proximidades de Luanda, uma no leste, em Saurimo, outra no sul, em Benguela e a quarta em Cabinda.

(...) No dia 8 de novembro o Zaire atacou Cabinda, mas aí já estavam à espera dos invasores dois batalhões angolanos, dirigidos por cubanos e armados por nós – e o ataque foi rechaçado. Os zairenses, nessa ofensiva, usaram mais de 1500 homens, tanques, artilharia. Antes, no dia 23 de outubro, tropas regulares da África do Sul haviam iniciado a invasão pelo sul de Angola, através de uma guerra *blitzkrieg*, avançando 70 quilômetros por

dia, velocidade altíssima para uma guerra. Era um plano perfeitamente coordenado para apoderar-se de Luanda e de Cabinda ao redor do dia 11 de novembro.²⁹

Como previsto no acordo de Alvor, em 10 de novembro de 1975 os portugueses iniciaram sua retirada de Angola. Por reconhecerem a soberania angolana mas por terem falhado na transmissão do poder a um dos movimentos, os portugueses deixaram para trás uma situação latente de guerra civil, durante a qual os angolanos decidiriam pela força o controle político e econômico do país.³⁰

Nesse mesmo dia, enquanto os portugueses se retiravam, o MPLA, com participação decisiva de soldados cubanos, conseguiu impedir, a poucos quilômetros de Luanda, que tropas da FNLA, apoiadas por militares da África do Sul e com suporte norte-americano, chegassem à capital para tomar o poder. Até hoje não foi reconstruída uma ponte sobre o rio Dande, a cerca de 90 quilômetros de Luanda, bombardeada por aviões do MPLA para impedir o avanço da FNLA e seus aliados.

Senhor da situação, em 11 de novembro de 1975 o MPLA proclamou a independência da República Popular de Angola, tendo como presidente seu principal líder. Antônio Agostinho Neto, revolucionário, médico e poeta, se referiu os novos tempos em versos:

Mantivemo-nos firmes: no povo
buscáramos a força
e a razão.
Inexoravelmente

²⁹ MORAIS, FERNANDO, *A Ilha - Um Repórter Brasileiro no País de Fidel Castro*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1984

³⁰ A avaliação é de ROTHCHILD, DONALD, *Managing Ethnic Conflict in África*, Brookings Institution Press, 1997

como uma onda que ninguém trava
vencemos.

O povo tomou a direção da barca.

Mas a lição lá está, foi aprendida:

Não basta que seja pura e justa

A nossa causa.

É necessário que a pureza e a justiça

Existam dentro de nós.

(Agostinho Neto in *Poemas de Angola*)

Mapa básico: Angola moderna

O fato de Portugal ter aceitado a independência de Angola após a Revolução dos Cravos não reduz a importância da luta pelo fim do domínio colonial. Victoria Brittain afirma que o MPLA saiu vitorioso, e que essa vitória foi “parte de um movimento que engendrou um novo sentimento de confiança que varreu o Terceiro Mundo”. E mais:

O exército de voluntários do MPLA lutou contra os portugueses nas florestas de Cabinda e nas savanas por mais de uma década, contribuindo para o colapso do império português. (...) Os guerrilheiros angolanos, homens e mulheres, brancos e negros, levaram a melhor contra forças militares poderosas na África – o apartheid da África do Sul, o bem equipado exército regular do Zaire, duas forças rivais em Angola, a Unita e a FNLA, que tiveram mercenários, consultores e equipamentos fornecidos pela CIA, pelos serviços de inteligência da França e pelo governo chinês.³¹

O novo governo independente de Angola foi imediatamente reconhecido pelo Brasil, num gesto surpreendente, levando-se em conta que partiu de um governo liderado pelo regime militar anticomunista de Ernesto Geisel. Os angolanos mais bem informados sempre citam o fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer Angola independente como um ponto importante nas relações entre os dois países. A partir de fevereiro de 1976 o MPLA passou a ser reconhecido internacionalmente como governo legítimo da República Popular de Angola.

Mas esse reconhecimento não assegurou paz ao novo regime angolano, com o conflito entre MPLA e Unita tendo se generalizado em guerra civil. No auge da Guerra Fria, Angola foi palco não só da luta interna pelo poder, mas por uma disputa internacionalizada, com a participação, de um lado, da União Soviética, de Cuba e do Leste europeu e de outro do Zaire, da África do Sul e dos Estados Unidos.

1.8 – A GUERRA CIVIL

O processo de descolonização e independência dos países africanos não garantiu períodos duradouros de paz, pelo contrário. A perspectiva de assumir o poder colocou em rota de colisão as principais forças políticas e militares, em vários países. Roberts (2000, p. 756), destaca que “entre 1957 e 1985, a África

³¹ BRITAIN, VICTORIA, *Death of Dignity*, Pluto Press, 1998, p. 1

independente viu 13 chefes de Estado assassinados e 12 importantes guerras”. Hobsbawm (2005, p. 438) também chama a atenção para a manipulação das diferenças étnicas como forma de incendiar conflitos: “Onde as mobilizações ‘nacionais’ se baseavam em lealdades ou alianças tribais, os imperialistas mobilizaram outras tribos contra os novos regimes, notadamente em Angola”.

O preço pago por Angola por uma guerra civil que extrapolou os interesses nacionais para servir de palco privilegiado da Guerra Fria foi extremamente alto, seja em vítimas diretas ou indiretas, seja pelas oportunidades desperdiçadas de desenvolvimento e de avanços sociais.

As guerras civis na África têm sido as piores e mais violentas em todo o mundo – em Angola, Etiópia, Moçambique, Ruanda, Somália, Sudão e Uganda – cada uma delas deixando entre 500 mil e um milhão de mortos, incluindo vítimas nos campos de batalha ou das doenças e fomes relacionadas com as guerras.³²

Não bastassem as motivações políticas da Guerra Fria, os conflitos na África, como de resto em qualquer outro lugar, sempre foram um bom negócio para os países desenvolvidos, grandes produtores de armas e munições. Os lucros são imensos, envolvendo não só armamento, mas tudo que gira em torno da guerra: veículos, combustíveis, uniformes, alimentação, remédios, ferramentas, equipamentos de engenharia, sistemas de comunicação e computadores. E esse comércio é quase sempre ilícito, não paga impostos, apenas propinas. Carolyn Nordstrom calcula em meio trilhão de dólares ao ano o lucro do comércio ilegal de armas no mundo.

³² HENDERSON, ERROL A., *Democracy and War – The End of a Ilusion?*, Lynne Rienner Publishers, 2002

(...) Da venda ilegal de armas, passando pela negociação de contratos futuros de petróleo e o comércio ilegal de diamantes, a guerra é um grande negócio para os centros de produção dos países ricos. Os diamantes, petróleo, madeira, pescados e trabalho humano que vêm de zonas de guerra, de Angola a Burma, e as armas, suprimentos e serviços que esses valiosos recursos compram das indústrias de países desenvolvidos representam somas realmente consideráveis.³³

O historiador britânico Eric Hobsbawm cita Inglaterra, Rússia, Israel e a então Checoslováquia entre esses países que ganharam muito dinheiro com guerras na África (HOBSBAWM, 2005, p. 250–251). Foi no meio desse turbilhão de interesses conflitantes, internos e externos, que o novo governo de Angola começou a administrar o país. A saída da maioria dos portugueses deixou vários postos-chaves da administração desguarnecidos. Houve, portanto, um período inicial de grande dificuldade administrativa, com a agravante de que o modelo marxista implantado centralizava as decisões, retardando as ações necessárias para melhorar a vida do povo angolano.

No campo político, a cúpula do MPLA enfrentou fortes disputas internas, que culminaram numa tentativa de golpe, em maio de 1977. Um ex-comandante guerrilheiro, Nito Alves, tentou derrubar Agostinho Neto, que aproveitou a situação para eliminar os adversários. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas foram mortas nesse episódio, mas o clima de caça às bruxas aterrorizou Luanda durante meses. Neto conseguiu assegurar sua supremacia no movimento, criando no final do ano o MPLA-PT – Partido do Trabalho, de inspiração marxista-leninista, que passou por um período de “retificação”.

Paradoxalmente, a tentativa de golpe fortaleceu e unificou o partido. Quando Agostinho Neto morreu em Moscou, em setembro de 1979, a transição foi pacífica:

³³ NORDSTROM, CAROLYN, *Shadows of War*, University of California Press, 2004

José Eduardo dos Santos, engenheiro de petróleo formado em Moscou, um dos colaboradores mais próximos do presidente, foi eleito por unanimidade para assumir a direção do partido e o governo de Angola.

O processo de “retificação” dentro do MPLA, no entanto, deixou seqüelas nos militantes e na população. O economista inglês Tony Hodges, que morou em Angola durante muitos anos e escreveu dois livros analisando o país, lembra que boa parte dos militantes perseguidos, presos ou mortos integravam uma pequena elite de angolanos que estudaram em universidades da Europa, de Cuba ou da URSS.

As prisões e execuções em massa de dissidentes que se seguiram ao golpe afetaram particularmente a “intelligentsia” angolana. A violenta reação instilou um sentimento de medo que durou até os anos 1990, desencorajando os angolanos de recorrer a qualquer forma de contestação política, criando uma cultura de conformismo e dependência do Estado e de falta de iniciativa própria.³⁴

Outra consequência foi uma piora nos serviços públicos, já que os dissidentes eliminados eram quadros de melhor formação, que trabalhavam nos ministérios ou em repartições públicas. Isso num momento em que o novo governo deveria cuidar de tarefas que jamais foram executadas pelos colonizadores, como a extensão da educação pública ao maior número possível de crianças e jovens, a melhoria dos serviços de saúde e a criação de infra-estrutura para o desenvolvimento econômico do país.

Seguindo o modelo marxista-leninista, o governo de Angola nacionalizou indústrias e empresas e adotou um plano de metas, com controle rígido de preços, salários e câmbio. Nos primeiros anos não havia parlamento, e sim um Conselho da Revolução, com membros indicados pelo MPLA, o único partido permitido. Em 1980

³⁴ HODGES, TONY, *Angola – Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, 2001, p. 50

o conselho foi substituído por uma Assembléia do Povo, eleita indiretamente entre militantes do partido único.

A oposição ao MPLA havia se concentrado na Unita, uma vez que a FNLA se desintegrou após a tentativa frustrada de assumir o poder em novembro de 1975. Hodges observa, contudo, que a alternativa ao MPLA, caso a Unita assumisse o controle do país, provavelmente não criaria um ambiente mais democrático.

De fato, é importante destacar que a Unita praticava formas ainda mais violentas de política totalitária dentro do movimento e nas áreas sob seu controle. Savimbi exercia o poder com mão de ferro e não aceitava qualquer tipo de crítica. Oficiais da Unita que ousassem questionar o líder ou se tornassem suspeitos de deslealdade eram sumariamente executados; no final dos anos 1980 foram registrados incidentes em que famílias inteiras de dissidentes da Unita, inclusive crianças, foram queimadas vivas em fogueiras, acusadas de bruxaria. (Human Rights Watch, 1989; Amnesty International, 1992).³⁵

Fatos como estes permitem entender o nível de rivalidade e a ferocidade que tomaram conta da guerra civil angolana, disputada entre o MPLA e a Unita. Os dois movimentos estavam dispostos a pagar o preço necessário – um para manter e outro para alcançar o poder. A intromissão de forças externas só agravou o quadro, prolongando o conflito ainda mais.

Cada intervenção ou atrocidade servia de justificativa para outras, provocando uma escalada de violência. Por exemplo, a intervenção do governo racista da África do Sul, invadindo o sul de Angola, sob pretexto de combater guerrilheiros da Swapo (South West African People's Organization) que lutavam pela independência da Namíbia, provocou em contrapartida a radicalização do apoio

³⁵ HODGES, TONY, op. cit., p. 51

cubano. Milhares de soldados, equipamentos, armas e munições foram enviados de Cuba em navios e aviões, com apoio logístico da URSS, que também fornecia caças MIG, tanques T-54 e T-34 e lançadores móveis de foguetes de 122 mm. “A mal-sucedida intervenção da África do Sul provocou ainda um ‘resíduo’ de 20 mil soldados cubanos em Angola”, contabiliza Robert M. Price, no livro *The Apartheid State in Crisis* (Oxford University Press, 1991).

Os americanos, que não haviam participado da partilha da África, no século XIX, fortalecidos pela vitória na Segunda Grande Guerra e mergulhados na disputa geopolítica com a União Soviética, desta vez se envolveram decisivamente no conflito angolano, financiando e apoiando a Unita. Jonas Savimbi chegou a ser chamado de “Abraham Lincoln da África”, pelo presidente Ronald Reagan.³⁶

Howard W. French, jornalista americano, veterano correspondente do *The New York Times* na África, afirma que o aeroporto de Robertsfield, na Libéria, o maior da África nos anos 1980, foi construído com fundos do Departamento de Estado, não para receber passageiros, mas para servir de base aos grandes aviões de carga que levavam armas e munições, enviadas pela CIA e o Pentágono para a Unita, em sua guerra anticomunista em Angola. O apoio americano a Savimbi também chegava pelo Zaire. French estima a ajuda financeira dos Estados Unidos em torno de US\$ 250 milhões, durante 16 anos. Os pragmáticos americanos não tinham apenas o objetivo de derrotar os marxistas africanos: estavam de olho nos recursos minerais de Angola, principalmente o petróleo, com jazidas em águas profundas, localizadas longe das zonas de conflito, e que interessavam às petrolíferas norte-americanas (FRENCH, 2005, p. 106, 155, 172, 190, 232 e 251).

O combustível bélico fornecido por sul-africanos, cubanos, soviéticos e americanos queimou na fogueira da Guerra Fria a esperança dos angolanos de viver em paz depois da independência. O Banco Mundial estima que a guerra do MPLA

³⁶ FRENCH, HOWARD W., *A Continent for the Taking*, Vintage Books, New York, 2005, p. 155

contra a Unita, apenas de 1975 a 1994, teria causado 345 mil mortes. Grandes regiões agriculturáveis foram minadas, inviabilizando a produção de alimentos e fazendo mais vítimas inocentes da guerra.³⁷

Na primeira fase do conflito (1975 a 1991), negociações entre Angola e a África do Sul levaram à retirada das tropas do *apartheid* do território angolano e à independência da Namíbia em 1990, em troca da saída dos soldados cubanos de Angola, após pelo menos sete anos de conversações e de acordos não cumpridos de lado a lado.

A falta de verificação do cumprimento de cláusulas de armistícios e acordos de paz foi uma das principais causas do fracasso desses tratados em Angola. Nem a queda do muro de Berlim, o desmantelamento da União Soviética, o fim da Guerra Fria e a extinção do regime de apartheid na África do Sul foram suficientes para encerrar a guerra civil angolana.

A situação só começou a mudar a partir de 1990, quando MPLA e Unita decidiram promover negociações sérias de paz em Portugal. Em maio de 1991, em Estoril, com a presença de observadores da Rússia e dos Estados Unidos, foram assinados os Acordos de Bicesse, que determinavam um cessar-fogo, o aquartelamento das forças da Unita, criação de Forças Armadas unificadas, a extensão da administração do Estado às áreas controladas pela Unita e eleições parlamentares e presidenciais multipartidárias.

O processo de paz seria fiscalizado pelas próprias partes em conflito, com a participação de uma missão da ONU, a Unavem II (Missão Angolana de Verificação da ONU). O período de tranquilidade foi curto. As novas Forças Armadas de Angola (FAA) foram constituídas poucos dias antes das eleições de setembro de 1992, e a Unita não cumpriu o compromisso de desmobilizar seu exército.

³⁷ COLLIER, PAUL, *Breaking the Conflict Trap*, World Bank Publications, 2003

As primeiras eleições democráticas do país, fiscalizadas pela ONU, terminaram com 54% dos assentos tomados por deputados do MPLA, 34% da Unita e 12% de outros partidos. O presidente José Eduardo dos Santos, no cargo desde 1979, obteve 49,6% dos votos, contra 40,1% para Jonas Savimbi, da Unita.

Savimbi, respaldado pelo seu exército, não reconheceu o resultado eleitoral, recusou-se a participar do segundo turno das eleições e voltou à guerra. Em outubro de 1992, houve episódios de violência até mesmo nas ruas de Luanda, onde morreu um número não contabilizado de pessoas, geralmente em confrontos pessoais ou de pequenos grupos, uns ligados à Unita, outros ao MPLA.

No início de 1993, estimava-se que a Unita controlasse 50 dos 164 municípios do país e 75% do território, incluindo importantes estradas e regiões produtoras de diamantes. A guerra continuou até 1994, matando cerca de 300 mil pessoas, o que excedeu o número de vítimas da guerra civil entre 1975 e 1991.³⁸

Outros autores confirmam que esse período de apenas dois anos de guerra, de 1992 a 1994, foi o mais devastador do conflito angolano. Tony Hodges relata que apenas o MPLA havia desmobilizado a maior parte de seu exército, enquanto a Unita havia blefado para a ONU, mantendo quase todo seu poder de fogo. Como consequência, Savimbi pôde, pela primeira vez

ocupar e manter em seu poder grandes cidades, tendo tomado cinco das 18 capitais provinciais (Caxito, Huambo, Mbanza Congo, Ndalatando e Uíge), ao mesmo tempo que submetia outras (Cuíto, Luena e Malange) a cercos prolongados e bombardeamentos de artilharia. A ONU calcula que tenham morrido cerca de 300 mil pessoas nessa fase do conflito, quer directamente em resultado dos combates, do bombardeamento de zonas civis

³⁸ PARIS, ROLAND, *At War's End*, Cambridge University Press, 2004, p. 67–68

e da activação de minas, quer indirectamente, devido à severa carência alimentar nas cidades sitiadas.³⁹

Jonas Savimbi financiou seu exército com a extração de diamantes nas minas das províncias da Lunda Sul e da Lunda Norte. Entre 1992 e 2000, o líder da Unita teria conseguido entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões com a venda de diamantes, aproveitando o período de relativa paz que vigorou entre 1994 e 1998, graças ao Protocolo de Lusaka, mais um acordo para tentar acabar com a guerra civil angolana.⁴⁰

Mas o Protocolo de Lusaka falhou novamente na verificação do mais importante, o desarmamento dos dois inimigos mortais. As forças do governo afirmavam ter 200 mil soldados e a Unita 50 mil. Porém, observadores da ONU estimaram, respectivamente, contingentes de 113.700 e 37.300 soldados.⁴¹ A Unavem III chegou a dispor de 7 mil homens para garantir a paz, mas novamente as tropas da ONU falharam e deixaram o país no final de 1999.

Na área política, os deputados da Unita eleitos em 1992 continuavam a exercer seus mandatos na Assembléia Nacional, em Luanda. Os ministros nomeados pela Unita para compor o governo de unidade e reconciliação nacional também assumiram seus postos, em abril de 1997, como determinava o Protocolo de Lusaka. Mas Savimbi seguiu protelando decisões do acordo de paz, como o aquartelamento de suas tropas e a extensão da administração do governo nas áreas que controlava. E jamais concordou em assumir o seu cargo no governo, em Luanda.

O presidente José Eduardo dos Santos decidiu então partir para o tudo ou nada contra o adversário. Os americanos, os racistas sul-africanos, os russos e os

³⁹ HODGES, TONY, *Angola – do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Principia, Lisboa, 2002

⁴⁰ Ver mais detalhes com RICHANI, NAZIH, *Systems of Violence*, Suny Press, 2002, p. 167–168

⁴¹ Cf. *Ending Civil Wars*, Lynne Rienner Publisher, 2002, p. 149

cubanos não estavam mais envolvidos diretamente no conflito, após o fim da Guerra Fria. A solução teria que acontecer apenas com a participação dos atores angolanos. “A partir do ano 2000 o governo aproveitou a alta nos preços do petróleo para ampliar suas despesas militares, quase ao mesmo tempo em que um relatório da ONU (Fowler Report) expôs as rotas pelas quais a Unita conseguia financiamento e suprimentos, e essas rotas foram fechadas.”⁴²

Até mesmo deputados da Unita, no final de 1998, romperam com Jonas Savimbi, que sem o dinheiro dos diamantes e cada vez com menos apoio político foi ficando isolado e somando derrotas nos campos de batalha. Aos poucos, Savimbi se transformou, de um senhor da guerra, em um líder guerrilheiro, comandando pequenos grupos que lançavam ataques rápidos e voltavam a se refugiar. Em fevereiro de 2002, finalmente o exército angolano conseguiu cercar e abater Jonas Savimbi. A consequência imediata foi o abandono da luta armada pelo que restava das tropas da Unita. Em abril de 2002, em Luanda, foi assinado um acordo estabelecendo um cessar-fogo geral e implementando as medidas do Protocolo de Lusaka, de 1994, que nunca tinham sido cumpridas.

1.9 – ENFIM, A PAZ

O fim abrupto do conflito, após a morte do líder da Unita, demonstra mais uma vez a importância do indivíduo na História. Jonas Savimbi explorou ao máximo sua liderança carismática, mantendo firme a posição de não aceitar nada menos que o poder total, recusando-se a ser mero coadjuvante num governo de reconciliação nacional, e por isso manteve seu país em guerra por tanto tempo.

No caso concreto de Jonas Savimbi, um sentido messiânico de destino levou-o a lutar pelo poder absoluto durante mais de três décadas, fossem quais fossem os reveses ou os obstáculos. Exerceu na Unita um poder

⁴² COLLIER, PAUL, *Breaking the Conflict Trap*, World Bank Publications, 2003

absoluto a que não escaparam sequer os seus colaboradores mais próximos. Isto resultou, em parte, do seu carisma pessoal e das suas reais qualidades de chefia, mas também de um temível aparelho de segurança, de uma prática de intolerância relativamente a qualquer divergência e de um culto da personalidade comparável aos de Mao Tse-Tung ou Kim Il-Sung.⁴³

Enfim em paz, que dura desde fevereiro de 2002, Angola agora trilha um caminho menos letal, porém não menos penoso e difícil: reconstruir um país rico em recursos minerais e agriculturáveis, que convive com índices muito baixos de desenvolvimento humano, saúde e educação. Nos últimos 30 anos, o país passou de uma sociedade majoritariamente rural para outra, em que cerca da metade da população está em cidades, sem serviços razoáveis de abastecimento de água ou eletricidade, coleta de lixo ou de esgoto.

Enquanto em 1970 apenas 14,1% dos angolanos viviam em cidades, em 2005 estima-se que 49% residam em áreas urbanas. As projeções da população atual de Angola são feitas com base nos quatro únicos censos realizados durante o período colonial, em 1940, 50, 60 e 70, de acordo com os quadros abaixo, fornecidos pelo FNUAP, Fundo das Nações Unidas para a População.⁴⁴

A população angolana segundo os censos realizados entre 1940 e

1970

(em milhões) H – homens M – mulheres

Anos	HM	H
1940	3,7	1,8
1950	4,1	2,0

⁴³ HODGES, TONY, op. cit., p. 38

⁴⁴ O FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População é a principal Agência Internacional de cooperação em matéria de população, criado em 1969. As informações sobre Angola podem ser acessadas pelo site <http://angola.unfpa.org/unfpa.htm>

1960	4,8	2,5
1970	5,6	2,7

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970

A população angolana segundo estimativas das Nações Unidas entre 1980 e 2005

(em milhões)

Anos	HM	H
1980	7,0	3,5
1990	9,3	4,6
2000	12,4	6,1
2005	14,6	7,2

Fonte: World Population Prospects: The 2002 Revision

Angola é um país predominantemente de jovens, de acordo com o FNUAP. Devido ao rápido crescimento da população a partir de 1970, por conta de uma elevação da fecundidade, 54,7% da população é majoritariamente jovem, com idades inferiores a 20 anos, contrapondo-se a uma população idosa com 60 anos ou mais que representa apenas 5,5% da população total. A falta de infra-estrutura e de serviços básicos faz com que o índice de mortalidade infantil e a expectativa de vida dos angolanos estejam entre os piores do mundo.

Em consequência da ainda elevada mortalidade, particularmente a infantil (118/1000), a esperança de vida ao nascer foi estimada em 45.8 anos para ambos os sexos, sendo de 44,5 anos para o sexo masculino e 47.1 para o sexo feminino, referente ao período 2000/2005 (World Population Prospect, The 2000 Revision). Entretanto, estimativas mais recentes das Nações Unidas

que consideram já os efeitos da pandemia do SIDA (Aids), situam a esperança de vida dos angolanos em 40,1 anos para ambos os sexos, sendo 38,8 para homens e 41,5 para mulheres (World Population Prospect, The 2002 Revision).

Quanto ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, em 2005 Angola pontuou com índice 0,445, ocupando a posição 160 entre 177 países pesquisados. Na África sub-saariana o melhor índice é das ilhas Seychelles (51) e o pior é do Níger (177). O IDH é calculado com base numa combinação de referências, que incluem expectativa de vida, nível de escolaridade e renda.

Desde 1997, o Relatório de Desenvolvimento Humano também passou a calcular o IPH – Índice de Pobreza Humana. Angola, com 41,5%, está na posição 83 entre 103 países pesquisados. Na África subsaariana o melhor resultado é das ilhas Maurício, na 24^a posição e o pior novamente é do Níger, na última posição.

Com relação ao nível de pobreza, o FNUAP utiliza parâmetros internacionais, que consideram o limiar da pobreza em US\$ 2/dia e em US\$ 1/dia para a pobreza extrema. Em Angola, a fronteira para a pobreza extrema está situada em US\$ 22,8/mês (0,76/dia) e em US\$ 51,2 (1,70/dia) para a pobreza. De acordo com os dados do inquérito das receitas e despesas das famílias, realizado pelo INE, (IDR e MICS) em 1996 e 2001, a pobreza abrangia em 2000 cerca de 68% da população havendo 26% em situação de pobreza extrema. A pobreza agravou-se de 36% em 1990 para 68% no ano 2001. A pobreza extrema agravou-se de 13% em 1996 para 26% no ano 2001.

Segundo o FMI, que desenvolve um programa de acompanhamento económico em Angola, o PIB per capita passou de 679 dólares em 2001 para 828 dólares anuais em 2004. (Regional Economic Outlook, Sub-Saharan África, outubro de 2005).

1.9.1 – A reconstrução do país e da cidadania

A guerra provocou o deslocamento de mais de 4 milhões de pessoas, desde 1992, ou seja, quase um terço da população do país – estimada em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística em 13,8 milhões de habitantes – teve que abandonar suas casas e locais de origem. Um grande trabalho de recondução dessas populações está ainda a ser realizado (HODGES, 2002, p. 43). Os ex-combatentes da Unita também recebem treinamento profissionalizante para retomar a vida civil. No entanto, devido aos deslocamentos causados pelo prolongado conflito, há disputas de terra, pois muitas vezes quando voltam para sua região, o ex-combatente e sua família encontram outras pessoas ocupando a terra.

Por outro lado, a implantação de milhões de minas terrestres em diversas regiões do país, durante o conflito, é sério obstáculo a uma rápida retomada da atividade agrícola e ao assentamento de deslocados e ex-combatentes. O INAD – Instituto Nacional de Desminagem – que recebe apoio de organizações estrangeiras, estimava haver em 2005 entre quatro e cinco milhões de minas a serem retiradas, trabalho que poderá durar até por volta de 2010.

Outra herança do conflito é o elevado índice de informalidade na economia, entre 80% e 90% (NORDSTROM, 2004).

Hoje, em Angola, um frango ou um pacote de tomates são frequentemente mais raros e mais preciosos do que um fuzil automático. Não é raro acontecer que na beira de uma estrada um caminhão desembarcando batatas e tomates se transforme numa feira improvisada. Os caminhoneiros também podem vender armas e outras mercadorias, mas os vegetais são as commodities mais valiosas.⁴⁵

⁴⁵ NORDSTROM, CAROLYN, *Shadows of War*, University of Califórnia Press, 2004, p. 98

Brian Ferguson diz que durante a guerra havia uma economia de duas faces: uma de supermercados e produtos importados, acessíveis às elites e burocratas, e outro representado pelo mercado negro e informal. Angola estava de fato dividida entre aqueles que tinham documento de identidade (cerca de 50 mil pessoas) e os que não tinham (cerca de 8 milhões). Em Luanda, o templo do comércio informal e ilegal era e continua sendo o Roque Santeiro, mercado criado em 1986, cujo nome foi inspirado em uma novela brasileira de sucesso, transmitida pela TPA. Dezenas de milhares de pessoas frequentam o lugar diariamente, considerado o segundo maior mercado aberto do mundo. Durante a guerra, o kwanza, a moeda nacional, não valia nada. Os valores monetários eram calculados em cerveja, cigarros ou uísque importado.⁴⁶

1.9.2 – O relançamento da economia

A paz libera recursos, que antes eram destinados à guerra, para serem aplicados em novas oportunidades abertas pela economia. Caso esses recursos sejam investidos em projetos eficientes, o relançamento da agricultura angolana pode acontecer a curto, médio e longo prazos.

O país já foi o quarto maior produtor mundial de café, nos anos 1950 e 60. O plantio de cana também dava bons resultados. Mats Lundahl (2001) ressalta que a recuperação da produção agrícola a curto prazo é importante como forma de produzir alimentos e criar empregos, mas é preciso também ampliar os investimentos, a médio e longo prazos, para produzir excedentes de exportação.⁴⁷ O parque industrial estava sucateado em 2002, ao final da guerra, e necessita de grandes investimentos para reduzir a dependência das exportações. Quase tudo que

⁴⁶ Cf. com FERGUSON, BRIAN, *The State, Identity and Violence*, Routledge (UK), 2003

⁴⁷ LUNDAHL, MATS, *From Crisis to Growth in Africa?*, Routledge (UK) – 2001

se encontra nos supermercados é importado da Europa, da Ásia, dos Estados Unidos, de Israel, da Holanda e do Mercosul.

A economia de Angola é regida pelas regras globalizadas de mercado, embora não tenha ainda em operação uma Bolsa de Valores. Consultores da Bolsa de Valores de São Paulo estão colaborando com as autoridades do Banco Nacional de Angola (equivalente ao nosso Banco Central) para a implantação de um mercado de capitais. A Assembléia Nacional e o governo têm apresentado e aprovado leis para dar maior segurança aos investidores externos, pois o país necessita de capitais para relançar sua economia e combater a pobreza e a informalidade.

Na área de saúde, Angola é um dos países mais afetados pela Aids. Pesquisas realizadas sob supervisão da ONU indicavam em 2003 que 9% das mulheres grávidas atendidas em hospitais públicos estavam contaminadas. De cada três angolanos, um convive com um portador do vírus HIV. No maior hospital de Luanda, o Josina Maciel, a Aids era a terceira causa de morte, depois da malária e da tuberculose. No plano social, embora a guerra civil não tivesse motivação étnica, os longos anos de conflito criaram um ambiente de rivalidade, ódio e desconfiança, que ainda fazem de Angola um país sui-generis: a maioria dos prédios de apartamentos não tem administração condominial, pois os moradores geralmente discordam da necessidade de pagar uma taxa que cubra despesas comuns de portaria, iluminação e coleta de lixo. Cada morador tem seu próprio gerador para suprir os cortes de fornecimento de eletricidade. Os elevadores raramente funcionam.

Em Angola, fotografar ou gravar imagens na rua pode ser um perigo. Como um claro reflexo dos tempos de guerra, as pessoas não gostam de ser fotografadas e a polícia freqüentemente prende qualquer um que esteja com uma câmera à vista. Esse clima de desconfiança também faz com que o governo mantenha controle severo sobre os meios de comunicação, especialmente o rádio e a TV, o que

geralmente compromete a qualidade da informação que chega a boa parte da população, tanto na capital quanto no interior do país.

CAPÍTULO 2

DA SOMBRA DAS ÁRVORES ÀS PARABÓLICAS

HISTÓRIAS DA COMUNICAÇÃO EM ANGOLA

*“Angola teve sempre o rosto voltado para o
Oceano Atlântico – do lado de lá do mar vê o Brasil.
O Brasil, ao contrário, tem os olhos postos na sua própria imensidão.”*

José Eduardo Agualusa, escritor angolano

No princípio, era o verbo. Durante séculos, na África, o verbo foi o senhor da comunicação e da História. A sabedoria, a religiosidade, os relatos mitológicos, épicos, lendas e os acontecimentos de cada etnia, em cada aldeia, foram transmitidos oralmente, ao longo do tempo, de geração para geração, geralmente em confabulações realizadas sob as árvores, que tinham e em muitos lugares ainda têm um significado sagrado ou fantástico para os africanos. A transmissão do saber e os exercícios de rítmica eram feitos geralmente em escolas de iniciação ao ar livre, de acordo com características próprias de cada região ou grupo étnico, tendo como ponto comum a crença na palavra que mitologicamente emana do criador do universo.

Com exceção da Etiópia (ex-Abissínia), a região de influência islâmica do Sudão e cidades do oceano Índico, em todo o restante da África os povos eram ágrafos, não conheciam ou não haviam desenvolvido a escrita, até a chegada dos europeus. Disso resulta que povos como os que formaram a nação angolana têm um componente oral que permeia todas as relações sociais e culturais, ainda nos dias de hoje.

A professora Leila Leite Hernandez, no livro *A África na Sala de Aula*, cita o movimento de estudiosos para repensar as origens e as culturas do continente africano, a partir do século XX, e destaca a necessidade de os historiadores se

iniciarem nos modos de pensar das sociedades orais, para então conseguir interpretar suas tradições. É pelo conteúdo das narrativas que pode-se identificar as origens de organizações sociais e políticas e os movimentos migratórios, notadamente entre os séculos XVIII e XIX. Na falta de documentos, deve-se recorrer aos relatos, à memória coletiva de cada povo ou etnia.

A tradição oral é encontrada sobretudo nos meios rurais, mas também nos urbanos, no âmbito da vida social. (...) Tem como seu principal grupo de expressão os “guardiões da palavra falada”, responsáveis por transmiti-la de geração em geração.

Vale registrar que os que detêm o conhecimento da palavra falada por revelação divina são denominados “tradicionalistas” e transmitem-no com fidelidade, uma vez que a palavra tem um caráter sagrado derivado de sua origem divina e das forças nela depositadas. Significa dizer que a fala tem uma relação direta com a harmonia do homem consigo mesmo e com o mundo que o cerca. Assim, a mentira é execrada, pois “aquele que corrompe a palavra corrompe a si próprio”.⁴⁸

Ainda hoje, em vastas áreas do Cunene e do Namibe, duas províncias ao sul de Angola, alguns povos, como os muacahonas, proíbem seus filhos de freqüentar a escola e aprender a língua oficial portuguesa, com receio de que isso afaste as crianças das tradições milenares dessas tribos pastoreiras.

Esses angolanos vivem como sempre viveram seus antepassados, tangendo o gado para onde houver água e pasto, acampando em locais improvisados, bebendo o leite e comendo a carne dos rebanhos. Para eles o gado é tão importante que vacas e bois têm prioridade para beber, quando a água é escassa, especialmente no cacimbo, o período de seca e inverno.

⁴⁸ HERNANDES, LEILA LEITE, *A África na Sala de Aula*, São Paulo, Selo Negro Edições, 2005, p. 28

Como o índice de analfabetismo em Angola é ainda elevado, com pelo menos 33% dos adultos maiores de 15 anos analfabetos ⁴⁹ – e essa estatística não leva em conta o analfabetismo funcional, que no Brasil chega a 60% – a comunicação oral, via rádio e televisão, é extremamente importante como fator de integração nacional. A TPA – Televisão Pública de Angola – que transmite em português quase toda a programação, mantém serviços informativos em oito das principais línguas nativas ainda faladas na capital e principalmente no interior: fiote, cokwe, umbundo, kimbundo, kicongo, ngangela, kwanyama e nyaneca.

Reportagens divulgadas pelos telejornais *Notícias da Tarde*, *Ecos & Factos* e *Telejornal*, são traduzidas por uma equipe de cerca de 30 pessoas. O programa *Línguas Nacionais* é transmitido diariamente das 14h30 às 15h30. De segunda a sábado, uma língua por dia e aos domingos, num único programa, as duas línguas menos faladas.

Maria Kafute, jornalista que traduz a língua kwanyama, falada no Cunene, tem tanta experiência no trabalho que vai para a cabine de áudio com os textos em português e faz a tradução simultânea. É desta forma que a TPA procura atingir até os angolanos que não dominam o português, e ainda preferem se comunicar na própria língua. A mesma política de inserção pelas línguas nativas é aplicada na RNA – Rádio Nacional de Angola.

As línguas nacionais são um patrimônio cultural que os angolanos podem e devem preservar. O Ministério da Educação desenvolveu em 2004 um plano para incluir no currículo das escolas públicas o ensino de algumas línguas nativas, previsto para ser aplicado a partir de 2006, em unidades experimentais.

No Brasil, seria o mesmo que ensinar tupi-guarani nas escolas públicas. Aqui, o processo de extinção das línguas indígenas foi inexorável. O lingüista Aryon Rodrigues, da Universidade de Brasília, estima que eram faladas no território

⁴⁹ Relatório do Banco Mundial, *Angola at a Glance*, 2004

brasileiro cerca de 1200 línguas, quando os portugueses chegaram, em 1500. Dessas, apenas cerca de 15%, ou 180 línguas, ainda estão vivas, praticadas por pequenos grupos étnicos, fadadas ao desaparecimento a curto e médio prazo. A extinção de cerca de mil línguas em cinco séculos de História (o que resulta em 2 línguas mortas a cada ano, em média), aconteceu durante o período colonial, o Império, a República e até recentemente, com a colonização do noroeste do Mato Grosso e de Rondônia.

Quase todas as línguas indígenas que se falavam nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil desapareceram, assim como desapareceram quase todas as que se falavam na calha do rio Amazonas. Essa enorme perda quantitativa implica, naturalmente, uma grande perda qualitativa. Línguas com propriedades insuspeitas desapareceram sem deixar vestígios. E provavelmente algumas famílias lingüísticas inteiras deixaram de existir.⁵⁰

Nisso, Angola está um passo à frente do Brasil: ainda consegue preservar suas línguas seculares. Mas o escritor angolano José Eduardo Agualusa alerta: “O desastre que se verificou no Brasil está agora em curso no continente africano. Existem atualmente seis mil línguas em todo o mundo. Destas, três mil vão desaparecer durante este século. Em média, a cada quinze dias desaparece uma língua – e a África é o continente mais ameaçado”.

Na época colonial só uma pequena percentagem de angolanos falava português como língua materna. Até o século XIX a população letrada de Luanda era bilíngüe, alternando o português com o kimbundo; nessa época foram publicados pelo menos dois jornais redigidos em kimbundo, além de dicionários e gramáticas. Hoje, o português é a segunda língua materna de

⁵⁰ RODRIGUES, ARYON, *A Originalidade das Línguas Indígenas Brasileiras*, in Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico

Angola, com cerca de 40% de falantes, logo depois do umbundo e antes do kicongo e do kimbundo. Os falantes do nosso idioma têm vindo a crescer de uma forma espantosa, de Cabinda ao Cunene, neste último quarto de século, ou seja, desde a independência, sendo relativamente raro encontrar quem não se consiga comunicar no nosso idioma. Desgraçadamente tal avanço foi feito à custa das línguas nacionais, sobretudo do kimbundo, idioma que, se nada for feito para o impedir, poderá desaparecer dentro de duas gerações.

Parece-me fundamental, para inverter o atual processo, que se comece a alfabetizar as populações rurais nas suas línguas maternas. (...) Seria importante fomentar também uma imprensa em línguas nativas. Esta é uma outra forma de lutar pela unidade nacional – ao impedir que a língua portuguesa seja percebida como um idioma de dominação e de extermínio; mas é, sobretudo, uma forma de lutar pela inteligência e pelo patrimônio cultural da humanidade.⁵¹

Ou seja, levando em conta as heranças étnicas e culturais de cada nação, pode-se afirmar que a atual situação dos meios de comunicação de massa de Angola tem, como já vimos, relação direta com a secular tradição de oralidade, o inconsciente coletivo de um povo submetido a prolongado período de colonialismo escravagista, a experiência do afro-stalinismo, a fratricida guerra civil e a globalização tardia, como veremos a seguir neste relato histórico, e também nos próximos capítulos.

Os primeiros veículos de comunicação em Angola surgiram apenas no século XIX, quando Portugal resolveu dedicar maior atenção às colônias africanas, especialmente após a independência do Brasil, em 1822, e a proibição do tráfico de escravos, a partir da década de 1840. Vale lembrar que, no Brasil, os portugueses

⁵¹ AGUALUSA, JOSÉ EDUARDO, *A Minha Pátria é Uma Viagem*, in Fórum Brasil-África, Política, Cooperação e Comércio, Brasília, edição do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004, p. 261-262

proibiram a publicação de jornais até 1808, quando a família real teve que se refugiar no Rio de Janeiro.

Tradicionalmente, o estudo da informação em Angola é dividido em três épocas distintas:

- Colônia: começa com o lançamento do primeiro órgão de imprensa, o Boletim Oficial de Angola, em 1845. Esse período se estende até 24 de abril de 1974;
- Época de transição: de 25 de abril de 1974 a 10 de novembro de 1975;
- Pós-Independência: de 11 de novembro de 1975 até os dias atuais.

O jornalista Muanamosi Matumona, formado em comunicação social pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, escreveu um livro sobre os meios de comunicação de Angola, e faz uma divisão própria dessa história:

- Antes da independência;
- Após a independência, no período marcado pelo monopartidarismo do MPLA-PT, de 1975 a 1991;
- Multipartidarismo: essa fase começou em 1991, com os Acordos de Bicesse, na esteira da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria. Esses novos tempos levaram a uma reforma institucional de Angola, permitindo a oficialização de diversos partidos, inclusive FNLA e Unita, que em 1992

concorreram com o MPLA, nas primeiras eleições livres e diretas do país. No plano econômico também ocorreram mudanças significativas, com o fim da experiência socialista e o início do livre mercado.

Considero mais adequada essa segunda proposta de separação de fases históricas, porque o período mais recente tem maior interesse para este trabalho, e de fato a transformação do regime marxista-leninista de partido único e economia centralizada para o multipartidarismo e economia de mercado, é o elemento divisor que ao mesmo tempo explica e levanta questões sobre a História contemporânea de Angola.

Assim, apresentarei os principais acontecimentos do período anterior à independência, quando houver, durante o sistema de partido único e por fim do período de 1991 aos tempos atuais, para cada segmento dos meios de comunicação, ou seja, publicações, rádio, agência noticiosa, internet e televisão. Acredito que desta forma ficará mais fácil ao leitor entender o desenvolvimento histórico e cultural de jornais e revistas, das rádios, das agências noticiosas, dos sites informativos e da TV.

2.1 – PUBLICAÇÕES: JORNAIS E REVISTAS

Durante mais de 300 anos, desde o primeiro contato com os kicongos, os portugueses estiveram mais interessados na exploração dos recursos da terra e na comercialização de escravos do que na colonização e no desenvolvimento do território, que depois veio a se constituir em Angola.

No que diz respeito aos primeiros registros escritos por angolanos, as poucas referências indicam para relatórios redigidos ainda no século XVIII pelo capitão António Dias de Macedo, filho de portugueses nascido em Angola. Também há um livro de poemas, *Esportaneidades da Minha Alma – às Senhoras Angolanas*, de

autoria de José da Silva Maia Ferreira, na primeira metade do século XIX. Ferreira integrava uma elite angolana inaugural, que atuava no comércio e no funcionalismo público e passou a usar os primeiros jornais para exprimir suas aptidões literárias.

Assim é que o Boletim Oficial, lançado em 1845 pelo governador Pedro Alexandrino da Cunha, servia não apenas para divulgar notícias de Portugal e das províncias d'além-mar, como para a manifestação literária de portugueses e angolanos. O Boletim Oficial de Angola divulgava documentos oficiais, cartas pastorais do Bispado de Angola e Congo, crônicas de viagens através das colônias, trechos literários em prosa e verso, anúncios comerciais e avisos de leilões.⁵²

A invenção do linotipo, pelo alemão Ottmar Mergenthaler, acelerou o processo de industrialização de produções gráficas no final do século XIX, na medida em que tornou mais fácil e barato imprimir livros, revistas e jornais. “A partir de 1860, a imprensa periódica tornou-se o veículo principal do descontentamento, a todos os níveis econômicos e sociais da colônia, na luta para influenciar e pressionar o governo de Lisboa”.⁵³

Em Angola, a chegada via Portugal de novas tecnologias para impressão levou ao surgimento dos primeiros jornais montados e impressos com recursos próprios: independentemente do nível tecnológico empregado, para os novos veículos de comunicação dispor de tipografias ou gráficas próprias era um primeiro sintoma de liberdade de expressão.

Em 1855, aparece o primeiro periódico significativo, intitulado *A Aurora*, de feição essencialmente literária e recreativa. Em 1866 é fundado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, já com tipografia própria, um importante semanário dedicado aos assuntos de interesses administrativos, econômicos,

⁵² Cf. MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 12-13

⁵³ ALEXANDRE, VALENTIM et al, coordenação, *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume X – O Império Africano (1825-1890)*, Editorial Estampa, Lisboa, p. 529

mercantis, agrícolas e industriais da África Portuguesa, particularmente de Angola e São Tomé. Em 6 de dezembro de 1866, aparecia ao público o primeiro número de *A Civilização de África Portuguesa*, que quase marcou, deste modo em Angola, um novo período do jornalismo. Foi daqui que os colonos começaram a designar imprensa livre os periódicos saídos de tipografias particulares, distinguindo-a, assim, da Imprensa do Governo.⁵⁴

A linha editorial de *A Civilização de África Portuguesa* incomodou a administração colonial, pela postura em defesa de interesses econômicos e administrativos da colônia, da total abolição da escravatura e por críticas a figuras do governo. Um ano depois do lançamento, em dezembro de 1867, o governador geral António Gonçalves Cardoso mandou o chefe de polícia de Luanda fechar o jornal, por ter considerado “subversivos” alguns artigos atacando a atuação do governo. A publicação sobreviveu até 1869. Urbano de Castro e Alfredo Mântua escreveram o periódico na cadeia, onde ficaram por dois meses. Em 1873, *O Mercantil* também foi suspenso, por ordens do sucessor de Cardoso.⁵⁵

No sul do país, o *Jornal de Moçâmedes* (atual Namibe), foi o órgão mais importante. O jornalismo em Angola era uma atividade mantida por redatores amadores, tanto portugueses quanto angolanos e até brasileiros, como o engenheiro Francisco Pereira Dutra, aliados a empreendedores ou comerciantes, a maioria com idéias reformistas. Até a virada do século XX, pelo menos 46 títulos foram criados e tiveram vida efêmera, entre eles *O Comércio de Luanda* (1867), *O Mercantil*, (1870) e *O Cruzeiro do Sul* (1873). O primeiro jornal inteiramente dirigido e escrito por angolanos foi *Echo de Angola*, lançado em novembro de 1881 em Luanda, por Arantes Braga.

⁵⁴ MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 13

⁵⁵ ALEXANDRE, VALENTIM et al, coordenação, *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume X – O Império Africano (1825–1890)*, Editorial Estampa, Lisboa, p. 531

O governo colonial, no entanto, mantinha estreita vigilância sobre os primeiros jornalistas angolanos. As publicações eram censuradas e circulavam com a tarja “visado pela censura”. Tudo era controlado por Portugal, em especial o fluxo de informações em direção às colônias, mesmo durante o período entre 1870 e 1926, quando o país europeu teve um governo liberal. Qualquer informação ou opinião que pudesse ameaçar a integridade dos territórios coloniais era estritamente proibida.

Na última década do século XIX, uma geração de filhos do país, negros e mestiços, nascidos nas décadas de 1860/1870, passou a dedicar grande parte de seu tempo ao jornalismo, iniciando um movimento de profissionalização. *O Angolense*, lançado em 1907, auto-proclamado “órgão defensor dos filhos de Angola”, foi o jornal mais representativo dessa elite.⁵⁶

A criação do Liceu Salvador Correia em Luanda, em 1919, abriu novos horizontes para os portugueses e para a elite angolana que tinha acesso à educação formal. Pouco depois, em 1923, Adolfo Pina fundou o semanário *A Província de Angola*, que após três anos passou a ser diário. Foi um marco do início da profissionalização no jornalismo angolano, com redatores que se dedicavam exclusivamente ao jornal, não mais como uma ocupação de caráter literário. Até a década de 1930 surgiram outros veículos de informação, entre eles *O Sport de Luanda* (1924), *A Actualidade* (1926), *Correio de Angola* (1929), *Angola Desportiva* (1930) *Jornal de Notícias* (1932), *O Comércio* (1933) e *Os Desportos* (1934).⁵⁷

Num país predominantemente católico, a Arquidiocese de Luanda também lançou o seu jornal, *O Apostolado*, em 1935. Circulava a cada duas semanas, com

⁵⁶ MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA, coordenação, *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume XI – O Império Africano (1890–1930)*, Editorial Estampa, Lisboa, p. 423–425

⁵⁷ MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 15

artigos e reportagens que visavam a promoção cultural dos angolanos, sob a ótica da Igreja Católica, evidentemente.

A edição e publicação de jornais, nesse ínterim, chegou às principais províncias de Angola. Em 1958, com a criação da Empresa Gráfica do Uíje, passou-se a publicar o semanário *Jornal do Congo*, montado na capital da província, Carmona, que após a independência passou a ser conhecida com o mesmo nome da província, Uíje. A publicação era distribuída também em Luanda, onde viviam muitos angolanos nascidos no Uíje e que tinham interesse em acompanhar os acontecimentos econômicos, políticos e sociais de sua província. Outros jornais regionais também circulavam nesse início dos anos 1960, como *O Sul de Angola*, editado no Namibe, *Jornal da Huíla*, *O Democrático*, de Malanje, *Jornal de Benguela*, *O Lobito* e *A Voz do Planalto*, da província do Huambo, cuja capital, na época, chamava-se Nova Lisboa.

Outro movimento importante, que influenciou os destinos do jornalismo e da política de Angola, foi a fundação, em Lisboa, da Casa dos Estudantes de Angola, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1948, os estudantes angolanos criaram na capital portuguesa um boletim literário, denominado *Mensagem*. Em Coimbra, os estudantes passaram a publicar o *Meridiano*. O boletim *Mensagem*, em 1951, se transformou em revista, editada pela Associação dos Naturais de Angola. Sob a fachada literária, esses grupos de estudantes também escreviam artigos com forte conteúdo ideológico, pregando o fim do colonialismo português, sem esconder a simpatia pela proposta socialista. As autoridades portuguesas não gostaram da agitação estudantil angolana e os boletins e a revista tiveram vida efêmera.

A maioria dos jovens universitários viria a se reunir novamente, pouco depois, sob inspiração do MPLA – o primeiro movimento político organizado, criado em 1956 para combater o colonialismo português em Angola. Com a forte

repressão e a censura ainda mais rígida aos meios de comunicação, restavam aos estudantes revolucionários a poesia e o jornalismo panfletário, clandestino.⁵⁸

O recrudescimento da revolução levou o governo colonial a endurecer ainda mais a repressão contra qualquer tentativa de divulgar opiniões ou mesmo informações, através de jornais e revistas. Por volta de 1966, em vez de jornais, os poetas angolanos produziam poemas e contos, inspirados na guerra, entre eles Costa Andrade, Arlindo Barveiro e Pepetela. Boa parte dessa obra foi produzida nos esconderijos dos rebeldes, com a caneta numa mão e o fuzil na outra.⁵⁹

Após a independência, em 1975, a repressão à liberdade de informação apenas mudou de mãos: dos colonos portugueses para os novos donos do poder. O controle era exercido pelo DIP – Departamento de Informação e Propaganda. “No seu trabalho – salienta Muanamosi Matumona (2002, p. 23) – os jornalistas deveriam esperar por um comunicado oficial, antes de publicar uma informação acerca das acções político–militares”.

No *Jornal de Angola*, único diário em todo o país, pouca informação havia: a publicação tinha como principal função divulgar as declarações e discursos oficiais dos integrantes do MPLA. Em 1976, os poucos jornais que ainda tentavam sobreviver com tiragens irregulares foram fechados, entre eles *Diário de Luanda*, *Vitória é Certa* e *Angolense*. Em 1978, finalmente, a repressão total abateu-se sobre as publicações independentes: até as gráficas e tipografias foram confiscadas e nacionalizadas. O *Jornal de Angola* restou soberano, mas enfrentava dificuldades para sair às ruas, como escassez de papel e a crônica falta de eletricidade. A circulação diária, que chegou a 70 mil exemplares em 1975, caiu para apenas 4.000 em 1995, devido ao colapso da infraestrutura do país.⁶⁰

⁵⁸ LOPO, JÚLIO DE CASTRO, *Para uma História do Jornalismo de Angola*, Editora Museu de Angola, Luanda, 1952, p. 11–12

⁵⁹ Ibidem, p. 29

⁶⁰ HYDEN, GORAN et al., *Media and Democracy in Africa*, Transaction Publishers, New Jersey, 2003, p.

A partir do início dos anos 1980, o governo decidiu autorizar o funcionamento de jornais especializados em esportes. Entre os mais significativos está o semanário *JDM – Jornal Desportivo Militar*, criado em fevereiro de 1982. As páginas esportivas que o *Jornal de Angola* publicava às terças-feiras já não eram suficientes para atender o interesse dos leitores de Luanda.

A princípio o JDM cobria apenas as atividades esportivas dos militares e pára-militares, mas em pouco tempo passou a cobrir todas as modalidades, principalmente basquete e futebol. Por ser um órgão ligado aos militares, não teve dificuldade em conseguir a autorização do poderoso DIP. Na opinião de Matumona, que foi repórter e redator do JDM, o jornal especializado tinha como principal função “completar a informação apressada do jornal diário, onde a notícia era um produto perecível imediatamente após ser veiculado”.

Mas o *Jornal Desportivo Militar* também enfrentava dificuldades para chegar aos leitores: ora faltava papel, ora tinta, ora eletricidade, ou a tipografia, já velha e desgastada, sofria alguma avaria. Essa penúria acabou por levar o semanário à falência, em 1989.

Pouco antes, em 1987, a tentativa de lançar uma revista desportiva, *O Golo*, (O Gol) ligada ao Centro de Documentação da Informação do Secretariado de Estado da Educação Física e Desporto, também fracassou: foram publicadas apenas duas edições. Para ocupar esse vazio, o *Jornal de Angola* lançou um suplemento esportivo, em 1993.

Os acordos de Bicesse, assinados em 1991, começaram a mudar o cenário de repressão à liberdade de expressão, permitindo o surgimento de novos veículos de comunicação. A interrupção da guerra entre a Unita e o MPLA e a perspectiva de eleições gerais em 1992 criaram um clima de esperança. Até a forma de tratar a notícia mudou, como registrou em um artigo o chefe de Redação do *Jornal de Angola*, Osvaldo Gonçalves:

Os velhos gêneros jornalísticos praticados até então de forma insípida e repetitiva ganham novos sabores – a notícia é mais curta e incisiva, deixam de lado os narizes de cera com apelos ideológicos – a reportagem ganha como personagem o cidadão, o trabalhador da fábrica. Antes só os directores falavam, a entrevista, que era até então uma simples reprodução das palavras do entrevistado, passa a ser mais controversa. Aparece a entrevista-debate, o artigo deixa de ser uma mera repetição de palavras de ordem e ganha números, a crônica sobe do discurso romântico para o crítico.⁶¹

Com a democratização, o governo permitiu a abertura de novos jornais, como o *Correio da Semana* e o *Jornal dos Desportos*, que eram produzidos e impressos nas mesmas instalações do *Jornal de Angola* que todavia seguia sendo único diário do país. O DIP foi substituído em 1992 pelo Conselho Nacional de Comunicação Social, integrado por funcionários do Ministério da Comunicação Social e pelos diretores e editores das publicações ligadas ao Estado. Em janeiro de 1996, o Conselho dos Media foi ampliado, permitindo a participação de representantes de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional. No entanto, o Conselho foi aos poucos deixando de funcionar, na prática.⁶²

A Nova Lei de Imprensa, de 1991, permitiu que a Unita passasse a editar em Portugal o semanário *Terra Angolana*, preparando-se para o processo de transformação de movimento revolucionário em partido político, tendo em vista as eleições gerais programadas para 1992.

A imprensa privada ressurgiu, com o lançamento de vários títulos, dentre eles *Comércio de Actualidade*, *Imparcial Fax*, *Folha 8* e *Agora*, todos editados e impressos em Luanda, numa mesma gráfica. Esse momento de relativa paz foi interrompido pelo retorno da guerra em 1992, logo depois de Jonas Savimbi, derrotado nas urnas pelo então presidente José Eduardo dos Santos, não reconhecer

⁶¹ GONÇALVES, OSVALDO, *O caso de Angola*, texto avulso, Luanda, 2000

⁶² HODGES, TONY, *Angola, Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, Indiana-USA, 2001, p. 95

a vitória do adversário. Durante cerca de dez anos, o conflito se manteve aceso, com alguns períodos de trégua. A guerra provocou mortos e feridos também entre os jornalistas.⁶³

Após a morte de Savimbi e o início de um período duradouro de paz, em 2002, a imprensa passou a viver, como de resto todo o país, um clima de normalidade e reconstrução nacional. Em 2005, o *Jornal de Angola* ainda era o único diário, com circulação estimada em 41 mil exemplares em formato tablóide ampliado. O jornal também pode ser acessado via Internet, no endereço www.jornaldeangola.com, com links para as editorias de Política, Economia, Geral, Polícia, Desporto e Cultura, além de Opinião, Colunas, Especial, Entrevista e Roteiro Cultural. Na capa oferece ainda serviços como câmbio da moeda nacional, o Kwanza, com dólar e euro, previsão do tempo e últimas notícias.

Também são editados em Luanda oito jornais, todos semanais, em formato tablóide. A impressão das capas é em quatro cores, e a distribuição começa às sextas-feiras, por vendedores ambulantes nas ruas. Não há bancas de revistas em Luanda, ou pelo menos não havia até o início de 2005. Frequentemente, esses tablóides são acusados pelo governo de sensacionalismo, em reportagens de denúncias contra figuras públicas do MPLA e dos outros partidos com representação na Assembléia Nacional. Nas principais capitais provinciais também funcionam jornais de circulação regional. A circulação, todavia, é bastante restrita, seja pelo alto índice de analfabetismo, pela baixa renda e a precariedade da infraestrutura nacional. Estimava-se em 1996 que todos os jornais independentes somados não chegavam a uma tiragem de 22.000 exemplares (MOGALAKWE AND LIMA, 1996, apud HODGES, 2001, p. 97). Somando-se a tiragem semanal do *Jornal de Angola* (cerca de 290 mil) com os outros semanários distribuídos em Luanda (cerca de 25 mil), chega-se a aproximadamente 315 mil exemplares, o que representa um

⁶³ Veja detalhes da Nova Lei de Imprensa no segmento sobre a TPA e informações sobre violações ao direito de liberdade de expressão e de imprensa no final deste capítulo

exemplar para cada 12,7 habitantes da capital de Angola, levando-se em conta que a população de Luanda seja de 4 milhões de pessoas.

2.2. – O RÁDIO

A primeira emissão radiofônica, realizada a partir de Benguela, por iniciativa de Álvaro Carvalho, foi no dia 28 de fevereiro de 1936. A CR 6-AA operava em ondas curtas, com potência máxima de 50 watts. Depois, com a mudança de Álvaro de Carvalho para Lobito, a emissora passou a se chamar Rádio Difusão do Lobito, com o mesmo indicativo.

Assim como no Brasil, que por sua vez seguia o modelo europeu de radiodifusão, em Angola também se desenvolveu o rádio clubismo, a partir da fundação do Rádio Clube de Angola, em Luanda, em 5 de fevereiro de 1938. Grupos de amigos ou pessoas com interesses comuns se cotizavam para comprar um aparelho receptor e ouvir a grande novidade: voz e música tocando numa caixa de madeira amplificada.

Esses grupos passavam depois a freqüentar a sede da emissora, onde acompanhavam a programação ao vivo, assistiam apresentações musicais, dançavam e namoravam.

Outros clubes de radiodifusão também foram criados em Benguela, Lobito, Huíla e Huambo, e depois em praticamente todas as províncias angolanas. Esse período durou cerca de dez anos. “As motivações iniciais transformaram-se aos poucos e a publicidade comercial seria introduzida como fonte principal de receitas”.⁶⁴

A profissionalização, ou comercialização da radiodifusão em Angola tem como marco a emissora de Huambo, em 1949, que passou a inserir comerciais como forma de sustentação financeira. A programação, conseqüentemente, também

⁶⁴ MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 17

mudou, seguindo modelos de rádios da Europa, especialmente Portugal e França, que já haviam abandonado a fase do radioclubismo há mais tempo.

Em 8 de dezembro de 1954, a Igreja Católica aproveitou o encerramento das Celebrações Marianas e inaugurou a *Rádio Ecclesia*, com um emissor de ondas curtas de 50 watts, de baixa potência. Os discos eram pouco mais de meia dúzia, as instalações exíguas, num bairro da capital angolana. As emissões diárias começaram em março de 1955. No 15º aniversário, em 1969, inaugurou, em fase experimental, um sistema automático de transmissões, passando a emitir 24 horas por dia, com novos e mais potentes equipamentos. No entanto, segundo o jornalista e padre católico Muanamosi Matumona, a influência do poder colonial era quase absoluta no controle das emissões radiofônicas.

No início dos anos 1960, as emissoras nacionais difundiam pouca música popular angolana, dedicando grande parte da sua programação à música portuguesa, notícias e rádio-novelas. A cultura portuguesa era imposta por um poder político abertamente autocrático e conservador.⁶⁵

Com o surgimento dos movimentos de libertação nacional, o governo colonialista português decidiu criar a Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão da Província de Angola, em março de 1961. O objetivo era levar o rádio a todas as províncias do país e organizar a política informativa que deveria se contrapor aos rebeldes, que iniciavam a usar o rádio como forma de propaganda. Nessa época, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola – passou a transmitir o programa *Angola Combatente*, a partir de uma emissora instalada em Leopoldville (hoje Kinshasa), capital do então Congo Belga. A penetração no território angolano, todavia, era pequena, pois os angolanos não tinham simpatia pelo Congo Belga, hoje denominado República Democrática do Congo. O programa

⁶⁵ Ibidem, p. 17

foi transferido em 1963 para Brazzaville, a capital do Congo francês (também conhecido como Congo Brazzaville), depois que subiu ao poder naquele país o novo presidente, Massamba Debat, alinhado com os países do Leste Europeu.⁶⁶

A partir daí, o MPLA usou o programa para propaganda e noticiário e também para transmitir instruções aos militantes anti-colonialistas. A audiência aumentou, já que os quadros do movimento conseguiam uma comunicação mais eficiente, procurando entusiasmar os ouvintes e motivá-los a integrar a luta contra os portugueses, mesmo que fosse apenas com apoio aos guerrilheiros. Outros programas radiofônicos revolucionários, sob a inspiração do MPLA, passaram a ser emitidos a partir de outras capitais africanas, entre elas Cairo, Dar-es-Salem e Lusaka.⁶⁷

Enquanto isso, outras emissoras legalizadas eram criadas em Angola, dentro do plano do governo colonialista de disseminar suas idéias e informações pelo país. Em Luanda, uma dessas emissoras surgiu com o nome de *Rádio Clube Português*, pouco depois passou a se identificar como *Emissora da Liberdade*, adotando enfim o nome de *Rádio Voz do Povo*. De acordo com dados da Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão de Angola, em 1970 funcionavam 59 emissoras de rádio, transmitindo 2.439 horas semanais.

A primeira tentativa de criar uma rádio oficial aconteceu no início dos anos 1950, com a *Rádio Angola*, que utilizava transmissores alugados da *Rádio Marconi*. A rádio mudou várias vezes de nome: foi chamada de *Emissora Oficial de Angola*, depois *Emissora Nacional de Angola* e finalmente, em 1975, após a independência, viria a se transformar na *RNA – Rádio Nacional de Angola*, denominação que usa até hoje.

⁶⁶ KI ZERBO, JOSEPH, *História da África Negra*, Vol. II, 2ª edição, Publicações Europa-América, 1991, p. 228

⁶⁷ CARREIRA, IKO, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Pub. D. Quixote, Lisboa, 1996, p. 105-107

Com o fim do colonialismo, grande parte dos quadros da *Rádio Ecclésia* voltou a Portugal, ficando um pequeno grupo responsável pela emissora, dirigida pelo padre Abílio de Sousa Ribas. Assim como as outras emissoras em todo o país, a rádio católica também foi nacionalizada e fechada pelo governo socialista, através do Decreto Presidencial n° 5/78, de 24 de janeiro de 1978. Até 1992, ou seja, por 14 anos, as emissões radiofônicas foram exclusivas da RNA, que emitia toda a programação para 18 emissoras regionais retransmissoras. Havia programas em português, inglês, francês e espanhol, e também em línguas nacionais. Em 1988, estima-se que as rádios em atividade podiam ser captadas em cerca de 435 mil aparelhos receptores.⁶⁸

No entanto, desde 1979 a rádio *Vorgan - Voz da Resistência do Galo Negro* - emissora da Unita - União Nacional para a Independência Total de Angola, transmitia do exterior sua programação via ondas curtas, em português, inglês e línguas nativas, especialmente kimbundo e umbundo. Era um dos instrumentos de propaganda de guerra da Unita, que enfrentava as tropas oficiais do governo, na longa e sangrenta guerra civil. Um contraponto ao programa *Angola Combatente*, do MPLA, transmitido pela *Rádio Nacional de Angola*. Cesaltina Fragoso, uma das lideranças da Unita, explicava assim os objetivos da *Vorgan*:

Fundada em 1979, a *Vorgan* nasceu da iniciativa e vontade da direcção da Unita, com o objectivo único de informar, actualizar a nível nacional e internacional, o momento político-militar vigente, dimensionado às diferenças políticas, propósitos e esperanças na diversidade.

Tecnicamente assistiu-se ao seu crescimento gradual, não só na nitidez sonora, como na expansão das ondas, que se deveu aos novos equipamentos, adquiridos pela nossa direcção. Essa determinação será como uma constante com a Unita a defender a Alma Angolana, as suas tradições e

⁶⁸ *United States Library of Congress Country Studies*, fevereiro de 1989

cultura. Assim, defender a *Vorgan* é defender a dignidade de Angola. Falar da *Vorgan* é falar de nós mesmos, da Nação. A *Vorgan* que diz a verdade (...) Uma orientação inteiramente ao serviço do nosso povo, no seu tempo. ⁶⁹

O clima de polarização se manteve mesmo em 1992, quando Angola viveu um breve período de paz para a realização das eleições parlamentares e presidenciais. A *Vorgan*, já como emissora FM legalizada, instalada em Luanda, fazia seu proselitismo anti-MPLA e a favor do líder da Unita, Jonas Savimbi. O MPLA do presidente José Eduardo dos Santos, que concorria à Presidência com Savimbi, utilizava a *Rádio Nacional de Angola* como instrumento de propaganda do governo.

Com o retorno da guerra logo após as eleições, de uma forma ainda mais furiosa, e sentindo a necessidade de ampliar sua capacidade de transmitir informações além da província de Luanda, o governo angolano autorizou a criação de novas emissoras, como a *Rádio 5*, de programação exclusivamente esportiva, e a *Rádio Luanda*, ambas ligadas à estrutura da *Rádio Nacional de Angola*. Também surgiram outras emissoras FM: *Luanda Antena Antena Comercial* (LAC), *Rádio Cabinda Comercial*, *Rádio Morena*, em Benguela e a *Rádio 2000* em Lubango. Essas emissoras teriam sido instaladas com discreto apoio governamental, e raramente faziam críticas ao governo ou ao partido dominante (HODGES, 2001, p. 96).

Durante as negociações de paz em Lusaka, em 1994, a rádio *Vorgan*, da Unita, continuou a funcionar em Luanda, com o compromisso de interromper a propaganda partidária e beligerante e se transformar numa emissora comercial. Mas, de acordo com Matumona (2002, p. 37), “a *Vorgan* continuou a transmitir uma propaganda hostil e declarações públicas inflamatórias, encorajando o ódio e a violência.” A despeito do acordo de Lusaka, firmado em 1994, que garantia a liberdade de expressão, entre outros direitos constitucionais, a guerra se reacendeu, e a rádio do Galo Negro foi fechada em 1998.

⁶⁹ FRAGOSO, CESALTINA, *Vorgan – 16 anos ao serviço dos angolanos*, in Terra Angolana, maio de 1995

Durante um novo período de trégua, em março de 1997, quase 20 anos após ter sido encerrada, a *Rádio Ecclesia* foi re-inaugurada, com a presença do cardeal D. Alexandre do Nascimento, arcebispo de Luanda e presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, e de autoridades, como o ministro da Comunicação Social. A programação era emitida das 06h00 às 21h30, através da FM 97.5 MHz. Segundo seus estatutos, a Rádio Ecclesia, como emissora católica, tem como fins específicos, além dos consagrados aos demais órgãos de comunicação social:

- garantir o direito dos angolanos à informação;
- difundir valores evangélicos, de modo a tornar a sociedade angolana mais justa, fraterna e solidária;
- respeitar e participar no desenvolvimento integral da pessoa humana;
- criar um espírito de tolerância, respeito e convivência pacífica entre todos os cidadãos angolanos.⁷⁰

Veja, no quadro abaixo, algumas das emissoras de rádio em FM, AM e Ondas Curtas que funcionam atualmente em Angola:

Luanda, Angola				
FM RADIO				
93.5		– +	<u>Canal A (RNA)</u> – Luanda (Luanda) AO	
94.5		– +	<u>Radio 5 (RNA)</u> – Luanda (Luanda) AO	
95.5		– +	<u>LAC-Luanda Antena Comercial</u> – Luanda (Luanda) AO	
96.5		– +	<u>Radio FM Estereo (RNA)</u> – Luanda (Luanda) AO	
97.5	5kW	+ +	<u>Radio Ecclesia</u> – Luanda (Luanda) AO.. <i>religious/Catholic</i>	
99.9		– +	<u>Radio Luanda (RNA)</u> – Luanda (Luanda) AO	
101.4		– +	<u>Radio N'Gola Yetu (RNA)</u> – Luanda (Luanda) AO.. <i>several languages</i>	
AM RADIO				

⁷⁰ Dados da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé – CEAST

944	25kW	+	<u>Radio N'Gola Yetu (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>several languages; 05–00h</i>
1010	1kW	+	<u>Radio Luanda (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>24h.</i>
1088	25kW	+	<u>Canal A (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>24h.</i>
1367	100kW	+	<u>Canal A (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>1900–6000</i>

SHORTWAVE RADIO

3375	15kW	+	<u>Radio N'Gola Yetu (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>several languages; 17–00h</i>
4950	100kW	+	<u>Canal A (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>24h.</i>
7245	25kW	+	<u>Radio N'Gola Yetu (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>several languages; 05–00h</i>
9720	100kW	+	<u>Canal A (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>0600–0000</i>
11955	100kW	+	<u>Canal A (RNA)</u> on FM – Luanda (Luanda) AO.. <i>24h.</i>

Angola (outside Luanda)

FM RADIO

(FM)	–	Radio 2000 – Lubango (Huila) AO
(FM)	–	Radio Cabinda – Cabinda City (Cabinda) AO
(FM)	–	Radio Morena – Benguela (Benguela) AO

SHORTWAVE RADIO

4780	–	Emissora Provincial Kuando–Kubango – Menongue (Cuando–Cubango) AO
4820	–	Emissora Provincial da Huila – Lubango (Huila) AO
5015	–	Emissora Provincial do Namibe – Namibe (Namibe) AO
5043	–	Emissora Provincial de Benguela – Benguela (Benguela) AO

Internet Radio, Angola

INTERNET RADIO

+	<u>Radio do Canal Angola</u> ⁷¹
---	--

⁷¹ TVRadioWorld, www.tvradioworld.com/region3/agl/

A Rádio Nacional de Angola pode ser acessada também através da Internet, no endereço www.rna.ao, onde o internauta tem acesso a informações sobre a empresa, a relação completa das 6 emissoras locais, 18 provinciais e 7 regionais, além dos centros de transmissão e de duas emissoras on-line: o Canal A e a Rádio Luanda. Segundo a emissora, “para além da língua portuguesa emitimos em 12 línguas nacionais a partir de Luanda e 59 a partir das emissoras provinciais. A programação internacional se faz em português, inglês, francês e lingala (principal língua falada nos Congos).” O site da RNA informa ainda que a promoção da cidadania, dos bons costumes, da solidariedade humana, dos valores culturais nacionais e o incentivo ao estudo estão entre seus principais objetivos. “A RNA é um garante da liberdade de expressão e promotor do confronto de diferentes correntes de opinião, através do estímulo à criação e à livre expressão do pensamento e dos valores políticos, culturais, linguísticos, técnicos e outros.” E a direção da emissora ainda garante: “Em nenhum momento a Rádio Nacional de Angola divulgará qualquer informação sem confirmação da sua veracidade e, como valor nuclear de trabalho, não fará devassa à vida particular alheia.” Vale destacar que o serviço da Rádio Nacional de Angola na Internet funciona muito melhor do que o mesmo serviço da TPA, que nos meses finais de 2004 esteve continuamente fora do ar. Por força de lei que vigora desde 1992, como as emissoras independentes são proibidas de transmitir em ondas curtas e médias, a RNA detém ainda o monopólio da radiodifusão nas zonas rurais e nas menores cidades, ou seja, na maior parte geográfica do país.

Como em outras partes da África, muitos angolanos buscam informação não-partidária sobre seu país em transmissões por ondas curtas de emissoras estrangeiras, em português, especialmente os serviços internacionais da *BBC* e da *VOA – Voz da América*. O governo não permite a retransmissão desses programas pela *RNA* ou emissoras independentes, e a *Rádio 2000*, de Lubango, chegou a ser

advertida pelas autoridades por exibir programas da Voz da América. Apesar dessas restrições, uma pesquisa realizada pela empresa angolana Austral, a pedido da *BBC*, constatou que 6% dos adultos ouviam a *BBC* e 5% a *VOA*, pelo menos uma vez por semana (HODGES, 2001, p. 97).

2.3 – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

A divulgação de notícias de Portugal e das colônias africanas foi feita até 1960, preferencialmente, pelas agências portuguesas Lusitânia e Ani. Algumas experiências foram feitas a partir de então, com serviços irregulares e amadorísticos, que chegaram a ser nomeadas Angola Press e Agência Angolana de Notícias – Ana. Só durante o governo de transição foi criada a Agência Nacional de de Notícias, Angop, ativada realmente após a independência, com a colaboração da agência iugoslava Tanjug, sob a direção de Luis Kiambata. Mas, segundo Matumona, “...era vista como uma agência oficial do governo, de muito pouco uso e de duvidosa utilidade. (...) A Angop exercia, assim, o monopólio das notícias; alinhou também na criação de um pool de agências noticiosas dos Países não-Alinhados”.⁷²

Notícias de Angola também eram divulgadas através da PANA – Agência Informativa Pan-Africana, criada em maio de 1983 pela OUA – Organização da Unidade Africana, cujo conselho intergovernamental foi dirigido durante um período por Lúcio Lara, um dos principais líderes revolucionários angolanos.

No início dos anos 2000, uma equipe de jornalistas brasileiros prestou consultoria à Angop, a pedido do governo angolano, para modernizar os serviços e oferecer informações em tempo real através da Internet, no endereço <http://www.angolapress-angop.ao/>.

A Angop transmite informações em português, francês e inglês, e organiza o material nas seguintes editorias: Política, Economia, Social, Desporto, Cultura,

⁷² MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 33

África, Internacional e Especiais. Apesar da modernização do serviço noticioso, a Angop continua sendo uma agência oficial do governo de Angola: as manchetes de primeira página, que muitas vezes são mantidas por mais de um dia, são sempre de atividades ligadas ao primeiro escalão, seja do Executivo, seja do Legislativo.

Os usuários têm acesso a um serviço de busca na base de dados da agência, que funciona com boa eficiência, e podem fazer contato com a Angop através de um formulário. O site da agência, ao lado das manchetes e dos links das principais notícias do dia, oferece um menu de notícias 24 horas, que em português lusitano se expressa 24 sobre 24.

2.4 – INFORMAÇÃO PELA INTERNET

Além do site da Angop, emissoras de rádio, alguns jornais e instituições mantêm endereços na Internet, onde é possível encontrar informações e/ou links para informações a respeito de Angola (confira relação em Anexos). Um deles é o Angonotícias, com informações em tempo real, acessado em www.angonoticias.com, produzido pela Rede TOANGOLA, que se apresenta como “uma equipa jovem, empenhada, dinâmica e com experiência na área das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.”

Seus principais canais são denominados: Generalista, O Povo, Desporto, Entrevista e Arquivo, onde o internauta pode pesquisar notícias das duas semanas anteriores. O serviço de pesquisa também funciona bem. Uma característica do Angonotícias é a abertura para comentários dos leitores. A maioria utiliza-se do anonimato ou de apelidos, e as críticas são mordazes.

Outros endereços da internet que disponibilizam notícias sobre Angola e países lusófonos são o Notícias Lusófonas, que pode ser acessado em <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?category=Angola> e EboNet, cujo

endereço é <http://www.aeiou.pt/registos/e/EBONet.html> e que são mantidos por organizações sediadas em Portugal.

2.4.1 – SÍTIOS ABANDONADOS

Em finais dos anos 1990, a utilização da Internet como forma de inserção institucional e de distribuição de informações se disseminou rapidamente em Angola, coincidindo com a “bolha” da rede, registrada praticamente no mundo todo. Passada a euforia inicial, no entanto, muitos sites – que em português de Portugal costumam ser chamados de sítios – foram abandonados e deixaram de receber atualizações.

O assunto é tratado na reportagem “Abortos online – A História de um Dinheiro (Muito) Mal Empregue – Organismos do Estado gastam milhares de dólares na construção de páginas na Internet que acabam por não ter qualquer utilidade”, publicada no semanário *A Capital*, de 15 a 22 de outubro de 2005. O repórter Tandala Francisco visitou diversos endereços, a maioria ligada ao governo, e constatou a falta de atualização, em alguns casos, há anos. Ele cita, entre outros, os sítios do Conselho de Ministros (www.cministros.gv.ao), do Ministério da Família e Promoção da Mulher (www.mifam.netangola.com), do Ministério da Indústria (www.mind.gv.ao), do IDIA – Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (www.idia.gv.ao), do Tribunal de Contas (www.tcontas.ao), do Ministério das Relações Exteriores (www.mirex.gv.ao) da Polícia (www.policia-angola.gv.ao) e dos Serviços de Migração e Fronteiras (www.angolavisa.com). E ressalta:

Quanto à importância da disponibilização de informação online, técnicos como Oscar Zovo não têm dúvidas. “De nada vale ter um site que não reflita a produção de informação de determinada instituição”, um recado que cabe, por exemplo, à Televisão Pública de Angola (www.tpa.ao), cujo site, já de si débil, foi substituído por um telão azul a dizer que se encontra off line

por razões técnicas. “Volte em breve”, lê-se na tela azul. O breve, porém, já dura um bom tempo.⁷³

2.5 – TV: UM DOS TABUS DO COLONIALISMO

A primeira emissora de TV na África começou a operar em 1954 no Marrocos. Argélia, em 1956 e Nigéria, em 1959, vieram em seguida. Quênia, Uganda e Senegal inauguraram suas emissoras durante os anos 1960, e hoje todos os países africanos emitem e/ou recebem programação de TV.⁷⁴ As primeiras tentativas de criar uma televisão em solo angolano ocorreram no início dos anos 1960. Uma delas aconteceu em Benguela, em janeiro de 1964. Em 1969, o Ministério do Ultramar instituiu em Lisboa uma comissão para estudo da implantação da TV nas colônias.

Naquele momento, de acordo com o histórico postado até meados de 2005 no site da TPA na Internet (www.tpa.ao/paginas/historia.htm), “o governo colonial-fascista é forçado a reconhecer a urgência e a necessidade do estabelecimento, a curto prazo, de um serviço de televisão nas colônias como mais um máquina de acção psicológica pró-regime.”

Em junho de 1970, tentou-se adaptar para a TV um programa radiofônico, *Café da Noite*, em Luanda. Dois anos depois, a proposta de criar a TVA – Televisão de Angola – também fracassou, pois havia correntes conflitantes no governo colonial, sendo a mais forte a que pretendia manter o monopólio da TV para a RTP – Rádio e Televisão Portuguesa.

É de assinalar que a televisão era um dos grandes tabús (sic) do colonialismo português, no sentido de boicotar, por todos os meios, as possibilidades de informação e educação do povo angolano. E sempre permaneceu a convicção de que os governos de Lisboa e Pretória tinham

⁷³ Reportagem completa na edição de no 175 do semanário *A Capital*, de 15 a 22/10/2005, p. 6

⁷⁴ OJO, TOKUNBO, *Educational Dimensions of Television in the Post-Colonial African States*, artigo s/ data localizado no endereço: <http://cms.mit.edu/mit3/papers/ojo.pdf>

acordos secretos, que estabeleciam impedimentos à instalação de canais de televisão em Angola, Moçambique e África do Sul.

O governo colonial alegava razões impeditivas: o exclusivo da televisão em todo o espaço português fora concedido à RTP e a primeira fase da instalação estava em curso, na metrópole, aguardando pela criação de condições mínimas para a instalação da TV no Ultramar. Depois disso se procederia ao estudo e montagem do serviço. Jamais se reuniam as tais “condições mínimas” e o projecto ficou no papel. Em 1962 foi apresentado, oficialmente, pela Rádio Clube de Huambo, o primeiro requerimento, solicitando autorização para instalar a televisão em Angola. Desse pedido nunca mais se teve notícias... ⁷⁵

Em 1970, outra tentativa, desta vez usando um sistema amador de circuito fechado para realizar programas experimentais, também foi reprimida pelas autoridades logo após a primeira emissão, argumentando-se a exclusividade da RTP.

Ainda segundo o relato histórico da TPA, acessível no site da emissora, só em 27 de junho de 1973 foi autorizada a constituição de sociedades anônimas, para a exploração da TV. Nestes termos é constituída a RPA/TPA – Radiotelevisão Portuguesa de Angola, que em 1974 substituiu a palavra “Portuguesa” por “Popular”. A fase de transição, após a Revolução dos Cravos, era um momento histórico cheio de ambigüidades: embora já com a independência prometida, os organismos oficiais ainda eram controlados majoritariamente pelos colonizadores, com participação minoritária de angolanos.

Em 18 de outubro de 1975, menos de um mês antes da Independência (11 de novembro), a TPA iniciava emissões regulares, que eram captadas por poucos

⁷⁵ MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 20

aparelhos receptores em Luanda. A emissora foi nacionalizada em junho de 1976 pelo governo da República Popular de Angola, recém-instalado pelo MPLA.

2.5.1 – Informação ligada à orientação política

Duas semanas depois de assumir o poder, o Ministério da Informação, em seu primeiro despacho, de 28 de novembro de 1975, nacionalizou as estruturas dos meios de comunicação, criou o Centro Nacional de Jornalismo, para a formação de quadros, e um Centro de Imprensa, de apoio aos jornalistas angolanos e estrangeiros. Mas o Ministério da Informação durou pouco: em 1977, após uma tentativa de golpe dentro do MPLA, o presidente Agostinho Neto endureceu ainda mais o regime, e o controle dos meios de comunicação passou para o DOR – Departamento de Orientação Revolucionária – ligado diretamente ao partido, que traçava as linhas editoriais a serem obedecidas.

Já na inauguração do Centro Nacional de Jornalismo o presidente Agostinho Neto deixou clara a importância para o novo regime da formação política de quadros, que eram enviados com bolsas de estudo para instituições de ensino e doutrinação em países socialistas, principalmente União Soviética, Iugoslávia e Cuba.

(...) Há uma necessidade que aqui foi focada. É a necessidade de não desligar a informação da nossa orientação política. E, portanto, a parte política será uma das partes mais importantes do trabalho didático deste centro. É absolutamente necessário que seja assim. Porque se o jornalista não acompanhar a orientação política do MPLA e do Governo, (...) teremos simplesmente a confusão. Teremos a confusão lá onde não chegam notícias, onde chegam notícias falsas e erradas. ⁷⁶

⁷⁶ COELHO, SEBASTIÃO, *Informação de Angola*, Edição do Autor, Lisboa, 1977, p. 325

Em seu primeiro Congresso, em 1977, o MPLA deixou de ser um movimento de massas para se transformar oficialmente num partido marxista-leninista. Nesse quadro, a informação tinha a responsabilidade de acompanhar e apoiar as atividades políticas, formando, informando e mobilizando os angolanos. Durante a apresentação do relatório do Comitê Central do MPLA-PT (Partido do Trabalho), naquele Congresso, Agostinho Neto, presidente da República e do partido, não deixou dúvidas sobre esse ponto.

À informação caberá um importante papel na presente etapa do nosso processo revolucionário. Completando a actividade política do Partido, a informação leva as suas orientações a todos os pontos do país. A rádio, a televisão e a imprensa escrita, sob a orientação do partido, têm as tarefas de mobilizar, formar e educar o nosso povo, dentro dos objectivos da Revolução Socialista.⁷⁷

Foi sob essa inspiração revolucionária que a TPA – Televisão Popular de Angola – foi se estruturando e ampliando sua presença no país, durante a fase de linha dura do governo socialista. Em 1979 o sinal chegou às cidades de Benguela e Lobito, na província de Benguela, dois portos estratégicos. Em 1981 é criado na cidade do Huambo, no planalto central, o primeiro centro de produção regional. Esse passo foi importante porque Huambo era uma das províncias com maior presença da Unita, onde a guerra civil se desenrolava com grande potencial destrutivo. Mas o alcance da TPA era muito restrito: o número de televisores em 1988 foi estimado em cerca de 40.500 em todo o país.⁷⁸

⁷⁷ KRAPIVINE, *Os Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista*, Editora Novosti, Moscou (sem data)

⁷⁸ *United States Library of Congress Country Studies*, fevereiro de 1989

Na esteira da redemocratização pós-acordos de Bicesse (1991), a TPA foi transformada em empresa pública, através do Decreto n.º 66/97 de 5 de Setembro de 1997, tendo, na sua designação oficial, a palavra "Popular" substituída por "Pública".

Antigo cenário do TJ

Em agosto de 2000, a emissora passou a transmitir experimentalmente, apenas para Luanda, uma nova programação pelo canal 2. As emissões se tornaram diárias a partir de maio de 2002, na capital e imediações. Apenas em 2004 o sinal do segundo canal chegou a outras províncias de Angola, entre elas Cabinda, Benguela, Huambo e Huíla.

2.6 – A QUESTÃO DA LIBERDADE DE IMPRENSA

A liberdade de imprensa num país constantemente ameaçado pela guerra civil, sofrendo a interferência de potências estrangeiras até o início dos anos 1990, era assunto controverso, muitas vezes tratado como de interesse nacional. Numa guerra, a primeira vítima é sempre a verdade.

Apenas a partir da abertura ao multipartidarismo e à economia de mercado, criou-se clima para a promulgação, em 15 de julho de 1991, de uma nova

legislação, que regulamentava a liberdade de imprensa prevista no artigo 272 da Lei Constitucional e estabelecia o funcionamento dos órgãos de comunicação, prevendo punições para casos de abusos ou descumprimentos da lei. Em seu artigo terceiro, a legislação determinava:

Os órgãos de comunicação social têm os seguintes fins gerais: contribuir para consolidar a nação angolana e reforçar a unidade nacional; informar o público com a verdade, independência e isenção, sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correcta e imparcial.

Quanto à liberdade de expressão, a Nova Lei de Imprensa estabelecia os seguintes critérios:

Os limites à liberdade de imprensa são os que decorrem unicamente dos preceitos da presente lei e daqueles em que a lei geral e a lei militar impõem, com vista à salvaguarda da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial da Nação angolana, da unidade nacional, da ordem pública, da saúde e da moralidade públicas. (...) A fundação de empresas jornalísticas e editoriais é livre, com vista à elaboração, edição e difusão de quaisquer publicações, sem subordinação a autorização, caução, habilitação prévia ou outras condições que não sejam as constantes presentes na lei.

No entanto, o Estado manteve estrito controle sobre o rádio e, principalmente, sobre a televisão:

A actividade da radiodifusão é exercida pelo Estado, podendo lei especial determinar as formas de licenciamento e do exercício de estações de rádio comerciais privadas. A concessão de serviço público de radiodifusão é

atribuída à Rádio Nacional de Angola. (...) A actividade de televisão é exercida em exclusivo pelo Estado. A concessão de serviço público de televisão é atribuída à Televisão Popular de Angola.

O ambiente em que foi promulgada a Lei de Imprensa em 1991 mudou bastante com o reinício da guerra, em 1992. O conflito, que ora recrudesca, ora era interrompido por tréguas, manteve uma situação de tensão permanente, em que qualquer manifestação contrária ao governo ou a alguma autoridade pública era interpretada como uma traição ou um ataque aos legítimos interesses de Angola. O jornalista Matumona relata as conseqüências trágicas que esse cenário provocou para alguns profissionais dos meios de comunicação:

(...) Rafael Marques, então jornalista do *Jornal de Angola*, foi banido do seu jornal, segundo consta, por ter escrito no estrangeiro uma série de artigos que punha em causa a imagem do Governo de Angola. Vários jornalistas foram assassinados em circunstâncias suspeitas. Os casos mais conhecidos são: o assassinio, a 18 de janeiro de 1995, de Ricardo Mello, director do semanário independente *Imparcial Fax*. Mello foi assassinado nas escadas de seu prédio, em Luanda, por homens armados e não identificados; Antônio Casimiro, correspondente da *Televisão Pública de Angola* em Cabinda foi morto em sua casa, a 30 de outubro de 1996; em 1998, os escritórios do *Agora* sofreram um incêndio suspeito. Mesmo assim, não parou o lançamento de outras publicações privadas, facto que confirmaria a existência de uma “imprensa livre”: surgiram, nesta época, os semanários *Angolense*, *Actual*, *Independente* e *Comércio Actualidade*.⁷⁹

O caso do jornalista Rafael Marques teve repercussão internacional, e teria ocorrido de forma diversa da citada por Matumona. Ex-redator do oficioso *Jornal*

⁷⁹ MATUMONA, MUANAMOSI, *Jornalismo Angolano – História, Desafios e Expectativas*, Uíje, edição do Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje (Sedipu), 2002, p. 36

de Angola, Marques foi detido em casa, em outubro de 1999, quando trabalhava como free-lancer e coordenador do Open Society Initiative in Southern Africa. Ele foi acusado de difamação do presidente José Eduardo dos Santos, por um artigo publicado em julho daquele ano, no semanário *Agora*.

Em um artigo publicado no *The New York Times*, Rafael Marques se defende: “Meu crime? Em um artigo para um semanário independente no último verão eu chamei o presidente de Angola de o mais “astuto e discreto dos comandantes autoritários da memória recente da África.” ⁸⁰

O julgamento de Marques, marcado para o fim de dezembro de 1999, foi adiado devido a pressões políticas. Mais de 50 deputados do parlamento angolano divulgaram uma carta, afirmando: “É com redobrada apreensão que vimos assistindo a constantes atropelos à liberdade de expressão, consubstanciados na intimidação a jornalistas e a órgãos da comunicação social privada.” Todavia, na interpretação do site Observatório da Imprensa, que acompanhou de perto o caso, o documento era encabeçado por parlamentares da Unita: “O problema é que, vindo da Unita, que nasceu na direita mais sanguinária e hoje posa de liberal, esta declaração de princípios também não pode ser levada muito a sério”. ⁸¹

Desde 1999, o IPI – International Press Institute – acessado pelo endereço <http://www.freemedia.at/cms/ipi/>, uma rede de editores, gerentes, executivos de mídia e jornalistas, que busca salvaguardar a liberdade de imprensa e o livre fluxo de informações, com sede em Viena, na Áustria – divulga relatórios anuais sobre a situação de liberdade de imprensa em Angola. ⁸² São citados inúmeros casos, desde ameaças até assassinatos de jornalistas, especialmente no período em que o país ainda estava em guerra civil.

⁸⁰ *The New York Times*, edição de 15 de dezembro de 1999

⁸¹ Cf. www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br

⁸² Os relatórios podem ser consultados em inglês no endereço: www.freemedia.at/wpfr/Africa/angola.htm

Nota-se, claramente, que a cada ano o relatório é menor, ou seja, os problemas de violação da liberdade de imprensa estão diminuindo, especialmente a partir de 2002, quando a guerra civil terminou e o clima de polarização entre o MPLA e a Unita e demais forças de oposição se reduziu sensivelmente. O relatório de 2004 confirma que “Angola está fazendo uma transição pacífica para a democracia, após centenas de milhares de cidadãos mortos em décadas de brutal guerra civil.”

Essa transição, de acordo com o IPI, ocorre mais rapidamente na capital Luanda. O problema ainda está no interior do país, onde, segundo o instituto, “o governo mantém um firme controle sobre a mídia, e autoridades governamentais continuam a usar violência contra ativistas da oposição”. Destacando a importância das futuras eleições gerais para consolidar a democracia, o IPI destaca a necessidade de “desenvolver um sistema aberto de mídia no interior de Angola, para educar os cidadãos antes das eleições”.

2.6.1 – Modernização das leis

A partir do ano 2000, um novo projeto de lei foi apresentado pelo governo e começou a ser discutido com as associações de classe e com os parlamentares da Assembleia Nacional. O país ainda estava em guerra civil, que só viria a terminar em fevereiro de 2002. O texto, fortemente baseado na Lei de Imprensa de 1991, deixava clara a garantia de liberdade de expressão e de imprensa:

São garantidas as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação de associação e de todas as demais formas de expressão. (...) É garantida a liberdade de imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura, nomeadamente de natureza política, ideológica e artística. A lei

regulamenta as formas de exercício de liberdade de imprensa e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos.⁸³

Mas a nova legislação sofreu forte oposição dos jornalistas angolanos, e jamais foi colocada em votação na Assembleia Nacional, permanecendo em vigor a lei de 1991. Portanto, o monopólio da TV e restrições à expansão do rádio continuavam. A Rádio Ecclesia chegou a ser acusada de contrabandear novos equipamentos para modernizar suas instalações e implantar emissoras nas províncias, e foi obrigada a permanecer emitindo apenas em Luanda e imediações. O governo exercia seu poder para manter as emissões sob controle, deixando livres apenas os jornais privados, de baixa circulação e, portanto, pequena penetração e influência na sociedade angolana. O *2004 World Press Freedom Review*, relatório anual sobre liberdade de imprensa, elaborado pelo IPI – International Press Institute – observa que “o alto custo da produção gráfica num país com extrema pobreza significa que o acesso aos jornais é restrito a poucos milhares de cidadãos, a maioria em Luanda.” O relatório ainda comenta o efeito do monopólio na radiodifusão para o interior de Angola:

O monopólio na radiodifusão é causa de grande preocupação, uma vez que é a mídia mais acessível à maioria dos angolanos. Mais de 30% da população é incapaz de ler os jornais, problema ainda maior entre as mulheres. Com uma alta taxa de analfabetismo, e alto custo da distribuição dos jornais para as regiões mais pobres do país, a mídia impressa não tem uma ampla circulação fora da capital. Como resultado, as rádios são a principal fonte de informação, mas há limitações às idéias políticas que podem ser expressas através das emissoras controladas pelo Estado, o que

⁸³ *Projecto de Lei de Imprensa*, 2000, trechos dos artigos 32º e 35º

significa que há restrições aos angolanos no acesso à informação e em sua capacidade de participar do processo político.⁸⁴

Em julho de 2002, meses após a morte de Jonas Savimbi, o presidente José Eduardo dos Santos criou uma comissão para elaborar um ante-projeto de Lei de Imprensa. A proposta, que teve participação de jornalistas e juristas, foi aprovada em agosto de 2005 pelo Conselho de Ministros, um órgão consultivo da Presidência da República. A principal mudança é a quebra do monopólio estatal na TV e no rádio.

Em março de 2005, em entrevista ao jornal português *Público*, o vice-ministro da Comunicação Social, Manuel Miguel de Carvalho "Wadijimbi", afirmava, referindo-se à nova legislação constitucional: (...) "Quem estiver interessado em abrir uma estação de rádio ou de televisão em Angola pode ir preparando o dinheiro".⁸⁵

Após a aprovação da proposta pelo Conselho de Ministros, "Wadijimbi" deu entrevista à Angop, em 1º de setembro de 2005:

(...) considerou que o projecto de Lei de Imprensa quarta-feira aprovado pelo Conselho de Ministros constitui "um instrumento consensual mais moderno e democrático no seu conteúdo". O governante justificou esta sua opinião pelo facto de "terem sido eliminados, entre outros aspectos, todos os constrangimentos que se colocavam no domínio das televisões e das rádios".⁸⁶

Também segundo despacho da Angop, a secretária-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), Luísa Rogério, considerou mais plural e democrático o

⁸⁴ O *2004 World Press Freedom Review*, assim como os demais relatórios do IPI, podem ser acessados pelo endereço: www.freemedia.at/wpfr/Africa/angola.htm

⁸⁵ Cf. <http://dossiers.publico.pt/shownews.asp?id=1222314&idCanal=10>

⁸⁶ Cf. o site da *Angop*: www.angolapress-angop.ao/

Projeto de Lei de Imprensa, em comparação com a legislação em vigor desde 1991:

Ao falar da aprovação do documento que vai estabelecer os princípios orientadores da comunicação social e do exercício da liberdade de imprensa no país pelo órgão colegial do Governo, a responsável disse que esta Lei de Imprensa é a mais consensual possível, na medida em que foram ouvidas as contribuições das associações do ramo e procurou-se salvaguardar o interesse de todas as partes, entre jornalistas, o Estado e a sociedade.⁸⁷

Finalmente, no dia 3 de fevereiro de 2006, a Assembléia Nacional aprovou a nova Lei de Imprensa, por 125 votos a favor, 25 contra e dez abstenções. O projeto teve, portanto, votos da oposição, o que seria, na opinião do ministro das Comunicações, Manuel Rabelais, clara concordância com os princípios do diploma legal, dentre eles o equilíbrio entre a liberdade de imprensa e os direitos dos cidadãos e autoridades e incentivos aos veículos de comunicação.

No entanto, a Unita divulgou nota afirmando que a lei deixa importantes lacunas, entre elas “o facto de não instituir o órgão do Estado responsável para assegurar com isenção e imparcialidade a liberdade de imprensa”. Segundo o principal partido de oposição, esse órgão seria o Bureau da Alta Autoridade para a Comunicação Social, que teria representantes do governo, do parlamento, dos meios de comunicação e da sociedade angolana.⁸⁸

A nova legislação, que derruba o monopólio estatal da TV e do rádio, sendo promulgada pelo presidente da República, poderá resultar, num futuro próximo, numa real abertura dos meios de comunicação. A partir daí, dependendo das circunstâncias em que essa abertura se realizará, Angola passará a viver uma nova fase, sem monopólios na comunicação social e com mais democracia. No entanto,

⁸⁷ Ibidem

⁸⁸ “Assembléia Nacional aprova Lei de Imprensa”, notícia publicada no site www.angonoticias.com em 03/02/2006, tendo como fonte a Angop

até lá a TPA continuará sendo a única TV aberta disponível para os angolanos de baixa renda, que não podem pagar o serviço de cabo via satélite.

CAPÍTULO 3 – TV PÚBLICA, DE ACESSO PÚBLICO, EDUCATIVA OU ESTATAL?

MODELOS DE EMISSORAS PÚBLICAS

*“Os pré-requisitos da TV pública são: a vontade da sociedade;
o respeito pela liberdade e opinião de cada um dos seus cidadãos;
a disponibilidade do Estado em democratizar a informação, a formação
e o entretenimento, e a disponibilidade do Estado para
garantir um financiamento independente.”*

Uwe Rosenbaum, diretor de Programação da TV pública alemã

*“É necessário evitar que a TV pública repita a mesma receita
das TVs comerciais, que privilegiam o noticiário de gabinete,
em detrimento do que acontece na vida real.”*

Ricardo Kotscho, jornalista brasileiro

Mas afinal, o que é TV pública? Quais os conceitos que necessita respeitar? Que tipo de programação deve privilegiar? Qual o público almejado? Para buscar as respostas vamos comparar formatos e conceitos de televisão não-comercial, educativa, pública ou dita pública, tomando como modelos a pioneira BBC, a PBS norte-americana, a TV Cultura de São Paulo e a alemã SWR/Sudwestrundfunk.

Durante o mestrado na ECA/USP, nas aulas da disciplina *Tendências da TV Brasileira: dos Canais Comunitários à TV Digital*, ficou evidenciado que os canais comunitários podem ser produzidos **com** a comunidade, **pela** comunidade ou **para** a comunidade, sendo esta última a forma mais comum. Portanto, o que parece simples – que a TV comunitária seja feita de acordo com os interesses comunitários que representa ou se propõe representar – revela-se muito mais complexo e, muitas vezes, contraditório e decepcionante. Da mesma forma com a TV pública, de acesso público ou educativa, que na verdade muitas vezes não passa de uma TV estatal

disfarçada, algumas mais competentes, outras menos, em seu papel de assegurar acesso público e democrático a informação, teleducação e entretenimento.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, para comentar o vídeo exibido através da Internet e por emissoras de TV brasileiras, em que a ex-modelo e apresentadora Daniela Cicarelli aparecia supostamente fazendo sexo com o namorado numa praia da Espanha, a professora da PUC-SP e pesquisadora de novas mídias, Giselle Beiguelman, chama atenção para o fato de que a predominância das câmeras, fenômeno cada vez mais presente, fortalece a sociedade de controle, através da vigilância ou do espetáculo.

É preciso diferenciar notícia de informação. Os meios hoje permitem grande capacidade de produção e difusão de notícias, mas não necessariamente de informação. A dinâmica da sociedade do espetáculo, analisada por Guy Debord, pensador fundamental do século 20 e ironizada por Fellini em *La Dolce Vita*, depende do consumo de imagens e de uma disponibilidade de alguns para ser protagonista desse espetáculo.

Estamos falando de mercado. Em nosso contexto, mediado por câmeras, mensageiros on-line, cartões de fidelidade, o que temos é a consolidação da sociedade de controle, o estado de vigilância distribuída, no qual a privacidade se torna uma mercadoria de luxo, que nunca será entregue na sua totalidade.⁸⁹

O mundo retratado pelas câmeras é o mesmo para todos que estão investidos da função mediadora da TV. A forma de olhar é que diferencia necessariamente cada um desses mediadores. O que se deve transmitir ao público: notícia ou informação? As notícias circulam com grande facilidade e abrangência, mas só um

⁸⁹ Entrevista de Giselle Beiguelman a Juliana Monachesi, Performance anônima, *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 2006, Caderno Mais, p. 6

serviço público, sem compromissos comerciais, políticos ou ideológicos, seria capaz de transmitir informação. Informar o público com isenção pode ser um bom começo para qualquer emissora que queira ser pública e levada a sério. E tudo começa no espaço público.

3.1 – O ESPAÇO PÚBLICO

Comunicação é poder: este é o ponto essencial.⁹⁰ O conceito de espaço público é recente, originário do Iluminismo e da Revolução Industrial. Tem a ver com as noções de racionalismo, de enfrentar a realidade. A associação entre os meios de comunicação e o espaço público, identificada por Habermas, tem início no século XVIII, quando os jornais organizam e desorganizam esse espaço.

Na Inglaterra, a burguesia se reunia em cafés literários e clubes, para discutir literatura e política. Em 1810 havia cerca de 3 mil desses clubes só em Londres. Foram o embrião do espaço público, ainda restrito à burguesia e aos homens, e ali surgiam novas idéias. A restrição física dos salões é rompida pelos meios de comunicação de massa, que ampliam as fronteiras desse espaço público. Passa-se então, de uma relação direta e pessoal para uma relação mediada, mediatizada.

Esse período que marcou o processo de ampliação do espaço público através dos MCM coincide com o racionalismo, em que a opinião de várias pessoas era depurada e forjada no debate na esfera pública. Era também o início da sociologia, das ciências sociais. Isso leva a contradições em locais como o Reino Unido, já que o princípio do segredo, típico da monarquia, entra em choque com o princípio da publicidade e da transparência, característico da democracia.

De acordo com Laurindo Lalo Leal Filho, os MCM são responsáveis por dar publicidade aos atos públicos: todo cidadão tem o direito de saber, de conhecer os

⁹⁰ As informações sobre os serviços públicos de rádio e TV e os conceitos sobre espaço público foram transmitidos pelo professor dr. Laurindo Leal Filho, durante aula do curso de mestrado na ECA/USP pela disciplina *Tendências da TV Brasileira: dos Canais Comunitários à TV Digital*, em setembro de 2005.

atos públicos, o que se configura no conceito da universalidade de acesso, um dos princípios básicos da BBC, o primeiro serviço público de rádio e TV. Forma-se um público interessado em consumir as informações fornecidas pelos meios de comunicação de massa: jornais e revistas rompem os limites, ampliando o espaço público horizontal (na medida em que extrapolam os círculos fechados) e verticalmente (chegando a outros grupos sociais). A classe operária, criada pela Revolução Industrial, também cria seus próprios meios de comunicação, o que amplia e dinamiza o espaço público.

No Brasil, o rádio é criado em 1922 através dos clubes de ouvintes, com prestação de serviço público e princípios semelhantes aos da BBC. Os ouvintes se cotizavam e um imposto sobre a compra dos aparelhos de rádio servia para manter o serviço. “Esse formato durou até o começo do governo Vargas, quando o país iniciou sua adesão à lógica do capital e o rádio tornou-se mais um empreendimento comercial. Os MCM são estruturais para o sistema capitalista, na medida em que transformam produtos em mercadorias”, destaca Leal Filho.

Os meios de comunicação de massa atrofiam, a partir de então, sua função de ampliar e dinamizar o espaço público, para o que contribui a tendência a tratar a informação como entretenimento. Por outro lado, a edição das informações cria um recorte de mundo conforme com visões ou idiossincrasias. Entre os MCM e seus receptores há uma mediação ideológica do que pode ou deve ser visto e ouvido. O público vai se transformando em massa acrítica: a revolução burguesa pára no capitalismo.

A criação das agências de notícias européias a partir de 1860 – lembra o professor Laurindo Leal Filho – reforça essa tendência, e um tratado de 1870 divide as áreas de cobertura, para evitar competição, no que pode ser considerado o primeiro indício de globalização da informação. Em 1900 são criadas as norte-americanas AP e UPI e pressões dos EUA em defesa do livre fluxo da informação

levam ao fim do tratado das agências no início dos anos 1930. No entanto, persiste o monopólio do Hemisfério Norte sobre o Hemisfério Sul, que é questionado através da Unesco, especialmente a partir dos anos 1960, quando a descolonização da África e da Ásia amplia o número de nações com assento na ONU e impulsiona esse debate.

A Comissão McBride, instalada pela Unesco, apresenta um relatório intitulado “Um Mundo, Múltiplas Vozes”, lançando o conceito do direito de comunicar e informar, o que representou uma volta ao conceito inicial do espaço público. A popularização da Internet, nos anos 1990, também fez renascer a mística da recriação do espaço público: com a interatividade, parece que o cidadão tem a possibilidade de participar dos debates, mesmo quando há edição ou mediação.

No Brasil, a identidade nacional se faz pela TV, enfatiza Laurindo Leal Filho: o cidadão, mesmo nos lugares mais longínquos, tem a ilusão de que pertence a um grupo, a uma nação, já que pode discutir os últimos capítulos da novela, o jogo de futebol ou a mais recente crise política. Todavia, existe um enorme distanciamento entre quem faz e quem consome TV. Perde-se a capacidade de crítica e muitas vezes a própria crítica se torna um produto a ser consumido.

Nesse contexto, no mundo todo, os serviços públicos de rádio e TV passam a ser a última fronteira em defesa do espaço público, em que o cidadão tem o direito a informar e ser informado, com o mínimo de interferências de ideologia e edição. Assim como os clubes e salões onde os burgueses se reuniam, foi também em Londres que se materializou pela primeira vez o conceito de serviço público de comunicação. A criação da Rádio BBC, em 1922, acontece no período de reconstrução européia pós-Primeira Grande Guerra. São várias as razões para o surgimento de um serviço público de comunicação. A emissora de rádio era vista como parte do patrimônio cultural da Nação, assumindo o mesmo valor das bibliotecas, museus e universidades. Politicamente, era necessário ter instrumentos

para enfrentar o crescimento do nazismo e do comunismo, que levaram depois à Segunda Grande Guerra. Assim, na Europa, os serviços públicos de rádio e TV são vistos até hoje como mais um serviço público, como água, eletricidade ou a estrutura de bem-estar social.

Os fundadores da rádio BBC estabeleceram desde logo uma série de conceitos que deveriam ser respeitados para preservar a própria existência do serviço público de informação:

- O serviço não deve servir para fazer dinheiro, almejar lucro;
- Deve ser independente do governo no poder;
- Tem como objetivo criar um eleitorado mais consciente para exercer a democracia e a cidadania;
- O serviço tem como função principal suprir a necessidade de informação dos cidadãos.

De acordo com o modelo europeu, a TV Pública é o centro do modelo, não tem função complementar aos MCM comerciais. No Brasil, a TV Pública é complementar e surge com finalidade educativa. Nos Estados Unidos também é complementar, servindo a públicos restritos. Nos anos 1980, com a tentativa do governo Thatcher de privatizar a BBC, um grupo de jornalistas e intelectuais cria um grupo de trabalho e lança um livro com princípios a serem seguidos na busca do tipo ideal de serviço público de comunicação. São oito normas, citadas por Laurindo Leal Filho:

- 1 – Universalidade geográfica: as pessoas têm direito a receber esse serviço, que deve ser oferecido a toda a população;
- 2 – Apelo universal: deve atender a todos os gostos e interesses, com diversidade de conteúdo e programação (criação de canais alternativos com programação segmentada);

- 3 – Universalidade de pagamento: para evitar quebra do princípio de independência, os serviços públicos de comunicação devem ter receitas que não os submetam aos interesses dos governos;
- 4 – Independência dos governos
- 5 – Identidade nacional: devem servir como contrapeso à invasão cultural de outras nações (como a indústria cultural norte-americana)
- 6 – Zelo com as minorias: compromisso de oferecer opções para públicos segmentados, como apreciadores de jazz, música caribenha, etc.;
- 7 – Competição: devem encorajar o público a reagir contra programas ruins. A BBC, por exemplo, compete com canais privados desde 1974;
- 8 – Estímulo à experimentação de novos formatos.

Essas normas surgiram como síntese de um modelo que existia há mais de 60 anos na Inglaterra. A existência de Conselhos Gestores e de Financiamento são pilares do modelo, e assumem diferentes formatos. Na Inglaterra, Irlanda e Suécia, são suprapartidários; permitem representação política na Alemanha, com representantes proporcionais às bancadas regionais; na França e na Itália é maior a influência do Estado, com representação partidária direta nos conselhos.

Nos últimos 20 anos, desde o lançamento daqueles oito princípios, ampliou-se a pressão da globalização em direção à privatização dos serviços públicos. A concorrência aumentou muito com o surgimento de novas concessões privadas no mundo todo. Em 1997 a União Européia divulgou um protocolo sobre os serviços públicos de comunicação para preservar o pluralismo, uma vez que o sistema comercial tende a induzir à homogeneização de formatos e programações. O conceito estabelecido é de que o Estado deve investir no serviço público de comunicação como um gasto social.

Em 2002, a EU aprovou uma resolução defendendo um conjunto equilibrado de programações e canais, generalistas e temáticos, para atender as necessidades

democráticas, sociais e culturais dos cidadãos, garantindo o acesso à educação, informação, cultura e entretenimento de qualidade. A resolução da União Européia estimula a diversidade cultural e lingüística, com programas de qualidade que se atenham às necessidades de inovação e de exigência ética, tendo por objetivo atender a mais ampla audiência, assegurando a máxima cobertura geográfica e social, favorecendo a educação e a difusão intelectual. Objetivos que só um serviço público pode almejar.

3.2 – OS DESAFIOS DA TV PÚBLICA

Em junho de 2003 a TVE Rede Brasil organizou no Rio de Janeiro um seminário para discutir o conceito de TV pública, com a participação de convidados brasileiros, ligados ou não às emissoras públicas e educativas, além de representantes da PBS americana, da BBC e da alemã SWR/Sudwestrundfunk. O evento gerou a edição de um livro, que será a principal fonte deste capítulo.

A TV feita para o cidadão dialoga com a sociedade civil e deve existir além da tela, sair do prédio das emissoras para buscar, nos centros urbanos e rurais, inspiração nos movimentos sociais de cultura e informação, retratando a dinâmica social de seu público.

Pesquisas qualitativas com os telespectadores, investigando os interesses e demandas da audiência, para definir e reorientar estratégias da programação, são mais do que necessárias, e esse foi um ponto destacado por alguns debatedores do evento.⁹¹

Um ponto pelo qual pode-se iniciar o debate sem receio de errar é a definição legal, na maioria dos países, de que a mídia, com exceção da Internet, é

⁹¹ CARMONA, BETH e FLORA, MARCUS, org., *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 10-11

pública. Sobretudo o rádio e a televisão, que dependem de uma concessão governamental. Por isso, todas as emissoras têm responsabilidades sociais.

No entanto, o jornalista Alberto Dines, que participou do seminário sobre a TV pública, afirma que as emissoras não comerciais devem se diferenciar inclusive pela forma de narrar os fatos:

(...) A narração, a concepção, a apresentação, o ritmo e a formatação de um programa da TV pública devem obedecer a parâmetros e paradigmas específicos, diferentes da narração, da apresentação, do ritmo e da formatação da TV comercial, da TV aberta ou mesmo da TV por assinatura.

Esse é um assunto que acho da maior importância, porque nós estamos vendo que se criou um estilo de narração na TV por assinatura, sobretudo na parte de jornalismo, que é o meu viés, que nada tem a ver com a narração jornalística de uma TV pública. (...) Um exemplo: contratar um helicóptero, que fica horas filmando, gravando um acontecimento, enquanto, às vezes, o acontecimento nem chegou a acontecer. Isso não é a narrativa, não é o objetivo do jornalismo da TV pública.⁹²

Num país em que mais de 90% dos lares têm televisores e em que a maioria recebe notícias e informações quase que exclusivamente via rádio e televisão, fica clara a importância da TV na educação e formação do povo brasileiro. A TV nasceu privada e em menos de 20 anos alcançou um nível de eficiência reconhecido inclusive no exterior, com a exportação de novelas e a concessão de prêmios internacionais para jornalistas do Brasil. Nesse contexto, em que os recursos são disputados em função de audiência, fica difícil consolidar um modelo público de TV.

⁹² DINES, ALBERTO, Toda Mídia é Pública, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 16–17

Acredito que a televisão pública deva ter, de saída, dois compromissos essenciais: primeiro com a qualidade e o segundo com a autonomia, com a liberdade de criar e de se expressar, não importa de onde venham os recursos.

Existe sem dúvida alguma, um compromisso educacional mas, sinceramente, não acredito que esse compromisso deva se limitar à educação formal das crianças. Pelo contrário, considero que o compromisso educacional da TV pública é também, e sobretudo, o de orientar os espectadores, tanto os mais jovens quanto os menos jovens, no sentido de abrir a mente para as possibilidades de transgressão. É encorajando essa possibilidade que a televisão pública educa. Num ambiente onde a televisão massiva tem a capacidade de promover uma ampla lavagem cerebral, de definir valores elaborados segundo critérios completamente circunstanciais e de limitar a capacidade de discernimento do espectador, eu não consigo imaginar um serviço melhor que a TV pública possa prestar ao espectador do que estimular nele a dúvida sobre o que a própria televisão está lhe dizendo.⁹³

Vamos portanto, a seguir, apresentar os relatos, conceitos e informações sobre diferentes modelos de TV pública, com base no seminário que se transformou em livro, começando pela BBC de Londres.

3.3 – O MODELO DE TV PÚBLICA DA BBC

No seminário sobre o desafio da TV pública, realizado no Rio de Janeiro em 2003, o jornalista e diretor para as Américas do Serviço Mundial da BBC, Lúcio

⁹³ HOINEFF, NELSON, A Gênese das Televisões Públicas, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 42-43

Mesquita, falou sobre o modelo BBC de serviço público de difusão por rádio e TV.⁹⁴

Os pontos básicos destacados são:

- A BBC é uma corporação pública que tem como objetivo enriquecer a vida dos indivíduos com programas e serviços que eduquem, entretenham e também informem;
- A BBC tem como visão ser a organização mais criativa do mundo, através de programas e serviços, livres de interesses comerciais e tendências políticas. Nesse sentido, a emissora busca se envolver em ações de desenvolvimento comunitário, social e educativo, através de projetos com a comunidade e também em centros de treinamento, como forma de aproximação com o público.

3.3.1 – Estrutura

A BBC mantém oito canais nacionais em TV aberta, seis deles digitais. A BBC 1 e a BBC 2, as principais, são analógicas. Os demais são voltados ao público jovem, infantil, programação cultural, cobertura de atividades parlamentares e políticas e um canal de notícias 24 horas (BBC News).

Em rádio a organização mantém dez emissoras nacionais, com uma variada programação que inclui esportes, música, documentários, radioteatro, humor e programas infantis. Além disso, a BBC tem cerca de 50 emissoras de rádio e TV espalhadas pelo país, com programações locais ou regionais.

Na Internet a BBC tem o site www.bbc.co.uk, que inclui o site noticioso NewsOnline (news.bbc.co.uk), considerado a maior rede de correspondentes do mundo, com cerca de 250 jornalistas, orquestras sinfônicas, serviços interativos de TV digital e o Serviço Mundial, em 43 línguas.

⁹⁴ MESQUITA, LÚCIO, O Modelo da TV Pública da BBC, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 28–40

3.3.2 – Recursos

A estrutura da BBC na Grã-Bretanha é financiada por uma taxa anual que toda residência com televisor tem que pagar. Essa taxa é de aproximadamente 115 libras/ano para a maioria das casas, com descontos para idosos, donos de aparelhos preto e branco e cegos. A taxa gera uma receita anual de cerca de 2,5 bilhões de libras, o equivalente a aproximadamente R\$ 10 bilhões.

A BBC tem outras fontes de renda, como cooperações comerciais criadas para otimizar a rentabilidade da corporação. Por exemplo, cada vez que alguém assiste no Brasil a programas como o Teletubies ou a série dos dinossauros exibida pelo *Fantástico* da TV Globo, de certa forma contribui para o reinvestimento de recursos na BBC. A BBC Worldwide, o braço comercial da BBC, fatura cerca de 660 milhões de libras anualmente, o que equivale a aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Foram criadas também empresas coligadas, que prestam serviços e auferem renda. É o caso da BBC Technology, que explora a expertise da BBC em áreas tecnológicas, enquanto a BBC Resources disponibiliza mão-de-obra e instalações para terceiros.

Já no caso do Serviço Mundial, que transmite em 43 línguas, a fonte de recursos é o Ministério do Exterior britânico. A verba anual de 200 milhões de libras, cerca de R\$ 1 bilhão, é transferida para a BBC, que gerencia e aplica os recursos no serviço internacional, seguindo normas editoriais e administrativas válidas para a Grã-Bretanha.

Segundo o próprio site da BBC, o Serviço Mundial vai abrir em 2007 um canal de TV com notícias em árabe. Porém, para arcar com os custos, fechou dez serviços em línguas estrangeiras, a maioria no Leste Europeu, e reduziu algumas transmissões de rádio, inclusive para o Brasil. Esta é a maior transformação no

Serviço Mundial, desde que a BBC começou as transmissões internacionais, há mais de 70 anos.⁹⁵

Para financiar o canal internacional de TV, o BBC World, foi criada uma operação comercial com publicidade, uma vez que a legislação britânica não permite que o dinheiro da taxa anual paga pelas residências seja utilizado para a prestação de serviços fora da Inglaterra. Para garantir isenção comercial e política, o mecanismo adotado separa o lado comercial da operação jornalística. Na prática, a BBC Worldwide compra o serviço noticioso do Departamento de Jornalismo da BBC e transmite esse material pela BBC World. Assim, quem produz os programas não sabe quem são os anunciantes e, ao menos em tese, não sofreria qualquer tipo de influência comercial na produção da linha editorial.

3.3.3 – Gerenciamento Público e Prestação de Contas

O quadro de funcionários na Inglaterra e nos países servidos pela organização soma cerca de 20 mil pessoas. Todos são regidos por uma carta de princípios, criada desde o início das operações, aprovada pelo Parlamento, definindo parâmetros de isenção e caráter público da organização. A BBC é conduzida por um diretor geral e 16 diretores executivos. Esse diretor responde a um Conselho Curador, o Board of Governors, formado por 12 pessoas que representam a população. São esses curadores que controlam os padrões e as operações da BBC, atuando como guardiões da qualidade da programação.

O presidente do Conselho Curador e os demais curadores são confirmados pelo governo, num processo apartidário, para evitar nomeações que sigam tendências políticas.

⁹⁵ *BBC confirma canal de TV em árabe e fecha serviços*, publicado no site www.bbc.co.uk/portuguese, em 25/10/2005

Na BBC, temos consciência de que o grande fator para a sobrevivência da rádio e da TV públicas é o apoio público. Se um partido político, na Grã-Bretanha, decidir politizar a BBC, será o público que vai reagir contra. O público é o principal guardião da BBC como uma entidade pública independente e valorizada pelo próprio público.⁹⁶

Anualmente, a BBC apresenta um relatório geral que inicialmente é submetido ao Conselho Curador e, se aprovado, é apresentado formalmente ao Parlamento, que representa o público e não o governo britânico. Assim, as contas e estratégias da BBC são tornadas públicas e podem ser debatidas por qualquer cidadão.

3.3.4 – Princípios Éticos

A BBC criou um manual para nortear a produção editorial, o *Producer Guidelines*, que determina os parâmetros para o trabalho dos jornalistas, além de valores gerais. Entre os pontos principais desse manual podem ser destacados:

- 1 – A necessidade de ser imparcial, preciso e justo
- 2 – Dar uma visão completa e justa das pessoas e das suas culturas
- 3 – Manutenção da integridade editorial e independência
- 4 – Respeito à privacidade e aos padrões de gosto e decência, no sentido de evitar o abuso do espetáculo, que pode destruir pessoas em situações em que estejam claramente vulneráveis diante das câmeras.

A relação com os entrevistados é também um dos pontos fundamentais do manual. Para a BBC, o entrevistado deve saber para que servirá sua entrevista e até se vai aparecer ao lado de um painel, por exemplo. Quanto ao tratamento que se dá aos programas, o manual sugere que o profissional se pergunte, durante a

⁹⁶ MESQUITA, LÚCIO, O Modelo da TV Pública da BBC, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 33–34

realização do programa, se está sendo justo. Em programas com a participação de crianças, a orientação é pedir consentimento aos pais ou responsáveis antes de entrevistar uma criança.

Com relação à imparcialidade, a BBC tem o compromisso de fornecer programas com diversidade e grande abrangência. Porém, a imparcialidade não deve levar a neutralidade nem distanciamento de princípios democráticos.

Também não é uma abordagem matemática, que contrabalance cada opinião divergente. A BBC está, porém, comprometida a refletir a diversidade de opiniões. Existe uma falsa impressão do que é imparcialidade na TV ou na rádio públicas.

Não é dar exatos trinta segundos para as opiniões divergentes, porque isso não vai servir a ninguém. Na realidade, essa é uma forma bastante preguiçosa e burocrática de dizer que se exerce a imparcialidade.⁹⁷

Quanto à referência a produtos e empresas comerciais, o manual da BBC recomenda que a citação ocorra em situações editoriais e não promocionais. Quando uma empresa é visitada para a realização de uma reportagem econômica, por exemplo, deve-se citar o nome da fábrica. Se é justificável ir à empresa, do ponto de vista jornalístico, é justo identificar essa empresa.

Outro ponto essencial à política editorial da BBC: a programação, além de ter qualidade, isenção e liberdade de forma, deve servir de referência para o público e para as emissoras comerciais. No Brasil isso aconteceu com o programa Castelo Rá-Tim-Bum, criado nos anos 1990, que chamou interesse do público e levou as emissoras comerciais a melhorar o nível da programação infantil.

⁹⁷ MESQUITA, LÚCIO, O Modelo da TV Pública da BBC, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 37

3.4 – A TV PÚBLICA NOS ESTADOS UNIDOS

A apresentação sobre a TV Pública americana coube a Alyce Myatt, ex-vice-presidente de Programação da PBS e consultora em projetos de comunicação. O sistema público de rádio e TV nos Estados Unidos é complexo, formado por organizações de abrangência nacional e uma grande rede de emissoras locais.⁹⁸

Não é propriamente uma rede, mas uma organização que reúne 350 emissoras locais e canais nacionais, como a PBS – Public Broadcasting System – e a CPB – Corporation for Public Broadcasting. As emissoras de TV estão em todos os 50 estados americanos, inclusive Porto Rico, Ilhas Virgens e Samoa Americana.

A PBS foi criada pelas emissoras que compõem o sistema. O canal oferece programação não-comercial e outros serviços pelos quais as emissoras integrantes do sistema pagam para ter acesso. Já a CPB foi criada pelo governo americano em 1967 e recebe uma dotação governamental anual, que em parte é repassada para a PBS, para rádios e TVs públicas locais e para produtoras independentes de programas e séries.

O orçamento anual da PBS é de aproximadamente 320 milhões de dólares. Cerca de 13% das verbas são repassadas pela CPB. O maior volume, cerca de 25%, vêm dos próprios telespectadores, que pagam através das 350 emissoras locais. Todo ano, as emissoras fazem três ou quatro campanhas para levantamento de recursos, pedindo aos telespectadores contribuições para a TV pública. O dinheiro arrecadado vai para a PBS. Alguns programas e séries são patrocinados por empresas, que pagam para colocar seus logotipos no final ou no início da produção.

⁹⁸ MYATT, ALYCE, A TV Pública nos Estados Unidos, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 20–27

3.4.1 – Programação

A PBS não é uma produtora de programas. Ela recebe programas ou séries apresentados por outras emissoras ou produtores independentes, e pode exibí-los ou não. Originalmente, várias emissoras públicas de TV eram produtoras, mas hoje a maioria delas apenas exibe programas produzidos por terceiros. A WNET de Nova York, por exemplo, trabalha em co-produções com a BBC, o Channel Four e outros canais de produção da Inglaterra. Algumas emissoras que fazem parte do sistema oferecem algumas horas de programação própria, como a WETA, de Washington, a KCET, de Los Angeles, e a KQED, de São Francisco.

Muitos programas exibidos pela PBS são séries permanentes, exibidas há muitos anos, como o MasterPiece Theater e o Great Performances, programas de teatro e cultura que estão no ar há cerca de 35 anos. Uma série de documentários para jovens é mantida há mais de 15 anos. A maior parte dos recursos que a PBS recebe é usada para a renovação desses programas.

Outro segmento da programação da PBS é formado pelas produções independentes e de emissoras locais:

A relação com as produções independentes funciona da seguinte maneira: elas oferecem seus programas à PBS e, uma vez aprovados, buscam financiamento na própria PBS. Entretanto, os valores pagos pela PBS são muito mais baixos do que os tradicionalmente pagos no mercado. Eles não refletem os custos do programa e sim a quantia que a PBS possui e pode dispor no momento. Com isso, alguns programas são financiados por fundações privadas ou por agências governamentais.

(...) Alguns produtores também oferecem programas gratuitamente à PBS, meramente em busca de espaço de exibição. Mas o espaço é tão raro quanto o dinheiro. Só porque um programa é oferecido gratuitamente não significa que venha a ser aprovado. Devo

admitir, no entanto, que um programa que já tenha patrocínio torna-se muito mais atraente, até porque será o produtor independente quem arcará com todos os impostos e taxas.⁹⁹

Devido às características do sistema americano de rádios e TVs públicas e a fatores como a existência de diferentes fusos horários no território dos Estados Unidos, é muito difícil promover um programa em âmbito nacional. As emissoras alertam, nas vinhetas de divulgação, para que o público cheque a lista com a programação local, que varia de uma cidade para a outra. Para atrair patrocinadores interessados em exibição abrangente de programas, as emissoras têm procurado encontrar formas de veicular produções geradas em caráter nacional, nos últimos anos.

3.4.2 – Educação e Ações Comunitárias

Para potencializar a capacidade de divulgação de programas educativos, a PBS utiliza a Internet. A maioria dos programas possui um site com informações adicionais detalhadas, com links, textos e pesquisas relacionadas à temática, contatos e referências em cada uma das emissoras locais. Esses endereços podem ser acessados através do site da PBS (www.pbs.org), um dos maiores “ponto org” do mundo, recebendo cerca de 10 milhões de acessos por dia, disponibilizando 135 mil páginas de informação. Esse material pode ser utilizado inclusive em salas de aula, pois oferece guias para os professores. Há ainda cursos de educação à distância oferecidos por universidades americanas, e o www.pbs.teachersource.org, que disponibiliza cerca de 4.500 atividades para serem usadas em sala de aula. Alguns sites são criados especificamente para crianças e seus familiares.

⁹⁹ MYATT, ALYCE, A TV Pública nos Estados Unidos, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 22-23

Outro ponto que diferencia a PBS entre as emissoras públicas internacionais é a realização de campanhas de engajamento comunitário. A maioria das emissoras regionais tem coordenadores de atividades educacionais, que se relacionam com organizações e instituições da comunidade. Antes que um programa educativo seja apresentado, esses coordenadores vão às comunidades, onde entregam um guia e divulgam trechos do programa, promovem workshops, seminários e reuniões, para ajudar a população a trabalhar melhor os aspectos locais abordados na programação.

3.4.3 – Desafios do Futuro

A chegada do sistema digital de TV é vista como uma oportunidade e um desafio. Ainda não está claro o que a audiência deseja: ainda mais canais ou mais qualidade de definição e programação. No caso da PBS, as fontes de recursos são variáveis e muitas vezes incertas, o que compromete o planejamento e a própria qualidade da programação.

Por causa de ideologias políticas, o governo dos Estados Unidos ocasionalmente atacou a PBS, ameaçando cortar o seu financiamento. O apoio das empresas tem refletido os altos e baixos do mercado e o valor real e/ou percebido da missão da PBS. O montante da contribuição anual dos telespectadores varia de um ano para outro, fazendo com que, na verdade, o orçamento da PBS não possa ser levado em conta além do ano em exercício.

(...) Há os que fazem lobby a favor de um financiamento garantido, talvez tomando como modelo a BBC, cobrando taxas na venda de aparelhos de TV ou reservando um montante da verba gerada pela venda da distribuição do sinal. Qualquer que seja o modelo a ser definido, um sólido e sustentável plano deve ser implementado, caso

os EUA desejem perpetuar o ideal democrático – um povo livre, com capacidade de determinar o seu próprio futuro.¹⁰⁰

3.5 – O MODELO DA TV CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas – foi instituída pelo governo do Estado de São Paulo em 1967, é uma entidade de direito privado que goza de autonomia intelectual, política e administrativa. Custeada por dotações orçamentárias legalmente estabelecidas e recursos próprios obtidos junto à iniciativa privada, a Fundação Padre Anchieta mantém uma emissora de televisão – a TV Cultura – e duas emissoras de rádio: a Cultura AM e a Cultura FM. Por inspiração de seus fundadores, as emissoras da Fundação Padre Anchieta não são nem entidades governamentais, nem comerciais. São emissoras públicas, cujo principal objetivo é oferecer à sociedade brasileira uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando a transformação qualitativa da sociedade.¹⁰¹

3.5.1 – Filosofia

A Cultura orienta sua programação por critérios de audiência diferentes dos das TVs e rádios comerciais. Seu primeiro compromisso é a qualidade de programação. Em vez de buscar uma audiência universal – todo mundo, o tempo todo, ao mesmo tempo – trabalha com o conceito de universo de audiência.

De acordo com esse conceito, isto quer dizer que, respeitando sua natureza segmentada, produz e exhibe programações de qualidade, adequadas às necessidades e expectativas específicas de cada um dos segmentos do público:

¹⁰⁰ MYATT, ALYCE, A TV Pública nos Estados Unidos, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 26-27

¹⁰¹ Os dados sobre a constituição, a estrutura e o orçamento da TV Cultura podem ser encontrados no site da emissora, no endereço www.tvcultura.com.br

adultos, crianças, adolescentes, vestibulandos, empresários, intelectuais... Trata-se, porém, de uma audiência segmentada e horizontal, ao contrário das emissoras a cabo cuja especialização dá origem a uma audiência de segmentação vertical. É preciso ser fiel ao universo de audiência de cada faixa ou segmento, oferecendo sempre e cada vez mais, programas com qualidade, destaca o site da emissora.

Buscando cumprir seus objetivos e missão, a programação das emissoras da Fundação Padre Anchieta está estruturada a partir de quatro pilares fundamentais, destacadas pela apresentação feita no site www.tvcultura.com.br.

Educação – A programação educativa veiculada se apresenta como um complemento à formação escolar, favorecendo a ampliação dos horizontes tanto de crianças como de adultos, objetivando a formação integral do ser humano.

Cultura – A programação cultural visa criar, promover e divulgar valores culturais universais, em especial aqueles dificilmente contemplados pelo mercado comercial. Produzindo e divulgando materiais dessa natureza, a Cultura oferece ao telespectador e ao ouvinte um panorama bastante completo da realidade e da atualidade, contribuindo, cada vez mais, para a construção de uma identidade nacional.

Informação – A programação jornalística é independente, pluralista, informativa e, também, pedagógica. Além de incentivar o debate e de manter sempre aberto um canal de comunicação com o público, não se submete à pauta imposta pelos meios de comunicação de massa, pelos interesses do mercado ou pelos interesses conjunturais do poder político ou econômico. Seu foco é a sociedade. Seu mercado é o cidadão.

Entretenimento – A Cultura tem consciência de que televisão e rádio são, também, entretenimento. Porém, por ser diferente das emissoras comerciais e por sua natureza educativa e cultural, assume, em sua programação, o risco de uma dinâmica de reflexão em substituição à dinâmica de mercado.

3.5.2 – Receitas e estrutura técnica

A atual gestão da Fundação Padre Anchieta afirma que não se faz serviço público de televisão sem a ajuda dos poderes públicos. Pela própria natureza das emissoras e para que elas possam permanecer independentes do mercado é preciso defender a consolidação de verbas provenientes do Estado.

Crê, por outro lado, que os patrocínios e parcerias comerciais são a chave para garantir a criação, implantação e manutenção de novos projetos, sempre tendo como objetivo uma programação de alta qualidade. Em seu site, a TV Cultura destaca que “independência do mercado não significa, contudo, manter-se alheio a ele, não somente as emissoras públicas, mas toda e qualquer emissora de radiodifusão deve manter-se atenta às significativas mudanças advindas do mercado, na razão em que são também indicativos das preferências de público que sempre devem ser contempladas no sentido de oferecer alternativas de qualidade.”

Mas isso não basta. Para crescer e cumprir sua vocação educativa e cultural, especialmente num universo que se torna cada dia mais e mais competitivo, as emissoras da Fundação também precisam ter receitas próprias originadas a partir de contatos com diferentes setores da sociedade, tanto no âmbito público como privado.

A partir do ano de 2004 a Fundação Padre Anchieta lançou-se mais agressivamente no mercado, com o objetivo de gerar e ampliar receitas através de:

- **Mídia Promocional e Institucional:** venda de patrocínios e apoios culturais.
- **Venda de produtos e sub-produtos** criados a partir de elementos da programação. Para tanto se criou a Cultura Marcas que encarregou-se desse trabalho, mantendo hoje parcerias com grandes empresas fabricantes e de comércio eletrônico.
- **Licenciamento e prestação de serviços** específicos, como produção de vídeos institucionais.
- **Prestação de assessoria** específica para áreas correlatas (tais como projeto, instalação e manutenção de emissoras de caráter público).

O sinal da TV Cultura está disponível nas modalidades digital e analógica. Desde o dia 15 de março de 2005, a TV Cultura passou a enviar seu sinal no modo analógico para o satélite de comunicação Brasilsat B1. Como a esmagadora maioria das antenas parabólicas brasileiras opera no modo analógico, estima-se que cerca de 15 milhões de antenas em todo o território nacional recebem o sinal da TV Cultura. A operação digital está disponível no satélite Brasilsat B3.

3.5.3 – Independência e Conteúdo

No encontro sobre o Desafio da TV Pública, realizado no Rio de Janeiro em 2003, o então diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta e atual presidente do Conselho Curador da organização falou sobre o modelo da TV Cultura de São Paulo. Na opinião dele ¹⁰² os três problemas estruturais de qualquer TV pública são a independência, o conteúdo e o investimento ou sobrevivência.

A independência da TV pública depende da independência da estrutura jurídica institucional que a constitui. Nós

¹⁰² CUNHA LIMA, JORGE, O modelo da TV Cultura de São Paulo, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 63–70

temos que chegar a um acordo nacional, que é a soma de acordos estaduais e legislativos, para que a estrutura da TV pública brasileira seja uma estrutura jurídica institucional de independência: que ela não seja nem regida pelas forças do mercado e nem por um eventual governo que, quando está financiando, pensa que manda nela. Essa é uma mágica difícil.¹⁰³

O Conselho Curador da TV Cultura é apresentado como um modelo que teria garantido até o momento relativa independência dos governos que se sucedem no estado de São Paulo. É constituído por 20 membros representativos da sociedade, três membros vitalícios, vinte e um membros natos e um representante dos empregados. O ex-governador Paulo Maluf chegou a destituir os presidentes da Fundação Padre Anchieta por decreto. O Conselho recorreu à Justiça que, por unanimidade, considerou ilegal a intervenção política.

Os conteúdos são produzidos, em sua maioria pela própria TV Cultura, que dispõe de um quadro funcional de aproximadamente 1.400 funcionários, mesmo após sucessivos cortes, realizados com a finalidade de redução de custos. São programas infantis, jornalísticos, documentários, esportivos, educativos e de variedades. Quanto aos programas educativos, a proposta é oferecer uma educação complementar ao conteúdo que os estudantes dispõem nas próprias escolas.

Um dos grandes dilemas da TV Cultura nos últimos 15 anos tem sido equilibrar a qualidade da programação e a busca por mais audiência, uma vez que a partir de meados de 1995, com a crise de financiamento do Estado, passou a aceitar inicialmente patrocínios e, depois, publicidade convencional.

Nós temos que produzir conteúdos de toda a natureza para a sociedade, mas de uma forma diferente dos conteúdos pedidos pela chamada

¹⁰³ Ibidem, p. 66

audiência universal, que é aquela coisa de pretender todo mundo o tempo todo assistindo televisão, que deu no que deu. A subserviência a esse critério deu o domingo na televisão. A programação dos domingos fala por si, não preciso enfatizar nada. Então, precisamos fugir dessa imposição do critério de audiência mercadológica. Todos nós queremos, evidentemente, a audiência das pessoas, queremos ser vistos, ouvidos, compreendidos e amados. O conteúdo, na TV educativa, não é mais um conteúdo exclusivamente educativo e pedagógico.¹⁰⁴

Gabriel Priolli, jornalista, professor universitário e presidente da ABTU – Associação Brasileira de TV Universitária – defende o aumento das receitas através da prestação de serviços e a redução dos custos das TVs públicas brasileiras, como forma de depender cada vez menos das dotações orçamentárias do Estado. A principal proposta é terceirizar parte da produção de conteúdos, como faz a PBS americana. Priolli exemplifica com a estrutura da TV Cultura de São Paulo:

Por que é necessário a uma emissora de televisão ter 1.400 funcionários, em 2003, quando é perfeitamente possível, com a tecnologia disponível, tocar uma estação de TV com 200 pessoas, talvez até menos do que isso. Ter 1.400 funcionários significa um custo elevadíssimo de mão-de-obra, uma estrutura gigantesca, sendo que o grosso de pessoal não está na sua estrutura produtiva, mas na de apoio, de administração. Essas TVs são máquinas pesadas, mastodônticas, caríssimas, que precisam mudar.¹⁰⁵

Em busca de sustentação financeira, nos moldes da BBC e das emissoras públicas da Alemanha, o governo de São Paulo tentou implementar uma taxa, em

¹⁰⁴ CUNHA LIMA, JORGE, O modelo da TV Cultura de São Paulo, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 67

¹⁰⁵ PRIOLLI, GABRIEL, A Questão de Recursos, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 103–109

1998, um percentual da conta de energia elétrica para financiar a TV Cultura, mas a proposta foi duramente combatida e abandonada.

3.6 – A TV PÚBLICA NA ALEMANHA

A primeira emissora de rádio alemã entrou em operação em 1923, em Berlim. Era uma emissora dos Correios, que tinham e ainda mantêm a propriedade dos equipamentos de transmissão de radiodifusão. Até hoje, quem quiser ouvir rádio na Alemanha tem que comprar um aparelho receptor no comércio e pagar aos Correios uma taxa que equivale hoje a aproximadamente R\$ 3,00.

A estrutura criada há mais de 80 anos continua intocada: do ponto de vista jurídico e econômico, o modelo é centralizado através dos Correios. Do ponto de vista político e público, existe descentralização, já que a Alemanha se compõe de 16 estados. Portanto, o princípio de cobrar tarifa centralizadamente e irradiar programas de forma descentralizada não mudou nas emissoras públicas de rádio e TV. Nem mesmo a ascensão do Partido Nacional Socialista de Hitler, entre 1933 e 45, modificou esse princípio básico, embora os nazistas tenham reunido as emissoras de rádio numa sociedade do Reich, de onde eram coordenadas politicamente, inclusive como instrumento de propaganda do nazismo.

Após a Segunda Guerra, os aliados dividiram a Alemanha em quatro zonas de ocupação. Americanos, franceses e ingleses procuraram estruturar as emissoras longe do Estado e dos partidos políticos. Já os russos utilizaram o rádio, na Alemanha Oriental, de acordo com os princípios do regime comunista, intimamente ligado ao Estado. Por volta de 1955, os aliados devolveram o controle dos meios de comunicação depois que o país se assumiu como República Federal da Alemanha.

Uwe Rosenbaum, diretor de Programação da SWR – Südwestrundfunk – fez a apresentação sobre a TV pública da Alemanha, no seminário do Rio de Janeiro. Ele atribui à atuação dos aliados, durante pelo menos dez anos após a guerra, o fato de

a Alemanha dispor até hoje de um sistema de emissoras públicas organizadas como concorrência ao sistema privado, tendo o modelo da BBC como forte influência.

3.6.1 – Recursos

O sistema alemão de emissoras públicas de rádio e TV baseia-se ainda no monopólio dos Correios e na tarifa básica de dois marcos mensais paga por todo e qualquer ouvinte, o que corresponde a uma tarifa anual de aproximadamente R\$ 45,00 para cada cidadão da Alemanha. Por isso, apesar do nazismo e da derrota na Segunda Guerra, a base financeira dessas emissoras permaneceu garantida. Os recursos são divididos da seguinte forma: 20% ficam com os Correios e os 80% restantes são destinados à rede de emissoras de rádio e TV.

Os valores éticos e morais das emissoras públicas são determinados por leis ordinárias para proteger crianças e jovens, o direito e a dignidade dos cidadãos. Correios e Telecomunicações são de competência da União, enquanto a soberania cultural fica por conta dos estados, que regulam questões relacionadas a escolas, informação, arte e cultura.

O sistema foi feito para que fique muito mais difícil um governo tentar influenciar 16 estados independentes, na educação, na formação da opinião e na formação de consciência. A sociedade precisa de uma multiplicidade de opiniões, de um acesso aberto a todas as fontes de informação. É uma saída encontrada para evitar que alguma sociedade monopolística pudesse negar essa multiplicidade de fontes de informação a seus cidadãos, na tentativa de doutriná-los, ou seja, estabelecer uma regulamentação intelectual.¹⁰⁶

¹⁰⁶ ROSENBAUM, UWE, A TV Pública na Alemanha, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 44–53

3.6.2 – Estrutura e Missão

A Alemanha tem 16 estados e 12 emissoras públicas de TV. A TV do Norte, por exemplo, pertence a vários estados. Outras são de um único estado, como a TV da Baviera e a SWR, que resultou da fusão de duas emissoras do estado de Baden-Württemberg. As TVs também mantêm programação de rádio e podem produzir em conjunto e ter programas feitos por cooperativas. Em 1950, todas as emissoras públicas foram reunidas numa associação, a ARD, que operou a primeira TV pública federal, tendo sido criada uma segunda em 1964. Assim, uma residência na Alemanha, ligada por satélite ou cabo, pode receber em média 50 emissoras de rádio e 12 canais de TV pública, além das ofertas do setor privado e de emissoras de países vizinhos. Na SWR em particular, a missão é oferecer programas com uma visão objetiva e abrangente dos acontecimentos internacionais, europeus, alemães, estaduais da Alemanha e também regionais, sobre todos os setores da vida.

Os programas devem garantir informação, formação, aconselhamento e entretenimento e corresponder à missão cultural de uma emissora pública, servindo à formação da opinião livre, tanto individual quanto política. Nossos programas servem também à estrutura da região de realização, que é o nosso estado, e têm que frisar que a emissora recebe aporte institucional. A SWR tem o dever da verdade, deve apoiar a união da Alemanha e respeitar a dignidade humana e todas as opiniões ou pontos de vista moral, religioso e geopolítico (...) ¹⁰⁷

Por sinal, a regionalização da programação das TVs públicas é uma característica marcante na atual fase do sistema. É uma forma que as emissoras encontraram de recuperar o espaço perdido nos anos 1960 e 70, orientando-se de

¹⁰⁷ ROSENBAUM, UWE, A TV Pública na Alemanha, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 49–50

volta para suas próprias comunidades, atraindo ouvintes e espectadores com programas que refletem o lugar onde vivem. A estratégia é chamar a atenção da audiência com o que é mais familiar ou característico da vizinhança. Para reforçar essa estratégia, as TVs utilizam slogans como “Essa é a minha terra”, “Nosso terceiro canal”, “O melhor do Norte”, entre outros. As receitas obtidas via tarifas são investidas na infra-estrutura regional. A SWR, por exemplo, que cobre uma região pequena, mantém 18 escritórios regionais, dez grupos de produção com equipes de 20 a 50 pessoas, e uma boa estrutura de produção, com carros, equipamentos técnicos e funcionários disponíveis. O objetivo é garantir que todas as localidades cobertas pela SWR sejam alcançadas rapidamente, para cobertura de eventos e notícias.

Para assegurar o interesse do público a SWR organiza cerca de mil eventos públicos por ano, de concertos de rock para até 30 mil pessoas a pequenos concertos de câmara, reunindo 30 pessoas. A regionalização pressupõe participação, tradição e proximidade. Para isso, são organizados eventos como passeios a pé ou de bicicleta.

Ou seja, a emissora busca marcar presença na região, sair do seu prédio para ser vista, conhecida, para poder ser tocada pelo seu público, que deve concluir: “Eu paguei a tarifa, mas olha o que eu recebo em troca”.¹⁰⁸

¹⁰⁸ ROSENBAUM, UWE, A TV Pública na Alemanha, in *O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade*, Rio de Janeiro, editado e publicado pela TVE Rede Brasil, 2003, p. 51

CAPÍTULO 4 – A TV PÚBLICA DE ANGOLA: ESTRUTURA, ORÇAMENTO, PROGRAMAÇÃO, AUDIÊNCIA

“A TPA é uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, de gestão e patrimônio próprio e tem por objecto principal a prestação de serviços públicos de radiotelevisão informativa, publicitária e recreativa.”

Trecho do Estatuto da TPA, aprovado pelo Conselho de Ministros

Certa vez, em novembro de 2004, a jovem repórter Nkula Zao, da TPA, me surpreendeu com uma pergunta à queima-roupa: como era possível viver numa cidade como São Paulo, onde acontecem tantos assaltos, assassinatos e crimes contra a pessoa e o patrimônio? Estávamos em uma ilha de edição, vendo uma reportagem realizada por ela, que eu acabara de editar. A indagação me causou uma certa perplexidade, partindo de uma jornalista de um país que vivera uma intensa e letal guerra civil, com até 1,5 milhão de vítimas.

Só entendi melhor a curiosidade quando soube que ela assistia regularmente ao telejornal *Cidade Alerta*, até então exibido diariamente pela Record Internacional. Procurei explicar a Nkula que a concentração de notícias policiais num único espaço jornalístico realmente dava ao telespectador uma dimensão ainda maior ao problema da violência em São Paulo. Que, na verdade, não havia um assaltante, assassino ou estuprador à espreita em cada esquina, como a sucessão de reportagens, a dramatização, a espetacularização e os comentários pessoais do apresentador poderiam fazer crer.

Esse é um episódio que demonstra o poder de influência da TV, por um lado, e como o que se vê e ouve pode parecer bem diferente do que é na realidade.

Porque a reportagem, seja ela de TV, rádio ou jornal, por mais fiel aos fatos, será sempre uma representação da realidade e não a própria realidade.

Curiosamente, na maior parte da África o rádio quase sempre teve mais alcance do que a TV, para além do pioneirismo, por uma razão básica: o alto custo para instalar uma emissora de televisão, produzir programas com qualidade e montar um sistema de retransmissão que leve o sinal a um número significativo de consumidores. Segundo o jornalista Tokunbo Ojo, integrante da Canadian Association of Journalists, a introdução da televisão, que aconteceu ao tempo do processo de descolonização da África, refletia a geopolítica cultural e/ou comercial dos países. Na Nigéria, por exemplo, com sua ampla variedade de grupos étnicos e organizações sociais bem desenvolvidas, muitos desses atores sociais competiam com o governo federal por poder e influência, e a TV inicialmente teve um alcance regional. Todavia, muitos governos independentes decidiram investir pesadamente na implantação da TV, com objetivos sociais, econômicos e políticos.

O argumento em favor do estabelecimento da TV pública nacional era de que isso ajudaria a forjar a identidade cultural e promover a unidade nacional nos países independentes que naquele momento emergiam na África. Apesar do alto custo para instalação da televisão, esse investimento era articulado como uma mídia com propósitos educacionais. A TV tem sido vista como um símbolo da nacionalidade e uma panacéia para os problemas de educação, desenvolvimento econômico e avanço político. Devido a esse otimismo, os serviços de televisão africanos foram em muitos casos incluídos entre as maiores prioridades dos governos pós-coloniais africanos. “Nos estágios iniciais da TV, alguns países destinaram até 95% do orçamento para informação nessa nova mídia” (Bourgault, 1995, p. 105).¹⁰⁹

¹⁰⁹ OJO, TOKUNBO, *Political, Cultural and Educational Dimensions of Television in Post-Colonial African States*. O artigo pode ser encontrado em <http://web.mit.edu/cms/mit3/subs/works.html#ojo>.

No caso angolano, como na maioria dos países africanos, o investimento era feito diretamente pelo governo. E havia – e ainda há – um dilema: como justificar elevados investimentos numa emissora de televisão, num país com terríveis carências sociais, onde faltam serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico e infra-estrutura? Mesmo levando em conta o interesse político do governo de ter uma TV à sua disposição, o peso desse dilema não pode ser desconsiderado. Uma das soluções para amenizar esse conflito, ao que tudo indica no caso de Angola, tem sido manter o monopólio estatal na TV em todo o país e na transmissão de rádio para o interior.

Sem competidores sérios, a falta de investimentos, no nível necessário para manter qualidade *broadcasting* internacional, fica menos visível aos olhos do telespectador. As emissoras de TV têm duas opções básicas: vender conteúdo para os telespectadores (no caso da TV a cabo ou por satélite) ou vender a audiência para os anunciantes. Mesmo as emissoras públicas, que recebem dotações governamentais, têm recorrido aos anunciantes para complementar suas verbas.

A despeito do monopólio, a competição da TPA pela audiência em Angola é cada vez maior, especialmente nas capitais. Os serviços de TV a cabo estão se disseminando rapidamente. O principal serviço de TV digital por satélite é oferecido pela Multichoice, criada em 1993. A empresa informa em seu site (www.multichoice.co.za) que tem 1,2 milhão de assinantes em cerca de 50 países africanos, que recebem até 50 canais de vídeo e 60 canais de áudio, 24 horas por dia. Por outro lado, o grupo português Visabeira, em associação com a Angola Telecom, a empresa estatal de telecomunicações, começou, em março de 2006, a operar a primeira rede de TV digital por cabo em Angola, inicialmente apenas em Luanda, com investimentos anunciados de US\$ 30 milhões. Oferece pacotes de

assinatura com até 100 canais de vídeo e 25 canais de áudio, além de acesso à internet e serviços de vídeo-vigilância.

Quem dispõe de uma antena e capta os canais por satélite dificilmente assiste à TPA, pois a emissora não integra os pacotes oferecidos pelas operadoras. É necessário ter uma antena externa, desconectar o cabo, conectar a antena e buscar uma posição que garanta uma qualidade razoável do sinal, nunca do mesmo nível do cabo ou do satélite. Em suma, cada televisor equipado com uma parabólica é um receptor a menos da programação da TV estatal angolana.

4.1 – ESTRUTURA

É nesse cenário que a TPA chegou aos 30 anos, em outubro de 2005. A sede da emissora fica no setor dos ministérios, em Luanda, tendo à frente o prédio da Biblioteca Nacional, do lado direito as instalações da Rádio Nacional e à esquerda a sede do MPLA, o partido no poder desde 1975. A proximidade física da TV e do partido pode funcionar como metáfora da influência exercida pelo governo do MPLA na televisão estatal.

Joana Tomás em reportagem

A emissora foi nacionalizada em 25 de junho de 1976, pelo regime marxista que se instalou no país. Na sigla TPA, o P já significou Portuguesa, foi substituído

por Popular e, em 1997, sendo transformada em empresa pública por decreto presidencial, o P passou a significar Pública.

Somente a partir de 1979 a TV começou a ter produção regional, inicialmente nas cidades de Benguela e Lobito e, a partir de 1981, no Huambo e, progressivamente, nas outras províncias. Atualmente, a TPA está presente nas 18 províncias angolanas, emitindo o sinal em alta, média e baixa potência ($\geq 1 \text{ KW}$ a $\leq 100 \text{ W}$). Durante o período de guerra civil, enfrentou ataques terroristas e sabotagens que deixavam a programação fora do ar por vários dias. Até hoje, a deficiência na infra-estrutura de produção e distribuição de energia elétrica dificulta a transmissão regular, não só em Luanda como no interior de Angola. Durante os seis meses em que trabalhei na TPA, os cortes bruscos de eletricidade eram diários, às vezes mais de três vezes ao dia. A direção da EDEL, empresa estatal de eletricidade, justificava os apagões alegando que a poeira excessiva provocava problemas de contato nas torres de transmissão, perto de Luanda.

A sede em Luanda ocupa uma área onde não há mais para onde crescer. Os três estúdios são disputados pelo jornalismo e demais setores de produção, com um cronograma bastante apertado. Isso ficou claro quando dirigi a repórter Joana Tomás durante as gravações de cabeças ¹¹⁰ para um programa especial sobre a seca no sul de Angola, em outubro de 2004. Nem tínhamos concluído o trabalho e o pessoal da produção de um outro programa já pressionava para a liberação do estúdio.

A equipe de jornalismo fica concentrada num prédio central, com dois andares, onde funcionam as redações, as salas da chefia e direção, um arquivo improvisado, a sala dos cinegrafistas e as ilhas de edição. Nesse mesmo prédio estão o switcher e o estúdio utilizados pelo *Telejornal* e pelo *Jornal da Tarde*, além de algumas produções semanais.

¹¹⁰ Cabeça é o nome técnico que se dá na TV ao texto lido pelo apresentador ou apresentadora, chamando a reportagem que será exigida em seguida

Os outros jornais são exibidos de um dos estúdios que ficam num prédio construído recentemente, nos fundos do terreno, fazendo limite com a Rádio Nacional. Por serem maiores, abrigam também as produções com participação do público. Em outro prédio térreo ficam a direção e os setores administrativos da emissora.

As instalações da Rádio Nacional, ao lado, são mais modernas e bem estruturadas que as instalações da TV estatal. O prédio da rádio foi construído para abrigar a emissora, enquanto o prédio da TPA foi improvisado, sendo ampliado periodicamente, para acompanhar o crescimento da TV.

Isso poderá mudar até 2010, quando a direção da Televisão Pública de Angola pretende transferir a emissora para um novo endereço, num prédio de oito andares a ser erguido na avenida Ho Chi Minh, região nobre de Luanda. De acordo com dados do site *Angonotícias* de 14 de novembro de 2005, citando uma reportagem do semanário *Independente*, “as obras de construção do novo edifício seda da TPA poderão consumir aos cofres do Estado mais de 100 milhões de dólares norte-americanos provenientes da linha de financiamento do crédito chinês”.

Em 2004, o governo da China prometeu liberar até US\$ 2 bilhões para Angola, tendo como garantia o fornecimento de petróleo, já que Angola é o segundo maior produtor na África, ficando atrás apenas da Nigéria. A reportagem informava que a TPA teria acesso a uma fração dessa linha de crédito para construir e equipar sua nova sede. O início das obras, segundo afirmou o diretor geral da TPA, Carlos Cunha, seria entre o final de 2007 e início de 2008. O projeto seria feito em duas etapas: a construção do prédio, orçada em US\$ 65 milhões e a compra de novos equipamentos, que consumiria mais US\$ 50 milhões, totalizando US\$ 115 milhões. A reportagem não informa se esses investimentos serão feitos já em equipamentos para produção e transmissão digital, mas anuncia outros planos.

(...) Mas, os projectos da TPA não ficam por aqui, o pelouro de Carlos Cunha vai edificar o centro de produção da Camama, em Luanda, cujas as obras terão início em Janeiro do próximo ano (2006). As províncias de Cabinda, Benguela, Huambo, Huíla e Namibe também verão edificados os seus centros de produção.

Fontes do jornal *Independente*, avançaram ainda que, outras atenções estão viradas para a edificação de 60 novos postos de recepção bem como a reabilitação dos que já existem um pouco por todo país. Quanto a programação, a TPA pretende também investir na sua qualidade em particular a nacional (sic). ¹¹¹

4.1.2 – Expansão do sinal

Já durante as comemorações dos 30 anos da TPA, em outubro de 2005, o diretor geral da emissora, Carlos Cunha, um ex-astro da seleção nacional de basquete, havia anunciado a intenção de estender o sinal da TV a 60 novas localidades pelo interior de Angola. Mas não citou quanto teria nem quando poderia contar com os recursos para realizar esse projeto de expansão. “Achamos que é um passo importante e vamos esperar que os recursos sejam concedidos para que nós continuemos com esse processo”, disse Cunha, de acordo com registro da Angop, de 19/10/2005.

A TV estatal angolana precisa, além dos recursos para ampliar o sinal, de dinheiro para recuperar e manter os retransmissores já existentes. Uma consulta à Angop, a agência oficial de notícias do país, mostra que os cortes no sinal são constantes, seja em capitais de províncias, seja em localidades mais distantes.

Em agosto de 2005, o diretor da TPA em Cabinda, a província mais ao norte, anunciava que o sinal do Canal 2 seria retomado até o final do mês. Os telespectadores da província não recebiam a programação do Canal 2 há mais de

¹¹¹ Informações podem ser acessadas no site www.angonoticias.com, utilizando o serviço de buscas para a reportagem “Novo edifício da TPA orçado em mais de cem milhões de dólares”, de 14/11/2005

três meses, “por problemas técnicos”, que poderiam ser resolvidos com o envio de equipamento de Luanda. Informava ainda a nota: “O sinal do canal principal é captado quase em toda a extensão da província, com a exceção a sede municipal de Belize e a comuna de Miconge devido ao problema de relevo e, porque o sinal televisivo propaga-se em linha recta, referiu (sic)”. (Angop, *Cabinda: Sinal do canal 2 da TPA será retomado*, 11 de agosto de 2005).

Em setembro de 2005, um incêndio destruiu parcialmente as instalações do centro emissor da TPA em Uíge, também no norte do país. “O incêndio iniciou na parte do grupo gerador, deixando-o totalmente destruído, tendo o fogo se alastrado e danificado uma parte do contentor onde está instalado o equipamento que capta o sinal do canal 1 da TPA (sic)”. (Angop, *Uíge: Incêndio destrói parcialmente instalações do centro emissor da TPA*, 2 de setembro de 2005).

Na cidade do Dondo, província do Kwanza Norte, os telespectadores também ficaram sem o sinal da TPA por pelo menos um mês, devido a uma avaria no retransmissor. O equipamento foi enviado a Luanda para reparos. “Presume-se que as constantes oscilações da energia eléctrica, aliadas à antiguidade do equipamento instalado em 1993 estejam na origem das avarias que freqüentemente provocam a interrupção do sinal da TPA. Em consequência das avarias, a cidade do Dondo teve nos últimos oito meses três interrupções do sinal televisivo”. (Angop, *Kwanza-Norte: Cidade do Dondo privada do sinal da TPA*, 6 de setembro de 2004).

A escassez de combustível, devido à dificuldade dos caminhões atingirem lugares mais distantes, com as estradas em más condições, também prejudica as emissões da TV angolana. Na comuna de Kalussinga, município do Andulo, em março de 2005, a TV só podia ser captada aos sábados e domingos. “A administradora adjunta Justina Bundo esclareceu que o tempo de emissão do sinal televisivo reduziu-se para dois dias devido a escassez da gasolina para o grupo gerador que fornece a energia eléctrica aos equipamentos (sic)”. (Angop, *Bié:*

Insuficiência de combustível reduz o tempo de emissão da TPA em Kalussinga, 13 de março de 2005).

Na comuna de Kalussinga, como em muitas outras localidades pelo interior de Angola, a TPA é captada por antena parabólica, contando com um gerador, um codificador e um estabilizador. Um televisor é colocado num *Jango*, uma espécie de cabana aberta ou semi-aberta, coberta por sapé ou similar, onde a comunidade se reúne para acompanhar a programação da TV. Costume que também existe no Brasil, principalmente no Nordeste, onde o aparelho de TV é colocado numa caixa, na praça principal de cada cidade.

Até mesmo em Kuito, capital da província do Bié, a TPA enfrenta constantes problemas com o retransmissor. A região foi uma das mais atingidas pela guerra civil e ainda tem boa parte da infraestrutura destruída ou danificada. Em abril de 2004, os habitantes ficaram vários dias sem o sinal da TV para que fossem realizados serviços de manutenção elétrica. “Segundo o responsável, o trabalho deve-se ao facto da necessidade de acabar com os curtos circuitos que se registavam frequentemente, adiantando que a manutenção será feita na capital onde a peça já foi enviada (sic)”. (Angop, *Bié: Kuito sem sinal da TPA*, 29 de abril de 2004).

Mas nem só de má notícias vive a TPA. Na Angop também há informações sobre planos de expansão do sinal e inaugurações de novos retransmissores. Em Cabinda, um novo diretor de Comunicação Social assumiu em julho de 2004, definindo como prioridade “a extensão dos sinais da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública de Angola em toda a província” (Angop, *Cabinda: Comunicação social tem como prioridade alargamento dos sinais da RNA e TPA*, 14 de julho de 2004).

O representante da TPA no Bengo, província colada ao norte de Luanda, informava em julho de 2005 que esperava verbas para estender os sinais da TV

estatal a diversos municípios. O objetivo era, até o fim de 2005, levar o sinal da TPA a pelo menos cinco dos oito municípios do Bengo, “caso o governo local agilize já o pagamento de cerca de 400 mil dólares do equipamento de fabrico espanhol, necessário a recepção do sinal via satélite”. No mesmo evento, o chefe do Jornal de Angola na província, Augusto Pedro, disse que dois jornalistas apenas não conseguem cobrir os oito municípios da província, com população estimada em 500 mil pessoas. (Angop, *Bengo: Sinal da TPA pode ser estendido ao interior da província ainda este ano*, 2 de julho de 2005).

Em Huambo, capital da província do Huambo, planalto central de Angola, o sinal do Canal 2 da TPA foi inaugurado oficialmente em julho de 2004, atingindo, além da capital, os municípios de Caála, Longonjo, Thicala-Tcholonhaga, Katchiungo, Bailundo, Ekunha, além de Chingar, na vizinha província do Bié. A diretora da Comunicação Social do Huambo, Emília Mendonça, “assegurou que o governo está a trabalhar no sentido de adquirir dentro dos próximos tempos novos e sofisticados equipamentos para permitir expandir o sinal da televisão e de rádio para os 11 municípios do interior da província (sic)”. (Angop, *Huambo: Inaugurado sinal do canal dois da TPA*, 29 de julho de 2004).

Também no Huambo, quase um ano depois, em junho de 2005, em visita à província, a secretária-geral do Ministério da Comunicação Social, Júlia Mingas, informou ao governador António Paulo Kassoma, que seria lançado no segundo semestre o concurso público (licitação) para a construção de um novo edifício da TPA e para a reabilitação (reforma) das instalações da Rádio Nacional. As duas obras estavam orçadas em 115 milhões de kwanzas (cerca de US\$ 1,437 milhões), sendo 59,7 milhões de kwanzas (cerca de US\$ 746 mil) para a Rádio Nacional e o restante para a TPA.

Em Benguela, no litoral sul de Angola, o sinal da TPA passou a ser retransmitido em setembro de 2005 ao município do Cubal, a 170 quilômetros da

capital. “Segundo o administrador-adjunto do Cubal, Júlio da Silva Santos, a montagem da estrutura que permite a retransmissão do sinal num raio de 10 a 15 quilômetros enquadra-se no programa do Governo de melhoramento e aumento da oferta dos serviços básicos à população”.

A retransmissão comunitária do sinal para locais distantes (levando-se em consideração que uma distância de 170 quilômetros de estradas, muitas vezes sem asfalto, pode exigir horas de viagem num veículo 4x4), como nesse caso, tem sido feita por satélite, sendo necessário decodificador e antena parabólica. O sistema de transmissão via ondas só é usado nos municípios situados no litoral de Benguela, como a capital Benguela, Lobito e Baía Farta. (Angop, *Benguela: Sinal da TPA retransmitido no Cubal*, 25 de setembro de 2005).

O quadro que se pode formar a partir destas informações é de que a TPA é retransmitida e assistida nas 18 províncias de Angola, porém muitos angolanos que só têm a emissora oficial como fonte de informação e entretenimento muitas vezes ficam privados até mesmo dessa programação, em virtude de problemas técnicos, de manutenção e/ou da falta de investimento necessário para levar o sinal da TV até as localidades mais distantes.

4.2 – FORMAS DE FINANCIAMENTO E PESSOAL

As três principais características de uma TV pública são: a natureza jurídica das emissoras educativas e culturais, as formas de financiamento do sistema e o controle público sobre o serviço.¹¹² Vamos explicar agora como funciona o sistema de financiamento da TPA, similar ao de outras emissoras públicas que recorrem à publicidade para reforçar o caixa.

¹¹² MOTA, REGINA. “Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira”, publicado na *Revista de Sociologia e Política*, jun. 2004, no.22, p.77-86

4.2.1 – Orçamento e publicidade

A Televisão Pública de Angola não divulga regularmente o montante de recursos anuais que recebe do orçamento público. Existe pouca transparência na relação da TV com o público e menos ainda no que diz respeito a prestar contas dos recursos oficiais recebidos e de que forma são consumidos. O site da emissora, que não era atualizado desde 2002, informava em meados de 2005 que a TPA recebe “um orçamento anual inferior a US\$ 5 milhões por ano, cabimentados (sic) pelo Governo através do Orçamento Geral do Estado (a título meramente comparativo, a RTP portuguesa e a SABC sul-africana dispõem de um orçamento anual da ordem de 350 a 400 milhões de dólares)”.

Para suprir a escassez de recursos, em 1992 a TPA lançou um concurso público tendo como objetivo selecionar uma entidade com a qual constituísse sociedade, para a exploração comercial dos espaços publicitários. É importante lembrar que nesse momento o país vivia em relativa paz: foi em 1992 que se realizaram as primeiras – e até o momento únicas – eleições democráticas e multipartidárias. Em 13 de dezembro de 1994 foi fundada a TVC – Televisão Comercial de Angola – responsável pela comercialização e administração de publicidade na programação da emissora estatal. “Apesar de os incentivos publicitários já representarem uma presença bastante aceitável no bloco geral das emissões (comerciais, incentivos à programação e institucionais, geralmente não pagos), o seu contributo financeiro não ultrapassa os 10% do orçamento geral da TPA, dadas as dificuldades de inserção da publicidade no âmbito geral de marketing da maior parte das empresas que operam em Angola...”, informava o site da TV.

No entanto, esse quadro vem mudando rapidamente. Loterias, fabricantes de cervejas, vinhos e refrigerantes e empresas de telefonia móvel estavam entre os principais anunciantes no horário nobre da TPA, no segundo semestre de 2004. E essa participação da publicidade no orçamento geral só tende a se expandir pois,

como no resto do mundo, o crescimento do número de telefones celulares (chamados de telemóveis, em Angola e outros países lusófonos) tem sido vertiginoso, com um grande mercado a ser conquistado, limitado apenas pelo baixo poder aquisitivo dos potenciais consumidores.

A TVC entrega, desde 1997, um prêmio que leva o nome da organização, ao melhor anúncio e à melhor agência publicitária. No site da empresa constava a entrega do último prêmio, em 2003, que teve a participação de 62 anúncios e 14 agências.

A Televisão Comercial de Angola – disponibiliza, através de seu endereço na internet, as informações necessárias a empresas e instituições que queiram anunciar na TPA.

As tabelas de preços da TVC estão elaboradas levando em conta a grande importância que a TPA assume no quadro da comunicação social angolana, da sua cobertura em todo o país e do seu elevado nível de audiências, mas reflectem igualmente o actual estado do mercado angolano, numa economia que inicia a sua reabilitação e em que os investimentos para o desenvolvimento começam agora a verificar-se.¹¹³

As tabelas de preços para inserções comerciais são apresentadas em dólares americanos, mas os valores devem ser convertidos e pagos na moeda nacional, o kwanza, tendo como base as taxas de referência cambial do BNA – Banco Nacional de Angola – o Banco Central do país. Seguem, abaixo, as tabelas de anúncios nos Canais 1 e 2, com quatro faixas de horário e três faixas de preços:

¹¹³ Cf. o site www.tvc.co.ao

CANAL 1

Horas	Tabela	Duração				
		15"	20"	30"	45"	60"
08:00 – 16:00	C	168	224	280	420	560
16:00 – 20:00	B	192	256	320	480	640
20:00 – 22:30	A	300	400	500	750	1.000
22:30 – Fecho	B	192	256	320	480	640

CANAL 2

Horas	Tabela	Duração				
		15"	20"	30"	45"	60"
10:00 – 16:30	C	87,5	120	175	262,5	350
16:30 – 19:00	B	100	135	200	300	400
19:00 – 22:00	C	87,5	120	175	262,5	350
22:00 – Fecho	A	125	165	250	375	500

Além desses preços, caso o cliente queira a inserção em bloco determinado, necessita pagar mais 20% do preço do anúncio. Também há cobrança de 10% do valor da emissão a título de imposto.

De acordo com recomendação da TVC, os anúncios, gravados em fita Betacam, devem ser entregues à TPA em Luanda com prazo mínimo de dois dias úteis antes da primeira exibição. No caso de anunciantes que tenham um plano de mídia extensão, com grande número de inserções, a TVC oferece bônus progressivos, conforme tabela abaixo, referenciada em dólares norte-americanos:

Verba	Canal 1	Canal 2
10.000 A 15.000	5%	10%
15.000 A 25.000	10%	15%
25.000 A 50.000	15%	20%
ACIMA DE 50.000	20%	25%

Quanto aos formatos dos anúncios a serem exibidos na grade de programação da Televisão Pública de Angola, a TVC oferece seis opções, informando duração, características de cada um e também exemplos. Os textos abaixo foram extraídos *ipsis literis* do site da empresa, tendo sido preservadas a ortografia, a grafia e a organização originais:

Spots

Refere-se à emissão de mensagens publicitárias através do spot tradicional inserido em blocos de anúncios emitidos em intervalos da programação e emissão da estação.

Duração

15", 20", 30", 45" e 60"

Emissão

Durante toda a emissão da estação, de acordo com espaços e tabelas estabelecidas.

Exemplos

Um concessionário de automóveis apresenta um novo modelo e suas vantagens.

Um fabricante de sumos explica as qualidades de uma nova marca.

Uma empresa divulga tipos e qualidades de mobílias que tem para venda.

Antena empresarial

Trata-se de um micro-programa de divulgação dos produtos, serviços, projectos, etc., de empresas anunciantes. Poderão ser apresentadas imagens de instalações, dos processos de fabricação, de distribuição, relações com clientes, etc. Na parte final dessa emissão, poderão ser divulgadas mensagens publicitárias, até um máximo de 30", para além das naturais referências decorrentes da realização deste tipo de material.

Duração

Dois formatos: 15' e 8'.

Poderão ser feitos de blocos de 2 ou mais anunciantes (cujos objectos sociais não deverão ser concorrentes), não devendo o tempo total exceder os 16'.

Emissão

A Antena Empresarial será emitida de 2ª a 6ª feira, entre as 18h / 20h30m.

Exemplo:

Uma empresa de fabrico de refrigerantes demonstra a tecnologia de fabrico, revela a introdução de uma nova marca, exibindo o logotipo da empresa ou marca. Poderá incluir igualmente entrevista com responsáveis, quadros e outros trabalhadores.

Especial desporto

Spot com formato, tempo e inserção especiais, a contratar pontualmente, para emissão em eventos desportivos de grande importância.

Duração e horários

A contratar pontualmente para emissão em eventos desportivos de grande importância.

Duração e horários

A contratar pontualmente

Exemplos

Logotipo de marca associada a:	Logotipo de marca associada a:
Resultados	Apresentação das equipas
Quartos de hora	Interrupções naturais do jogo
Momentos de golo	Replay de imagens

Datas festivas

Modalidade publicitária que possibilita que vários produtos ou várias marcas possam ser divulgados numa produção conjunta, enquadrados por um mesmo fio condutor, que no caso será a comemoração das datas festivas, a criar pela TPA.

Duração

4' máximo

Emissão

Bloco especial em horário a fixar caso a caso.

Exemplos

Bloco com prendas diversas, de vários anunciantes, destinados ao Dia da Mãe.

Um anunciante publicita vários artigos de oferta habitual no Natal.

Spot especial

Trata-se de um spot especial colocado de uma forma isolada em espaços e momentos importantes de destaque da emissão da TPA.

Duração

6"

Emissão

Em horários de emissão dos programas em que se decida a sua inclusão.

Exemplos

Spot após as imagens de sumário/destaque do Telejornal e antes do respectivo genérico de abertura.

Spot após as imagens de sumário das telenovelas e antes do respectivo genérico de abertura.

Sinal horário

Mensagem publicitária associada ao sinal horário que antecede programas de informação diária.

Duração

Até 10"

Emissão

Jornal da Tarde

Telejornal

Jornal da Noite

TPActualidade

A TVC oferece, além dos anúncios publicitários convencionais, inserções chamadas de “Publireportagens”, assim descritas no site da empresa:

Apresentação de Novos Produtos, Inaugurações de empreendimentos e Realizações Empresarias, que não sejam de interesse público, podem ser enquadrados publicitariamente nos programas ECONOMIA E NEGÓCIOS, ECOS & FACTOS ou nos quatro magazines da programação da TPA, designadamente ARCO ÍRIS de Luanda, NÓS E A NOITE da Huíla, VENTOS E SOPROS de Benguela e O NOSSO SERÃO da província de Cabinda. Exceptuando o ECOS & FACTOS, qualquer dos demais programas tem reposição no canal 2.

Programa	1 m	2 m	3 m
Ecos & Factos	990	1.980	2.970
Ventos & Sopro	660	1.320	1.980
Nosso Serão	660	1.320	1.980
Nós & Noite	660	1.320	1.980
Arco Íris	770	1.540	2.310
Economia e Negócio	880	1.760	2.640

Preços em USD

Os anunciantes de produtos ou serviços de âmbito cultural recebem descontos especiais, de acordo com tabela que diferencia empreendimentos angolanos e estrangeiros.

Os Descontos referidos para Rádio e Imprensa obrigam a reciprocidade de condições em relação à TVC e TPA. A Inclusão de referências a Patrocinadores implica redução dos descontos em 50%.

A Referencia a Patrocinadores não deve exceder 20 % da duração do Spot.

Produtos	Desconto	
	Angolanos	Restantes
Livros, Discos, Exposições, Teatro, Ballet, Circo, Filme, Musicais ao vivo.	75%	50%
Imprensa e Rádio	50%	-----
Outras Actividades Recreativas	25%	-----

4.2.2 – Direção e pessoal

O quadro abaixo, disponível no endereço da TPA na Internet (www.tpa.ao) até meados de 2006, ilustrava a constituição da direção da emissora, por eles chamada de “estrutura orgânica”:

[Carlos Cunha](#)

DIRECTOR GERAL

DIRECÇÃO DE PROGRAMAS	DIRECÇÃO DE INFORMAÇÃO
<p>Casimiro Alfredo</p>	<p>Nelson Rosa</p>

DIRECÇÃO DE REDE DE DIFUSÃO	DIRECÇÃO TÉCNICA DE ESTÚDIO
<p><u>Hélder Figueiredo</u></p>	<p><u>Florindo Ramos</u></p>
DIRECÇÃO ADMIN E FINANCEIRA	SUBDIRECÇÃO ADMINISTRATIVA
<p><u>Jorge Marques</u></p>	<p><u>Suzana Mata</u></p>
SUBDIRECÇÃO DE INFORMAÇÃO	SUBDIRECÇÃO DE PROGRAMAS
<p><u>Manuel da Silva</u></p>	<p><u>António Maria Estevão</u></p>

O diretor geral e outros integrantes do corpo diretivo estão no cargo, por indicação do governo, desde a nacionalização da emissora, em 1976. O corpo de funcionários da TPA é formado por uma força de trabalho de aproximadamente 1.500 funcionários, nas 18 províncias. A maioria, cerca de 950, está alocada na sede, na capital federal, Luanda. De acordo com informações da TPA, 76% dos funcionários são homens. A própria emissora reconhece que trata-se de mão de obra majoritariamente com baixa escolaridade, com salário entre 200 e 400 dólares, em média:

Apesar de o seu nível de escolaridade estar aquém do exigido a uma estação de televisão (apenas 6% têm formação superior e 39% de nível médio), a programação diária apresenta níveis bastante aceitáveis em que se denota que as debilidades de formação acadêmica e profissional são compensadas pelo espírito de entrega, vontade e disponibilidade para o desenvolvimento do trabalho.¹¹⁴

Funcionários indicados por pessoas influentes no governo ou no partido majoritário, de acordo com comentários entre os próprios servidores, não encontram dificuldade para serem selecionados e contratados pelo Setor de Recursos Humanos da TV. A direção da emissora informa que são realizados concursos periodicamente para o preenchimento de vagas. Todavia, a indicação é geralmente a forma mais segura e rápida para se obter um emprego na televisão estatal.

¹¹⁴ Estas informações estavam disponíveis no site da TPA até meados de 2006, no endereço da Internet <http://www.tpa.ao>. Posteriormente, o site foi reformulado, sendo excluídos diversos dados sobre o quadro de funcionários, orçamento e considerações sobre a criação da emissora. O novo conteúdo do site, por sua vez, inclui outras informações, em especial sobre a nova programação

4.3 – PROGRAMAÇÃO

Desde agosto de 2000, a TPA transmite em dois canais, num total de 20 horas diárias. O Canal 2 inicialmente atingia apenas Luanda, mas foi aos poucos sendo retransmitido para outras províncias, atingindo, entre outras, Benguela, Huíla, Huambo e Cabinda. Alguns programas exibidos no Canal 1 são reprisados mais tarde no Canal 2, ampliando a capacidade de audiência dessas produções.

Cerca de 60% da grade de programação da TPA tem produção própria. A novela *Reviravolta*, com 100 capítulos, foi gravada em 2002 por uma equipe quase toda formada por angolanos. Equipes de profissionais brasileiros já participaram da produção de outras novelas, transferindo know-how para profissionais locais. Atualmente, o chefe do setor de finalização das novelas e programas da linha de entretenimento e de shows é um brasileiro, que assumiu o cargo em 2004.

Conversas no Quintal é um programa humorístico semanal, uma sitcom que ironiza características dos angolanos e por isso mesmo tem boa audiência. Por terem baixo custo de produção, e tendo em vista também o grande número de músicos angolanos, a TV também investe em musicais, com diversos formatos. Entre eles, *Vozes do Semba*, uma série de documentários sobre os intérpretes mais consagrados do semba, um estilo musical tipicamente angolano. *Estrelas ao Palco* é um concurso de imitação de vozes de cantores nacionais e internacionais, um programa de calouros.

Não poderia faltar um programa de culinária, o *Muamba*. Semanal, com periodicidade de 30 minutos, ensina como fazer os principais pratos da cozinha angolana, entre eles a galinha à cabidela (ao molho pardo), a muamba de galinha (com frango, amendoim e quiabo) e o feijão de óleo de palma, que no Brasil é conhecido como azeite de dendê.

O estatuto da TPA informa que trata-se de “uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público”, que tem “por objectivo principal a prestação de

serviços públicos de radiotelevisão informativa, publicitária e recreativa.” Embora seja oficialmente uma TV pública, a TPA não tem uma programação educativa significativa. A grade inclui alguns programas com concursos de cultura geral, como *3 x 3* e *Vencedores*.

Janela Aberta é um talk show que tem mais prestígio do que audiência, embora seja um dos mais citados nas pesquisas informais realizadas periodicamente pela Angop – a agência nacional de informação. O Jornalismo é um dos setores que mais tem conseguido espaços na TPA, como se verá a seguir. Para exemplificar uma semana típica de programação na emissora, reproduziremos abaixo a previsão de grade da última semana de janeiro de 2005, entre os dias 23 e 29.

DOMINGO, 23 DE JANEIRO

07:30 – Abertura

07:35 – Shop TV

09:30 – Ginástica para todos

10:00 – Carrossel (resumo Temas Educativos)

11:00 – Filme infantil: Pocahontas

12:00 – Série Juvenil: TV Colosso

12:30 – Variedades

13:00 – Muamba

13:30 – Jornal da Tarde

14:00 – Educativo: Cores

14:30 – Língua Nacional: Nyabeca e Kwanyama (Estações regionais noticiários)

15:30 – Domingo Desporto

17:30 – Telefilme Africano: Maionese Africana

18:00 – Educativo: Terras de Festa

18:30 – Concurso: Luanda dá Sorte (Finangest)
19:30 – Semana em Actualidade
20:00 – Conversas no Quintal
20:30 – Telejornal
21:00 – Desenhos Animados
21:05 – Você Decide: O Jogador
22:30 – Interlúdio Musical
23:00 Seriado Serviços Médicos: Verdadeiras Mentiras
00:00 – Shop TV
02:00 – Encerramento

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE JANEIRO

09:30 – Abertura
09:35 – Shop TV
11:30 – Ponto de Reencontro
12:00 – Carrossel
13:00 – Educativo: O Mundo Animal da Toyota IV
13:30 – Jornal da Tarde
14:00 – Educativo: Mediterrâneo
14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais
15:30 – Educativo: Laboratório da Ciência
16:00 – Talk Show: Janela Aberta
18:00 – Educativo: Economia Hoje (Estações regionais noticiários)
18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta
19:00 – Ecos & Factos
20:00 – Loto 2
20:05 – Telenovela: Lusitana Paixão

20:30 – Telejornal
21:00 – Desenhos Animados
21:05 – Angola em Movimento
22:00 – Telenovela: Porto dos Milagres
22:30 – Institucional Cabinda
22:35 – Jogo Aberto
00:00 – Jornal da Noite
00:30 – Shop TV
02:30 – Encerramento

TERÇA-FEIRA, 25 DE JANEIRO

09:30 – Abertura
09:35 – Shop TV
11:30 – Ponto de Reencontro
12:00 – Carrossel
13:00 – Educativo: Aventuras Arqueológicas
13:30 – Jornal da Tarde
14:00 – Educativo: O Mundo do Trabalho
14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais
15:30 – Educativo: Natureza em Profundidade
16:00 – Talk Show: Janela Aberta
18:00 – Educativo: A Moderna Administração (Estações regionais noticiários)
18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta
19:00 – Ecos & Factos
20:00 – Telenovela: Lusitana Paixão
20:30 – Telejornal
21:00 – Desenhos Animados

21:05 – Seriado Nacional: Sede de Viver

21:30 – Telenovela: Porto dos Milagres

22:30 – Parlamento

23:30 – Jornal da Noite

00:00 – NBA Action

00:30 – Shop TV

02:30 – Encerramento

QUARTA-FEIRA, 26 DE JANEIRO

09:30 – Abertura

09:35 – Shop TV

11:30 – Ponto de Reencontro

12:00 – Carrossel

13:00 – Educativo: O Mundo Animal da Toyota IV

13:30 – Jornal da Tarde

14:00 – Educativo: Mediterrâneo

14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais

15:30 – Educativo: Laboratório da Ciência

16:00 – Talk Show: Janela Aberta

18:00 – Educativo: Economia Hoje (Estações regionais noticiários)

18:25 – Institucional Cabinda

18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta

19:00 – Ecos & Factos

20:00 – Telenovela: Lusitana Paixão

20:30 – Telejornal

21:00 – Desenhos Animados

21:05 – Magazine Nacional: O Nosso Serão

21:30 – Telenovela: Porto dos Milagres

22:30 – Desporto Internacional

00:00 – Jornal da Noite

00:30 – Shop TV

02:30 – Encerramento

QUINTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO

09:30 – Abertura

09:35 – Shop TV

11:30 – Ponto de Reencontro

12:00 – Carrossel

13:00 – Educativo: Aventuras Arqueológicas

13:30 – Jornal da Tarde

14:00 – Educativo: O Mundo do Trabalho

14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais

15:30 – Educativo: Natureza em Profundidade

16:00 – Talk Show: Janela Aberta

18:00 – Educativo: A Moderna Administração (Estações regionais noticiários)

18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta

19:00 – Ecos & Factos

20:00 – Telenovela: Lusitana Paixão

20:30 – Telejornal

21:00 – Desenhos Animados

21:05 – Seriado Nacional: Sede de Viver

21:30 – Telenovela: Porto dos Milagres

22:00 – Debate Informativo

00:00 – Jornal da Noite

00:30 – Shop TV

02:30 – Encerramento

SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO

09:30 – Abertura

09:35 – Shop TV

11:30 – Ponto de Reencontro

12:00 – Carrossel

13:00 – Educativo: O Mundo Animal da Toyota IV

13:30 – Jornal da Tarde

14:00 – Educativo: Mediterrâneo

14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais

15:30 – Educativo: Laboratório da Ciência

16:00 – Talk Show: Janela Aberta

18:00 – Educativo: Economia Hoje (Estações regionais noticiários)

18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta

19:00 – Ecos & Factos

20:00 – Telenovela: Lusitana Paixão

20:30 – Telejornal

21:00 – Desenhos Animados

21:05 – Institucional Cabinda

21:10 – Magazine Nacional: Nós e a Noite

21:40 – Institucional Obras Públicas

21:45 – Telenovela: Porto dos Milagres

22:45 – Kandandu

23:45 – Jornal da Noite

00:15 – Sétima Arte: Invasão Letal II

01:45 – Shop TV

03:40 – Encerramento

SÁBADO, 29 DE JANEIRO

08:00 – Abertura

08:05 – Shop TV

10:05 – Carrossel

11:30 – Filme Infantil

12:30 – Variedades

13:30 – Jornal da Tarde

14:00 – Educativo: O Regresso das Epidemias

14:30 – Noticiário em Línguas Nacionais: Fiote

15:30 – Tarde de Cinema: Big

17:00 – Magazine: Economia e Agropecuária

17:30 – Jovemania

18:30 – Ver de Novo (Telenovela): Reviravolta

19:00 – Jornal África

20:00 – Totoloto

20:05 – Telenovela: Lusitana Paixão

20:30 – Telejornal

21:00 – Desenhos Animados

21:05 – Seriado Nacional: Sede de Viver

21:30 – Telenovela

22:30 – Estrelas ao Palco

23:30 – Cine Estúdio: Uma Lição de Vida

01:00 – Shop TV

03:00 – Encerramento

Uma das novidades da programação, desde meados de 2005, é uma versão matinal do *Ecos & Fatos*, das 10 às 11 horas da manhã, apresentada por Gustavo Silva e Ana Celeste. É um telejornal que aborda temas do cotidiano, dá dicas e faz entrevistas para esclarecer assuntos de destaque no momento. Relembra as manchetes da noite anterior e abre espaço a repórteres das províncias, que participam através de audiofone.

4.3.1 – Produção

Como se vê na amostragem de programação de uma semana, os programas jornalísticos são totalmente produzidos pela TPA. Também há alguns programas de entrevistas (Janela Aberta), de entretenimento (Carrossel, Jovemania) e teledramaturgia (Conversas no Quintal).

Todo o resto – filmes, seriados educativos, seriados e telenovelas – é importado. A teledramaturgia é comprada geralmente em Portugal e no Brasil, principalmente séries e novelas produzidas pela TV Globo.

Num evento promovido em junho de 2005 pelo IACAM – Instituto Angolano do Cinema Audiovisual e Multimédia – Tomás Ferreira, que se apresentou como realizador e produtor de cinema e televisão, criticou a falta de espaço na TPA para a produção nacional de vídeos, documentários e filmes. Ele disse que chegou a atender o convite da TPA, no primeiro trimestre de 2005, para participar da produção da programação, apresentando projetos, mas reclamou das condições exigidas e da falta de apoio e financiamento:

A televisão pode dar um contributo maior no desenvolvimento do audiovisual em Angola, se priorizar o produto nacional descentralizando a sua produção, através de financiamento de projectos de carácter social. O mercado angolano precisa de dinheiro e legislação para que possa crescer,

formar os seus quadros, actualizar tecnologia e assim estar ao mesmo nível com os seus concorrentes.¹¹⁵

O diretor geral da TPA, Carlos Cunha, reconheceu a falta de recursos disponíveis para incentivar a produção nacional, principalmente de seriados e telenovelas. Durante as comemorações dos 30 anos de criação da emissora, em outubro de 2005, afirmou que pretende produzir até 2008 uma nova telenovela angolana de longa duração.

O nosso problema de continuidade deste trabalho prende-se precisamente com a falta de estúdios, de condições para produzirmos de uma forma mais eficaz, mais efectiva e mais rápida. Nós, com o nosso centro de produção, vamos poder produzir de forma contínua e dentro de dois ou três anos estaremos a substituir a telenovela principal brasileira por uma de produção nacional.¹¹⁶

A última novela produzida em Angola, com atores angolanos e equipas que mesclavam profissionais angolanos, brasileiros e portugueses, foi *Reviravolta*, que estreou em 2003, e era reprisada até recentemente.

4.4 – AUDIÊNCIA

Em Angola não há um instituto que faça regularmente a medição de audiência de emissoras de rádio e de TV, como o Ibope no Brasil. Por isso, o nível de audiência desses veículos de comunicação é estimado, o que pode resultar em números bem diferentes, de acordo com a origem da estimativa e das fontes e números utilizados.

¹¹⁵ Ver reportagem na Angop, *Realizador pouco optimista com política de produção da TPA*, de 28 de junho de 2005

¹¹⁶ Entrevista pode ser encontrada no site da Angop, *TPA vai estender sinal a sessenta novas localidades do país*, de 19 de outubro de 2005

A TPA, por exemplo, apresenta uma estimativa de audiência de 3 milhões de telespectadores em todo o país, 50% desse total na capital Luanda, sendo 70% de mulheres. Para chegar a essa conclusão, a TV estatal angolana informava que haveria mais de 400 mil aparelhos de TV no país em meados de 2006, com audiência média estimada entre sete e oito pessoas por televisor. Porém, no site da emissora, que não era atualizado desde 2003, não havia identificação de qualquer fonte para esses números.

Em Angola, a penetração do rádio e da TV é relativamente baixa, quando comparada com outros países africanos. De acordo com uma pesquisa nacional realizada em 1996, 33% das residências tinham um aparelho de rádio (51% em áreas urbanas e 22% em zonas rurais). Outra pesquisa do INE – Instituto Nacional de Estatística – de 1999, indicava que apenas 9% das casas tinham um aparelho de TV, todos em áreas urbanas.

Pesquisa das Nações Unidas neste mesmo ano documentava a existência de 123 aparelhos de TV para cada 1000 habitantes na África do Sul, enquanto em Angola essa relação não passava de 19 por 1000. Na Nigéria havia 55 televisores por 1000 habitantes e no Zimbábue, 29 por 1000. No entanto, a audiência de rádio e de TV em Angola, embora não mensurada, seria maior do que esses números sugerem, devido ao acesso que muitas pessoas têm aos receptores de propriedade de vizinhos.¹¹⁷

Esses números são confirmados por outra pesquisa, do Banco Mundial, sobre a infra-estrutura e o acesso à tecnologia da informação e da comunicação: o número de linhas telefônicas fixas passou de 5 por 1000 em 1995 para 6 por 1000 em 2001, na média nacional. Nas maiores cidades, entretanto, essa cifra era de 19/1000 e 21/1000, respectivamente. Em 1995 não havia telefonia celular; em 2001, já havia 6 aparelhos por 1000 angolanos.

¹¹⁷ HODGES, TONY, *Angola, Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, Indiana-USA, 2001, p. 95

Quanto aos computadores e acesso à internet, o Banco Mundial não encontrou equipamentos do gênero em 1995, mas em 2001 havia 1,3/1000 habitantes, sendo que 60 mil pessoas eram usuárias da rede mundial.

Em 1995, havia 33 aparelhos de rádio por 1000 habitantes, número que saltou para 74/1000 em 2001. O número de televisores passou de 7/1000 em 1995 para 19/1000 em 2001, a mesma cifra fornecida pela ONU. Para efeito de comparação, na África Sub-Saariana, a média em 2001 era de 60 aparelhos de TV por 1000 habitantes, ou seja, duas vezes mais do que em Angola.¹¹⁸

O estudo mais recente de que se tem notícia sobre a audiência dos meios de comunicação em Angola (rádio, TV, jornal e internet) foi realizado de 3 a 16 de abril de 2002, com 600 entrevistados maiores de 15 anos. Os resultados estão no livro *Audiência de Media em Luanda*, do sociólogo angolano Paulo de Carvalho.¹¹⁹ A obra é dividida em sete capítulos e, de acordo com o autor, a intenção é entender o perfil do consumo e das audiências dos veículos de comunicação na capital Luanda, servindo de instrumento para as decisões de gestores, jornalistas e outros profissionais dos meios de comunicação. Também procura avaliar a adesão dos públicos a determinados programas e mensagens e apreender o grau de *serviço público* prestado pelos profissionais e órgãos de comunicação.

A metodologia utilizada foi a realização de 600 entrevistas, por pessoas previamente preparadas, tendo uma amostragem de acordo com critérios demográficos, sociológicos e econômicos de Luanda, que foi dividida em área urbana, área semi-urbana e subúrbios. Em cada rua, e seguindo métodos específicos, foram realizadas 10 entrevistas de cerca de 20 minutos. Os dados obtidos foram tratados através de um programa de informática estatístico para as ciências sociais, designado SPSS.

¹¹⁸ O relatório *ICT at a glance - Angola*, do Banco Mundial, pode ser encontrado no site <http://devdata.worldbank.org>

¹¹⁹ CARVALHO, Paulo de, *Audiência de Media em Luanda*, Luanda, Editorial Nzila, 2002, Colecção Ensaio

De acordo com análise dos dados apurados, realizada pela professora portuguesa Izabel Ferin da Cunha, licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa

(...) pode inferir-se, primeiramente, que os meios de comunicação gozam, na generalidade, de grande prestígio e exercem uma influência considerável na vida das pessoas em Luanda. O mesmo público manifesta maior confiança na informação produzida pelos órgãos de comunicação privados. A rádio é o meio com maior penetração na população sendo as estações de rádio as que obtêm uma avaliação mais positiva. A *Rádio Luanda* lidera as audiências, seguida da *Rádio Cinco*, da *Rádio Ecclésia*, *Luanda Antena Comercial* e da rádio coligada à *Rádio Nacional de Angola*.

Como refere o autor (p. 109) *a televisão pública de Angola é uma estação estatal, que detém actualmente o monopólio da televisão em Angola* operando dois canais desde 2002. A televisão é o segundo meio em impacto na população entrevistada, estando o *Telejornal* (jornal televisivo) no topo das preferências, seguido pelo programa de informação e entrevistas *Ecos & Factos*, as telenovelas da tarde e da noite e o programa de opinião pública designado *Janela Aberta*. Refere-se que nos bairros mais carentes nem todos têm acesso a um receptor (a preto e branco ou a cores), além de que os cortes de energia e avarias de transmissão, em toda a cidade, inibirem frequentemente a visualização dos programas. Contudo, os dados recolhidos pelo autor registam cerca de 77% de espectadores assíduos de televisão nas entrevistas realizadas. A análise estatística dos mesmos dados aponta para um perfil de espectador que varia em função dos programas emitidos (p. 130).¹²⁰

Segundo o autor, estimava-se que 22% da população teria acesso à Internet em Luanda, dependendo de fatores sócio-econômicos, grau de instrução, volume de

¹²⁰ A análise completa pode ser encontrada no site www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr

rendimentos da família, local de residência e sexo. Os dados recolhidos durante a pesquisa apontam para uma percentagem diminuta de utilizadores com acesso diário garantido à rede internacional de computadores.

CAPÍTULO 5 – O JORNALISMO NA TPA: LINGUAGEM, FORMAÇÃO DE JORNALISTAS, SINDICALIZAÇÃO, AUTOCENSURA

“Tentamos ser imparciais, mas ainda não é possível atingir essa imparcialidade, essa isenção, porque há uma influência significativa do Estado, e quando digo Estado me refiro ao partido que está atualmente no poder. Isso é uma realidade que nós temos que aceitar. Nossa democracia é muito recente e tudo isso se reflete no nosso trabalho.”

Ramiro Matos, jornalista da TPA, em entrevista a Maria Silvia Bembom

Em 1992, o jornalista Volmar Antônio Malganin foi contratado pela agência de publicidade baiana Propeg para participar da equipe que foi a Angola trabalhar na campanha presidencial do MPLA. O presidente José Eduardo dos Santos, no poder desde a morte de Agostinho Neto, em 1979, havia assinado, em 1991, com Jonas Savimbi, da Unita, um acordo de paz, que previa a realização das primeiras eleições livres e pluripartidárias da História de Angola.

Além de cuidar da campanha, o contrato da Propeg previa a administração técnica dos meios de comunicação sob controle do Estado, ou seja, a Rádio Nacional, a TV Pública e o Jornal de Angola, que era e ainda é o único diário do país. Volmar integrava uma pequena equipe que ficou encarregada de dar consultoria na TPA: ele cuidava da produção e do fechamento, enquanto outro profissional acompanhava uma das equipes de reportagem e um terceiro supervisionava as edições.

“Na época, o Jornalismo da TPA era praticado por pessoas com pouco ou nenhum preparo técnico ou profissional. Para se ter uma idéia, repórteres e editores não usavam lauda, portanto não tinham noção do tempo que cada reportagem iria ocupar. O *Telejornal*, que já era o principal produto informativo da emissora,

poderia ter 50 minutos ou duas horas de duração. Quando havia uma conferência de imprensa com alguma autoridade, eles punham a fita bruta (sem edição) no ar, o discurso todo, mesmo que tivesse 20, 30 minutos ou mais”, relembra Volmar.

A emissora já dispunha de pelo menos sete equipamentos de externa Betacam (sistema Pal), e os cinegrafistas tinham pouco conhecimento de como usar as câmeras. O jornalista diz que a equipe de brasileiros treinou cinegrafistas, repórteres e editores, introduzindo lauda para contagem de tempo por linhas, montando novos cenários, ensinando a editar e sonorizar reportagens e a usar o som ambiente.

A TPA funcionava no mesmo prédio que ocupa atualmente, e a diretoria era exatamente a mesma. Com as inovações que introduziu, Volmar Antônio Malganin afirma que conseguiu padronizar a duração do *Telejornal* em aproximadamente 45 minutos de arte (tempo do qual se exclui os intervalos). No primeiro dia em que o novo sistema foi utilizado, Volmar previu que o jornal teria 45 minutos. Controlou a prolixidade dos textos e dividiu os blocos em reportagens de um e meio a dois minutos de duração. Ao final, o *Telejornal* teve 46 minutos. Impressionado com a precisão da contagem de linhas das laudas de textos, um jornalista angolano teria chamado o brasileiro de bruxo, por contar o tempo através das palavras.

“Os jornalistas não eram tecnicamente preparados para produzir um jornal como estamos acostumados a fazer no Brasil, mas muitos têm um bom nível intelectual. Falam duas ou três línguas e muitos estudaram no exterior”, observa Volmar. Realmente, vários dos jornalistas que conheci em Luanda no segundo semestre de 2004 concluíram Comunicação Social ou outros cursos, geralmente da área de Humanas (Sociologia, Direito, Filosofia), através de bolsas de estudo ou acordos de cooperação, especialmente com faculdades e universidades de Cuba, da antiga União Soviética (geralmente da Rússia), ou do Leste Europeu, principalmente a ex-Iugoslávia. Eram fluentes em russo, espanhol, inglês e/ou francês.

Durante a campanha eleitoral de 1992, Volmar garante que não recebia pressões do governo para privilegiar o candidato José Eduardo dos Santos. Como contava com uma melhor estrutura profissional de campanha, e acesso irrestrito aos principais meios de comunicação, o MPLA conseguia atrair um maior número de eleitores aos comícios do que os principais adversários, Jonas Savimbi, da Unita e Holden Roberto, da FNLA. E isso se traduzia em reportagens maiores nos programas jornalísticos da TPA.

Savimbi, conhecido pelo carisma e pela crueldade até com os correligionários, dizia nos comícios que logo que vencesse as eleições estaria na TPA “para ajustar as contas com quem está a mentir”, numa ameaça que era editada e incluída nas reportagens sobre os comícios da Unita. “Nós colocávamos no ar todos os desafios e ameaças do Savimbi”, diz Volmar.

Como várias províncias não tinham condições técnicas para gerar o material que gravavam, a TPA recolhia as fitas em várias partes do país através de três aviões, pela manhã e à tarde. O material depois era editado em Luanda e incluído nos noticiários. Já no início da apuração, Savimbi passou a ameaçar retomar a guerra civil caso não fosse o vencedor. A contagem dos votos durou cinco dias, e haveria necessidade de um segundo turno, já que nenhum dos dois principais candidatos conseguiu a metade mais um dos votos.

Após dois dias de apuração, a Propeg decidiu retirar a maior parte da equipe do país, temendo que o conflito reacendesse mais rápido do que se imaginava. Menos de uma semana após o final da apuração, houve violentos enfrentamentos de integrantes do MPLA e da Unita em Luanda, com um número de mortos elevado, mas jamais contabilizado oficialmente. A guerra civil estava de volta e durou mais dez anos, com intervalos de paz. Durante esse período as divisões políticas se exacerbaram entre simpatizantes dos dois lados em luta, o que se refletia em todos os aspectos da convivência nacional.

Switcher do Telejornal

No início do segundo semestre de 2004 o clima já era bem diferente: a guerra havia terminado há quase dois anos e meio, com a morte de Savimbi, e os angolanos pensavam e falavam muito em reconstruir o país e suas vidas. Porém, na TPA, muita coisa parecia igual ao que Volmar havia encontrado 12 anos antes. O prédio e a diretoria continuavam os mesmos, as máquinas de escrever haviam sido substituídas por microcomputadores, mas o *Telejornal* era produzido e fechado sem muita preocupação com a duração. A programação era condescendente e o jornal, que ia ao ar às 20h30, poderia se prolongar até 21 horas ou 21h30, embora tivesse, oficialmente, 30 minutos brutos, incluindo os intervalos.

Não era utilizado nenhum sistema informatizado de edição de telejornais: o fechamento era feito em arquivos Word, do Windows. Na mesma época, a Rádio Nacional já dispunha de uma redação com computadores padronizados, e os noticiários e programas eram produzidos e finalizados através de um software de edição.

Na redação que era utilizada pelo *Telejornal*, o *Jornal da Tarde*, o *Jornal 2*, o *Jornal África* e os noticiários em língua estrangeira, havia apenas cinco ou seis computadores em funcionamento simultâneo, com diferentes configurações, mais

dois para os editores e apresentadores. As longas sonoras e os textos prolixos também estavam lá, em quase todas as cabeças, chamadas ou reportagens.

A partir de 1992, várias equipes de jornalistas brasileiros trabalharam dando consultoria técnica e editorial à TPA, sob contrato com o governo angolano. Alguns desses profissionais, com os quais tive contato, contam que conseguiam introduzir avanços na produção, edição e apresentação dos telejornais, mas quando ficavam duas ou três semanas de férias no Brasil, ao voltar notavam que algumas dessas tarefas e/ou procedimentos haviam sido abandonados ou negligenciados.

A seguir, seguem observações e informações recolhidas durante os seis meses de trabalho na TPA em Luanda, no segundo semestre de 2004, abordando aspectos como linguagens e influências, pauta, reportagem e edição, com amostragem de textos, pré-espelhos e espelhos de jornais (que em Angola são chamados de pré-alinhamentos e alinhamentos).

5.1 – LINGUAGENS E INFLUÊNCIAS DO BRASIL E DE PORTUGAL

Os angolanos, de modo geral, vêem o Brasil e os brasileiros com bons olhos, por várias razões: foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola; o Brasil tem uma parcela da população de origem angolana, devido ao tráfico de escravos; é um gigante estendido do outro lado do Oceano Atlântico; e produz seriados e telenovelas que caíram no gosto do povo de Angola. Uma delas, *Roque Santeiro*, produzida pela TV Globo e exibida nos anos 1980, causou tamanha impressão no público angolano que serviu para nomear o maior mercado a céu aberto da África, localizado em Luanda.

Embora falem a mesma língua, angolanos, portugueses e brasileiros têm significativas diferenças de estilos e de sotaques. Angola, que só se libertou de Portugal há 31 anos, ainda preserva fortes influências lusófonas, especialmente na ortografia e no modo de falar. Dos países de língua portuguesa, o Brasil é o único

que não tem fala e ortografia diretamente vinculadas às características de Portugal, o que chama a atenção, especialmente nos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A maioria dos angolanos é tolerante às diferenças, mas a influência brasileira na mídia, principalmente, costuma despertar reações adversas ou até de repúdio.

Foi o que aconteceu na edição de 23 de outubro de 2004 do semanário *Agora*. Em editorial às páginas dois e três, assinado pelo jornalista Pascoal Mukuna, a influência lingüística de assessores e consultores brasileiros, contratados para trabalhar no *Jornal de Angola*, na Rádio Nacional e na TPA é duramente criticada, tendo como exemplo uma reportagem sobre a roupa do presidente George W. Bush, publicada no único jornal diário de Angola.

(...) Que contratem gregos, chineses, portugueses ou brasileiros não é da nossa conta. Mas, como agentes activos da sociedade angolana já não nos podemos manter indiferentes a alguns estragos lingüísticos que, com a complacência e a passividade das direcções desses órgãos, os assessores causaram nas referidas empresas jornalísticas.

Com alguma frequência, fomos escutando colegas nossos dos órgãos estatais queixarem-se da introdução, por parte dos assessores sul-americanos, de termos estritamente brasileiros nas matérias jornalísticas em que estes punham a sua indesejada “colher”. Ainda na sua edição de segunda-feira, 11, o *Jornal de Angola* inseriu, numa determinada notícia internacional, a expressão “terno”, um brasileirismo que significa “fato” (o conjunto do vestuário).

O jornalista angolano chama atenção para o papel dos meios de comunicação social na formação dos cidadãos, e considera um “péssimo exemplo” o uso de brasileirismos nas edições de jornais e em emissões de rádio e TV. Além de “terno”, Mukuna cita outras palavras e expressões tipicamente brasileiras que seriam usadas

até com certa regularidade pela mídia angolana: “carioca”, “cara”, “grana”, bufunfa”, “tô nem aí” e “cadê”, “para além de outros que não fazem parte do léxico da língua de Camões de José Maria Relvas. Outrossim, os compatriotas do rei Pelé exageram no uso do gerúndio. E aqui se escreve e fala com toda a naturalidade esses termos, como se de português se tratasse”. E mais:

Um jornal que se preze deve, pois, evitar inserir no seu serviço noticioso expressões da “rua”, sob pena de cair na vulgaridade. Longe de pretendermos ser arautos da nossa língua oficial, não nos podemos, porém, manter indiferentes ao português sofrível que se fala em algumas rádios, na Televisão Pública de Angola – ficamos estarecidos quando escutamos um locutor da TPA dizer “a perca da bola...” – e se escreve em certos jornais – entre o estatal e alguns privados.

(...) Aconselhamos os nossos confrades a melhorar o seu principal instrumento de trabalho, a língua portuguesa, aproveitando ao máximo os cursos que, regularmente, o Centro Cultural Português tem oferecido aos órgãos de comunicação social. (...) Que saibamos, não houve qualquer acordo ortográfico da língua portuguesa que contemplasse a introdução dos termos regionais brasileiros nem de outro país da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Portanto, a semântica do português mantém-se a mesma. Até que se altere, a língua veicular tem de ser respeitada. Nada de ternos! ¹²¹

A preocupação com a manutenção de uma língua portuguesa pura de origem não é só de Pascoal Mukuna. O diretor do Cefojor – Centro de Formação de Jornalistas – sediado em Luanda, Mário Costa Dias, também foi questionado pelo repórter Jorge Eurico, em entrevista ao site *Notícias Lusófonas*:

¹²¹ O texto completo pode ser consultado às páginas 2 e 3 da edição 398, de 23 de outubro de 2004 do semanário *Agora*

Notícias Lusófonas – Quais são os grandes défices que mais apresentam os formandos?

Mário Costa Dias – O principal défice é o domínio da Língua Portuguesa. Por isso em todas as acções formativas que o Cefojor ministra tem a cadeira de Língua Portuguesa como elementar.

NL – Não será que esse défice se agrava mais com o “brasileirismo” que tem estado a invadir a sociedade angolana, particularmente na imprensa?

MCD – Não colocaria a questão nesses termos. Quem domina bem de facto a Língua Portuguesa, independentemente de qualquer invasão, sabe quais são as ferramentas certas para bem escrever e falar português.

NL – Não admite que tem havido uma grande invasão do “brasileirismo” na nossa sociedade e na imprensa angolana?

MCD – Admito! E isso acontece fundamentalmente entre os quadros do nosso sector por falta de autodidatismo. Temos lido muito pouco e o que se lê é basicamente proveniente do Brasil. Sobre o que vem de Portugal, temos muito pouco. Infelizmente vamos tendo mais material didático referente ao jornalismo brasileiro. E por isso há uma tendência muito grande para cairmos no português falado no Brasil ou, se quisermos, o “brasileirismo”. Há esse risco que, contudo, pode e deve ser corrigido.

NL – De que forma podemos corrigir isso?

MCD – Esta é uma preocupação que toca todos os angolanos. Defendo que é necessário que incrementemos o ensino da Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino no nosso país.

NL – Por quê que vamos estando mais distantes de Portugal e mais próximos do Brasil?

MCD – Acho que nunca houve interesse por parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa em voltar costas à Língua Portuguesa. Penso que não aconteceu nem há de acontecer. A nível da política de expansão da Língua Portuguesa parece-me ter sido relegado, esse aspecto, para um plano inferior quando devia ser uma questão de prioridade das prioridades.

NL – Mas não sente que estamos virados mais para o Brasil do que para Portugal?

MCD – Sinto, sim senhor! Sinto que os angolanos vão estando mais virados para o Brasil do que para Portugal por algo que, no fundo, começam a ser nuances da Língua Portuguesa, o que poderá levar que cada país possa criar terminologias muito próprias que fogem ao padrão universalmente considerado a nível da Lusofonia. Isso tem fragilizado o português como uma língua uma. E há o receio de que num futuro não muito distante tenhamos dificuldades em nos entendermos.¹²²

Queiram os angolanos ou não, a influência de outras línguas ou variações lingüísticas é consequência do processo histórico e parece ser tendência inexorável. A língua que se fala em Luanda também absorveu palavras e expressões do kimbundo, a língua original dos povos que habitavam a região. Por exemplo, ao se referir a uma pessoa mais velha, se diz kota. Pelada de futebol é baba e quando se quer dizer que há muito de uma coisa se utiliza bwé (bué).

E a diversidade não pára por aí. Na TPA, usam-se termos bem diferentes daqueles que são familiares na TV brasileira. Alguns exemplos:

BRASIL	ANGOLA
Matéria	Peça
Cobrir a matéria	Pintar a peça
Decupar	Visualizar
Pré-espelho	Pré-alinhamento
Espelho	Alinhamento

¹²² A entrevista completa de Mário Costa Dias, de 4 de setembro de 2005, pode ser acessada no site www.noticiaslusofonas.com

Chamada de bloco	Destaques de Intermédio
Quadros	Rubrica
Produtor	Realizador
Diretor de TV	Misturador
Falecido	Malgrado
Amendoim	Ginguba
Pimenta	Gindungo
Homossexual	Panelheiro
Fila	Bicha
Injeção	Pica
Camiseta	Camisola
Legal	Fixe
Amigo	Kamba
Criança	Miúdo

Como se vê, a língua falada em Luanda tem nítidas influências do português lusitano e do kimbundo. A polémica da linguagem como fator de identidade nacional e/ou étnica é tratada em artigo do professor angolano João Baptista Lukombo Nzatuzola, no primeiro caderno do CESD – Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento, lançado em agosto de 2004. “A língua pode tornar-se muitas vezes vector social de discórdia entre elementos na sociedade que fazem uso de uma determinada língua, que não seja tida como materna”, destaca Nzatuzola, referindo-se ao português em contraposição às línguas originalmente faladas em Angola.

O sociólogo comenta dois aspectos que não podem ser esquecidos neste tipo de debate: as línguas faladas na África nem sempre obedecem às fronteiras políticas dos países; e a velocidade de expansão da língua portuguesa, que 25 anos após a independência já havia se tornado na segunda língua materna mais importante de Angola, atrás apenas do umbundo, com 40% de utilizadores. Ou seja, a tendência de absorção de influências externas não pode ser desconsiderada quando se pensa no futuro da língua falada em Angola. Um exemplo típico se vê nos nomes de muitos angolanos, escolhidos provavelmente pelo ritmo e sonoridade e não pelo significado das palavras: conheci pessoas que tinham, no registro civil, nomes ou até sobrenomes como Cambalhota, Capitão, Papel e Solavanco!

5.2 – PAUTA, REPORTAGEM E EDIÇÃO

No segundo semestre de 2004, a TPA não produzia uma pauta como normalmente acontece nas emissoras de TV brasileiras e internacionais, com informações sobre o objetivo de cada reportagem a ser realizada, dados informativos a respeito do assunto, além de endereços, telefones e horários estabelecidos para cada marcação de entrevista ou produção de imagens.

A maioria dos assuntos encaminhados para produção tinha a mesma origem: um ofício ou carta, de instituição oficial, partido, organização não governamental, do governo angolano, etc., solicitando cobertura para eventos. Dependendo do tema, a reportagem poderia ser solicitada por um telefonema, especialmente se fosse do interesse do MPLA ou do governo federal ou provincial.

A solicitação era enviada a Manuel da Silva, sub-director de Informação da TPA. Na prática, é o sub-director quem dirige o Jornalismo da TPA. O diretor Nelson Rosa cuida da parte administrativa, no setor de administração da emissora, onde fica também o gabinete do diretor geral.

O sub-diretor cancelava o documento e o encaminhava a uma de suas secretárias, que elaborava o roteiro de reportagens. Esse roteiro, com o repórter indicado para cada pauta, o local e o horário de saída da emissora, era afixado na redação no fim da tarde do dia anterior. No entanto, geralmente, essas eram as únicas informações que o repórter recebia. Não havia um trabalho de levantamento prévio do assunto, com informações adicionais para familiarizar o repórter ou contextualizar a abordagem que deveria fazer.

Devido à disponibilidade de poucas viaturas, normalmente a equipe – repórter, cinegrafista e auxiliar – era levada até o local da cobertura, o carro voltava à emissora para outros serviços e buscava a equipe mais tarde. Por isso, privilegiava-se pautas como congressos, palestras, audiências oficiais, balanços de atividades, encontros partidários, cursos e/ou outros eventos que tivessem uma única marcação. Uma repórter e apresentadora bem humorada costumava classificar de “Angola sentada” a maioria das reportagens realizadas na TPA.

Ao retornar, o repórter visualizava a fita gravada, num equipamento Betacam disponível na redação principal. Ou podia recorrer a uma das quatro ilhas destinadas ao Jornalismo, caso estivessem desocupadas. O próprio repórter é o editor da matéria: não havia a figura do editor de textos, o profissional que geralmente acompanha a realização da reportagem desde a elaboração da pauta, assessorando o repórter durante o trabalho de campo, recebendo a fita ou as fitas para decupagem. No Brasil e na maioria dos países, o editor trabalha em conjunto com o repórter para escrever o texto, e depois vai para a ilha editar a reportagem de acordo com o roteiro estabelecido.

Após decupar (visualizar) a matéria, o repórter ia para um computador e escrevia o texto abrindo um arquivo Word. Ele começava com uma sugestão de *lead* (cabeça, o texto a ser lido pelo apresentador), o que é um bom exercício, pois começando-se pela cabeça o jornalista tem uma noção mais clara da reportagem

como um todo, evitando repetições desnecessárias, explorando e articulando melhor o material disponível. Ele fazia as indicações de entrada e saída das sonoras (entrevistas ou declarações gravadas), pois o material depois seria editado por um editor de imagens, geralmente sem a presença do repórter ou de um editor de textos.

Ao concluir a redação, cortava a parte superior do texto com o *lead* (cabeça), incluindo as legendas dos entrevistados, e o entregava ao editor chefe que fechava o jornal. Alguns editores aceitavam o trabalho sem questionamento; outros faziam questão de revisar o texto, geralmente fazendo alterações e/ou discutindo o teor da reportagem. Aprovado o texto, o repórter descia para uma cabine de áudio próxima às ilhas de edição, gravava o off e entregava a fita com o roteiro da reportagem ao editor de imagens que finalizaria o material.

Abaixo, seguem amostragens de textos produzidos por repórteres da TPA, com indicações de entrevistas, tendo sido mantidas todas as características originais de linguagem e ortografia. O primeiro foi produzido para o telejornal *Ecos & Factos*:

Ecos & Factos

Florêncio André/texto

Paulo Sérgio/Imagens

Edição: Norberto Soares

Data: 21.07.04

As autoridades de Benguela acreditam que através da recente visita da missão do Banco Mundial à Província, muitos projectos serão implementados. Os sectores Pecuário, Agrícola e do Ensino são prioritários;

V.T.

Na actual fase de reconstrução nacional, o governo procura financiamentos para recuperar as principais infra estruturas sociais. O Banco Mundial é um dos principais parceiros.

A comissão que recentemente visitou Benguela vai assegurar o financiamento de vários projectos no campo social.

Som.....Job Sassando/ Admin. Municipal da Ganda

00:00:15:03... acredito; 00:00:28:19... seja maior

Agostinho Felizardo / Gov. Provincial de Benguela em Exercício

00:05:07:11... mas também; até 00:05:37:00... destino

A reintegração dos ex. militares, é uma das prioridades. Foram feitos estudos dos solos no Cachimbambo. Apurada a sua fertilidade, os terrenos foram entregues aos desmobilizados para o cultivo. Vai beneficiar cerca de mil e quinhentos homens e suas famílias. Sorgo, massambala e milho, são as sementes a serem lançadas à terra. Alguns preferem experimentar as artes e ofícios previstos no pacote de financiamentos.

Som.....Domingos Laurindo/ Ex. Militar

00:07:19:01... Eu por mim; 00:07:43:14... Marceneiro

Manuel Tchicalengó/ Ex. Militar

00:08:06:11... consegui já; 00:08:22:06... difícil

Outro espaço também atribuído aos ex. militares vai ser aproveitado para a construção de moradias. Aos poucos a vida dos ex. militares e suas famílias, ganha outro sentido com a sua reinserção.

Sai.... V.T. -

Este texto, já corrigido pelo editor chefe do *Jornal da Tarde*, foi editado e inserido também no *Telejornal*:

VISITAS/MINARS + COM.GESTÃO

LEAD: (SUGESTÃO)

O MINISTRO DA REINserÇÃO SOCIAL E A COMISSÃO DE GESTÃO VISITARAM HOJE VÁRIOS PROJECTOS SOCIAIS LOCALIZADOS EM CACUACO, MAIANGA E SAMBA. INTEIRAR-SE DA REAL SITUAÇÃO QUE SE VIVE NESTES CENTROS E LARES INFANTIS, FOI O PROPÓSITO DA VISITA DE JOÃO BAPTISTA KUSSUMWA E JOB CAPAPINHA.

LEGENDAR: 1-JOÃO BAPTISTA KUSSUMWA/MINISTRO DA REINserÇÃO SOCIAL

2 - JOB CAPAPINHA/MEMBRO DA COMISSÃO DE GESTÃO DE LUANDA

..... (RODA VTR)

O CENTRO FEMENINO ILUMBA, NO MUNICÍPIO DA MAIANGA TEM CAPACIDADE DE ALBERGAR CERCA DE 200 MENINAS COM PROBLEMAS SOCIAIS SÉRIOS, COMO O ALCOOLISMO E TRABALHADORAS DO SEXO.

COMO ESTE EXISTEM VÁRIOS VOCACIONADOS A RÁPIDA REINTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NA SOCIEDADE, ESPALHADOS PELOS MUNICÍPIOS DE CACUACO, MAIANGA E DA SAMBA.

CONSTATAR O NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SOBRETUDO, DOS EMPREENDIMENTOS QUE EXIGEM A ALOCAÇÃO DE RECURSOS FOI O OBJECTIVO DAS VISITAS.

O MINISTRO BAPTISTA KUSSUMWA E JOB CAPAPINHA, MEMBRO DA COMISSÃO DE GESTÃO DE LUANDA, FORAM SABER QUAL O DESEMPENHO FUNCIONAL E A MELHOR ESTRATÉGIA PARA A UTILIZAÇÃO DE VERBAS NO PRÓXIMO ANO.

(SOM...JOÃO BAPTISTA KUSSUMWA/CTL - 14'12" - HÁ ÁREAS CUJO EXERCÍCIO PARTILHADO... ATÉ ... 14'44" - ENTREGUES AO GOVERNO DA PROVÍNCIA)

A COMISSÃO DE GESTÃO DE LUANDA VAI ASSUMIR AS SUAS RESPONSABILIDADES NO TOCANTE A CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA O BEM-ESTAR DA SOCIEDADE.

JOB CAPAPINHA, PROMETEU QUE A PARTIR DO PRÓXIMO ANO O ORÇAMENTO DA PROVÍNCIA SERÁ EXTENSIVO A ESTES SECTORES.

(SOM...JOB CAPAPINHA/CTL – 5’49” – UMA RESPONSABILIDADE... ATÉ ... 6’06” – DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO)

A ACTIVIDADE ABRANGIU CENTROS E LARES INFANTIS, BEM COMO PROJECTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INSERIDOS NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS TAL COMO EM CACUACO, O KWZOLA NA MAIANGA, E POR ÚLTIMO O SOL E A BASE CENTRAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES NO BENFICA, NA SAMBA.

O texto a seguir foi enviado juntamente com a fita Betacam contendo a reportagem, pelo Gabinete de Correspondência da TPA na província da Lunda Sul, para o *Ecos & Factos*:

DE: TPA LUNDA SUL

PARA: DIRECÇÃO INFORMATIVA ECOS & FACTOS

TÍTULO: REGISTADO CENTO CINQUENTA CRIANÇAS

PROPOSTA DO LEAD:

NA LUNDA SUL, CENTO CINQUENTA CRIANÇAS DE ZERO AOS 17 ANOS DE IDADE FORAM REGISTADAS NO MUNICIPIO DE SAURIMO, PELOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA, DAQUELA CIDADE. A INSUFICIENCIA DE MEIOS DE TRANSPORTES FAZ COM QUE OUTROS MUNICIPIOS FICAM SEM REGISTRO CIVIL.

..... VTR

COM A CRIAÇÃO DE BRIGADAS DE SERVIÇOS DE REGISTO CIVIL EM SAURIMO, NAS VÁRIAS ARTÉRIAS DA CIDADE, OS SERVIÇOS MELHORARAM POSITIVAMENTE, ONDE POR DIA SÃO ATENDIDOS CERCA DE DEZ PESSOAS.

SOM.....JOÃO KALILESE.....

SOM.....NATERÇA SEGUNDA.....

A FALTA DE MEIOS DE TRANSPORTE PARA A DESLOCAÇÃO DOS BRIGADISTAS AOS MUNICIPIOS, COMUNAS E ALDEIAS, TEM DIFICULTADO O PROCESSO DE REGISTO CIVIL NA PROVINCIA.

SOM.....JOAQUIM CÉSAR.....CONSERVADOR

LEGENDAR LUNDA SUL

1 - JOÃO KALILESSSE.....PAI DA CRIANÇA

2 - NATERÇA SEGUNDA.....MAE DA CRIANÇA

3 - JOAQUIM CÉSAR.....CONSERVADOR

REPORTAGEM DE:

CARLOS LINO (TEXTO) E CARLOS CASSACUA (IMAGEM)

Este texto foi enviado pela repórter Arminda Manico, de Benguela:

DEFICIENTES FORMADAS EM CORTE E COSTURA

QUINZE SENHORAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA ESTÃO A SER FORMADAS EM CORTE E COSTURA. A ACÇÃO É LEVADA A CABO PELAS IRMÃS SERVAS POBRES DA DIVINA PROVIDÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO BAIRRO DA NOSSA SENHORA DA GRAÇA EM BENGUELA.

VT.....

LOGO A ENTRADA AO BAIRRO DA NOSSA SENHORA DA GRAÇA ENCONTRA-SE ESTA BOUTIQUE.

É OBRA DE QUINZE SENHORAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA. VENCERAM O PRECONCEITO E TÊM ESTA ACTIVIDADE COMO O SEU GANHA PÃO. AS IRMÃS SERVAS POBRES DA DIVINA PROVIDÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA ENCARREGAM-SE PELA INSTRUÇÃO DAS SENHORAS.

PAUSA SOM.....GERTRUDES NASSOMA/FORMANDA

06:19:04 gosto da costura... 06:48:23 sim estou

ANA BUNDU/FORMANDA 07:00:04 escolhe a costura 07:35:12 batas

O PROCESSO DECORRE HÁ QUATRO ANOS

PAUSA SOM.....JOANA MARIA/FORMADORA 09:01:23 eu vejo
09:31:21 para o futuro delas

AS SENHORAS SÃO ORIUNDAS DE VÁRIOS BAIRROS DA CIDADE DE BENGUELA.

SAI VT.....

Uma característica da maioria das reportagens produzidas e exibidas na TPA, no segundo semestre de 2004, era a escassez de informações trabalhadas pelos repórteres no texto ou em passagens (quando o repórter aparece no local da reportagem). A tendência era sempre deixar para as sonoras dos entrevistados a função de passar as informações, o que tornava as reportagens longas, pois um entrevistado poderia voltar duas ou três vezes na mesma edição.

Como se nota pelos textos, não havia também uma uniformidade de laudas ou de tratamento das reportagens em Luanda e nos diversos Gabinetes de Correspondência, existentes nas 17 capitais de províncias (além de Luanda, sede da emissora). Também não havia uma coordenação específica para solicitar reportagens ou receber as matérias enviadas por esses gabinetes.

5.3 – PRÉ-ALINHAMENTOS E ALINHAMENTOS

Ao receber o material do repórter, o editor chefe transferia o texto do *lead* para o pré-alinhamento (pré-espelho), na íntegra, sem alteração, ou fazendo as modificações que considerasse necessárias. Incluía as legendas que deveriam ser comandadas durante a apresentação do telejornal. Essas legendas eram

transmitidas depois pela rede interna de computadores até o TP (teleprompter). Também poderia ser usado um disquete, com o arquivo do alinhamento (espelho), contendo as legendas. O TP era controlado manualmente por um funcionário (geralmente uma funcionária).

Como amostragem da forma como eram elaborados em arquivos Word, acrescento abaixo o alinhamento do primeiro bloco do *Telejornal* do dia 10 de março de 2004, com os respectivos *leads* e legendas, lembrando que estão mantidas as características ortográficas e gramaticais, *ipsis literis*:

TELEJORNAL ALINHAMENTO

I BLOCO

1-PR/AUDIÊNCIA/MINISTRO POLACO.....VT
 2-RODAPÉ.....NOTA
 3-MINISTRO POLACO/PESCAS.....VT
 4-PARLAMENTARES/HOSPITAL/PRENDA.....VT
 5-FESA/DOAÇÃO/HOSPITAIS.....VT

TELEJORNAL

10 DE MARÇO DE 2004

QUARTA-FEIRA

EDIÇÃO: GUSTAVO SILVA

I BLOCO

VT 1

PR/AUDIÊNCIA/MINISTRO POLACO

BOA NOITE. A POLÓNIA VAI CONCEDER CRÉDITOS COM TAXAS DE JURO RAZOÁVEIS PARA APOIAR OS PROGRAMAS DE RECONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS. ESTA

VONTADE FOI REAFIRMADA HOJE PELO MINISTRO POLACO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS WLODZIMIER CIMOSZEWICZ, À SAÍDA DA AUDIÊNCIA QUE LHE FOI CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

LEGENDAR: 1. WLODZIMIER CIMOSZEWICZ – MINISTRO NEG. ESTRANGEIROS POLÓNIA
2. GONÇALVES IHANJICA – JORNALISTA

RODAPÉ

A ANGOP CITA O MINISTRO POLACO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, WLODZIMIER CIMOSZEWICZ COMO TENDO AFIRMADO HOJE QUE O GOVERNO ANGOLANO JÁ COMEÇOU A PAGAR A DÍVIDA COM A POLÓNIA E PRESTOU 15 MILHÕES DE DÓLARES DA PRIMEIRA TRANS. OS DOIS ESTADOS ASSINARAM UM CONTRATO DO QUAL A POLÓNIA PERDOOU 60 PORCENTO DA DÍVIDA ANGOLANA. O RESTO SERÁ PAGO NUM PERÍODO DE DOIS ANOS EM QUATRO PRESTAÇÕES DE 15 MILHÕES DE DÓLARES CADA.

VT 2

MINISTRO POLACO/PESCAS

E ANTES DE DEIXAR O NOSSO PAÍS O GOVERNANTE POLACO QUE JÁ ESTÁ DE REGRESSO A VARSÓVIA, MANTEVE ENCONTROS COM OS MINISTROS DAS PESCAS E DAS OBRAS PÚBLICAS. NO DOMÍNIO PESQUEIRO A POLÓNIA VAI EM BREVE APOIAR NA FORMAÇÃO DE QUADROS E NA ÁREA DAS OBRAS PÚBLICAS VAI ENTREGAR EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

LEGENDAR: 1. SALOMÃO XIRIMBIMBI – MINISTRO DAS PESCAS
2. HIGINO CARNEIRO – MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS
3. WLODZIMIER CIMOSZEWICZ – MINISTRO NEG. ESTRANGEIROS POLÓNIA

VT 3

PARLAMENTARES/HOSPITAL/PRENDA

A CONCLUSÃO DA PRIMEIRA FASE DO PROJECTO DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL DO PRENDA ESTÁ ATRASADA. A SUA CONCLUSÃO INICIALMENTE PREVISTA PARA MAIO PRÓXIMO FOI ADIADA PARA O MÊS DE AGOSTO CASO SEJAM ENTREGUES TODOS OS EQUIPAMENTOS E A SITUAÇÃO FINANCEIRA SEJA DESBLOQUEADA. HOJE, UM GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES VISITOU AQUELA UNIDADE HOSPITALAR.

LEGENDAR: 1. JACINTO TCHIKUNGA – PACIENTE

2. RODRIGUES LEONARDO – DIR. HOSPITAL DO PRENDA

3. CÂNDIDA RODRIGUES – GRUPO MULHERES PARLAMENTARES

VT 4

FESA/DOAÇÃO/HOSPITAIS

A FESA DOOU HOJE UM LOTE DE MEDICAMENTOS E MATERIAL GASTÁVEL AO HOSPITAL JOSINA MACHEL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO SÓCIO-HUMANITÁRIO QUE ESTÁ A DESENVOLVER EM TODO O PAÍS.

LEGENDAR: 1. ANTÓNIO MAURÍCIO – VICE-PRESIDENTE DA FESA

2. KINFUMU ANTÓNIO – DIR. GERAL HOSPITAL JOSINA MACHEL

Este material demonstra como o *Telejornal*, considerado o principal produto informativo da TPA, era aberto, com raríssimas exceções, com atividades e/ou eventos que tivessem participação do PR, como é chamado o Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Na falta do PR, o privilégio seria do PM – Primeiro Ministro – ou de outros ministros e autoridades federais.

Essa regra de ouro era quebrada apenas em situações especiais, quando ocorresse algum fato de grande importância para Angola e o mundo. Esse formato editorial conferia ao *Telejornal* uma aparência oficiosa, especialmente visto por um

profissional estrangeiro, desacostumado com esse tipo de tratamento informativo, mesmo nas emissoras públicas brasileiras.

Como se vê na amostragem do primeiro bloco, os quatro VTs tratam de reportagens ligadas a eventos oficiais ou oficiosos do governo ou do Parlamento. A audiência do PR com o ministro polonês, os encontros oficiais do visitante com dois ministros de Estado, a visita de parlamentares a um hospital em obras e, por fim, uma doação da Fesa – Fundação Eduardo dos Santos – entidade criada pelo PR com fins de atendimento social, cuja atividade muitas vezes se confunde com a ação do próprio governo.

Já no processo de edição chamaram a atenção alguns detalhes que diferenciavam a forma de atuação dos jornalistas e técnicos angolanos dos brasileiros, seja por aspectos jornalísticos, editoriais ou técnicos.

1 – Cinegrafistas e repórteres não usavam o precioso recurso do TC – Time Code – o código com o tempo corrido da reportagem, que no sistema Betacam pode ser gravado automaticamente pela câmera na fita, após zerado no início da reportagem. Mesmo que a fita seja retirada e recolocada na máquina, o Time Code continua lá, invariável, facilitando o processo de decupagem e edição. Questionei os cinegrafistas, que alegavam problemas no TC das câmeras. Por esta razão, ao visualizar (decupar) as matérias, os repórteres usavam um sistema que era comum no Brasil até o início dos anos 1990, quando se trabalhava ainda com U-Matic sem o Time Code: voltar a fita e zerar a contagem de tempo, passando a anotar as informações necessárias sobre imagens e sonoras.

O problema aqui é que toda vez que é necessário retirar a fita da máquina, quando se trabalha com mais de uma fita, perde-se a contagem e é necessário fazer cálculos ou rebobinar a fita para zerá-la novamente. Ou seja, um recurso extremamente útil e prático, disponível no sistema Betacam, não era utilizado na TPA, e apesar de argumentar insistentemente sobre as vantagens do uso do TC,

poucas vezes cinegrafistas e repórteres se deram ao trabalho de gravar o Time Code e empregá-lo depois na decupagem e na edição. Certamente, uma questão cultural inerente ao modo de fazer TV em Angola.

2 – As ilhas de edição têm esse nome porque o trabalho de finalização de matérias jornalísticas necessita de um local com um certo isolamento visual e acústico, para que o editor de imagens e o editor de textos possam ter maior precisão na escolha e edição das imagens, sonoras e sons. Na TPA, as ilhas de edição eram montadas duas por vez, uma ao lado da outra, em grandes salas, sendo separadas apenas por uma divisória de madeira e de vidro com uma porta de acesso, insuficientes para isolar o áudio entre as duas ilhas instaladas em cada sala. Para chegar à ilha do fundo era necessário atravessar a primeira ilha. Geralmente, as pessoas entravam e saíam do local conversando ruidosamente e muitas vezes deixavam a porta aberta, o que servia para dispersar ainda mais a atenção e produzir mais barulho. Também aqui identifiquei um hábito cultural dos angolanos, pois apesar de insistir várias vezes sobre a necessidade de maior isolamento das ilhas, nenhuma reforma foi realizada para solucionar o problema. Como resultado, muitas reportagens apresentavam “rabichos” de áudio e/ou de vídeo, sobrando um ou mais frames (na TV, cada segundo é dividido em 30 frames) entre um corte e outro.

3 – A duração das sonoras, que na TV brasileira raramente passa dos 15 segundos, na TPA podiam chegar a 40 segundos ou até mais de um minuto. Uma eternidade, para os padrões internacionais, a não ser no caso de programas de entrevistas, talk shows ou assemelhados. Isso decorria do fato de que muitas reportagens, na verdade, não passavam de registros de declarações oficiais de autoridades ou de entrevistas, em que a equipe simplesmente depositava o microfone sobre uma mesa e gravava todo o pronunciamento. Por exagerado respeito à autoridade ou por não ter claro o momento exato do corte da sonora,

repórteres e editores de imagem tinham a tendência a deixar a entrevista fluir. Na dúvida, o melhor procedimento era deixar o entrevistado falar. Para isso também contribuiu a cultura africana da palavra livre e solta, da comunicação oral sobrepujando qualquer outra forma de manifestação. Presenciei casos em que o editor foi questionado pela chefia por ter reduzido algum pronunciamento de autoridade do governo, o que certamente também funcionava como modelo de procedimento editorial: para evitar questionamentos ou censuras dos superiores, repórteres e editores não economizavam no tempo das sonoras.

4 – Entrevistas em línguas estrangeiras não eram traduzidas pelo conteúdo principal da fala, como no Brasil, onde o repórter e/ou editor de textos inclui no off da reportagem o texto referente ao pronunciamento, limitando-se à sua essência. A tradução era literal, de acordo com o sistema europeu, em particular o português, que foi o modelo inicial para a formatação da TPA como emissora televisiva. Normalmente, um segundo locutor ou locutora – caso fosse uma entrevistada – gravava a tradução literal, que era editada tendo como fundo a sonora original em língua estrangeira. Acontecia, no entanto, que o editor de imagens inseria o texto em off com a tradução integral, tendo como imagem de cobertura o entrevistado calado, durante a gravação da reportagem, o que parecia fora de contexto. Solicitei aos repórteres e editores que só utilizassem a sonora original para cobrir o off da tradução, para evitar essa impressão de estranhamento.

5.4 – CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS

As vagas nos meios de comunicação estatal de Angola são preenchidas, oficialmente, via concurso público. Todavia, é conhecida a importância de indicações políticas na contratação, principalmente de apresentadores, locutores e jornalistas, que são os postos mais cobiçados.

De acordo com uma jornalista da TPA que pediu para não ser identificada, os candidatos às vagas de repórteres, apresentadores e editores da Direcção de Jornalismo precisam ter pelo menos o curso médio de jornalismo. Os apresentadores de programas de entretenimento não necessitam comprovar escolaridade específica. Geralmente a ligação com um determinado tema ou profissão é suficiente. Por exemplo, um artista plástico pode apresentar um programa dedicado às artes. Há misses que, ao ganharem notoriedade, conseguem convite para apresentar algum programa recreativo, ou seja, nada muito diferente do que acontece no Brasil, onde modelos ou ex-modelos também estão no vídeo como apresentadoras ou entrevistadoras.

Há em Angola três tipos de cursos para a formação de jornalistas. No Instituto Médio de Economia, o curso de Jornalismo tem duração de três anos, com aulas pela manhã. Ao final, os estudantes são considerados técnicos médios de Jornalismo. Em 2005, havia 426 alunos cursando Jornalismo. Segue abaixo o currículo de disciplinas, fornecido pelo instituto, com ortografia original:

FORMAÇÃO GERAL

- 1 Língua Portuguesa
- 2 Língua Inglesa
- 3 Matemática
- 4 História Universal
- 5 Organização do Estado Angolano
- 6 Filosofia
- 7 Introdução às Actividades Económicas
- 8 Educação Física
- 9 Informática
- 10 Demografia

11 Relações Económicas Internacionais

12 Geografia Económica

FORMAÇÃO ESPECÍFICA

13 Introdução ao Jornalismo

14 Arte e Literatura Angolana

15 História do Jornalismo Angolano

FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

16 Informação Jornalística

17 Entrevista e Reportagem

18 Artigo e Crónica

19 Agência de Notícias

20 Rádio

21 Televisão

22 Trabalho de Investigação

Em nível superior, os interessados encontram cursos de Jornalismo na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, a única pública do país, e no Instituto Superior de Ensino Privado de Angola (ISPRA), ambas criadas no início dos anos 2000. A duração é de quatro a cinco anos.

Há ainda o Cefojor – Centro de Formação de Jornalistas – instalado no centro de Luanda e mantido pelo governo, onde são organizadas palestras e cursos, que chegam a ter duração de seis a nove meses. O local, frequentado por jornalistas angolanos e de outros países de língua portuguesa, foi criado em 2002 pelo governo, “para se começar, de uma forma ordenada e programada, a suprir as grandes carências e lacunas a nível da formação dos jornalistas dos Países Africanos

de Língua Oficial Portuguesa (Palop)”, segundo o diretor da instituição, Mário Costa Dias.

Em entrevista ao site *Notícias Lusófonas*, Dias afirma que o Cefojor

(...) Não vem de forma alguma substituir a prática até esta altura mais exercida, que é a formação on-job que os órgãos de comunicação social realizam. Defendemos que os órgãos devem continuar a promover essa prática. O Cefojor está para congregar idéias mais gerais que possam consubstanciar-se em acções formativas que toquem os jornalistas de todos os órgãos. Somos, por excelência, uma escola do saber fazer por sermos um instituto técnico com áreas laboratoriais nos sectores de Rádio, Televisão e de Imprensa onde os formandos praticam a profissão em tempo real. Por isso, o nosso cartão de visitas é: Cefojor, a escola do saber fazer.¹²³

Entre os professores do Cefojor estão jornalistas ou comunicadores de origem angolana, portuguesa e também brasileiros, britânicos, namibianos e sul-africanos, estes três últimos para aprimoramento da língua inglesa. Mário Costa Dias cita o surgimento dos dois primeiros cursos universitários e ressalta que o Cefojor é utilizado pelas faculdades, para atividades práticas.

5.5 – AUTOCENSURA

A grande influência do governo no mercado de trabalho de radialistas e jornalistas, além de ligações diretas ou indiretas com instâncias do partido oficial e um sentimento de desconfiança com relação a quem quer que não seja claramente vinculado às mesmas origens ou referências políticas, faz com que a maioria dos funcionários, não só da TPA, como da Rádio Nacional e mesmo de empresas privadas de mídia, lancem mão da autocensura para evitar problemas com a chefia e

¹²³ A entrevista completa, de 4 de setembro de 2005, pode ser acessada no site www.noticiaslusofonas.com

assegurar o emprego. O rapper MC Kappa, de 24 anos, estudante de Sociologia na Universidade Agostinho Neto, única pública do país, em entrevista à jornalista Roberta Lotti, reclamou da dificuldade de ter suas músicas apresentadas nas rádios ou na TPA, pelo conteúdo crítico ao governo e à sociedade de Angola:

“As rádios não passam minhas músicas não porque não gostam ou não querem, mas sim porque o regime é fechado ao pluralismo de idéias, e os técnicos ou jornalistas que ousarem tocar correm sérios riscos de serem expulsos dos seus locais de trabalho. Este ano (2005), um técnico de som da rádio Eclésia (ligada à Igreja Católica) perdeu o emprego por tocar uma música minha.”¹²⁴

A autocensura é um elemento a se considerar em qualquer análise que se fizer de veículos públicos de comunicação, ainda mais num país como Angola, que viveu dividido pela guerra civil durante tanto tempo. A economia é de mercado, mas a política mantém resquícios da centralização do antigo regime marxista, na forma de controle severo dos quadros e das estruturas de governo.

No livro *The Right to Tell*, Alisa Clapp-Itnyre afirma que em alguns países onde existe monopólio estatal da mídia pode-se notar o “efeito Castro”: o controle do Estado é tão presente e poderoso, tão entranhado nos diversos níveis hierárquicos, que nem é necessário censurar ou perseguir os jornalistas: eles mesmos cuidam de evitar temas ou assuntos que poderiam melindrar os interesses

¹²⁴ LOTTI, ROBERTA, *Jindungo e Missangas, Sementes de Ilusão*, São Paulo, edição própria, p. 25. Na música *O Silêncio também Fala*, MC Kappa canta: “A democracia não cai do céu, corre atrás dela; o grande exemplo está aí, Nelson Mandela; Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral assim confessa a história; Obstáculos são ingredientes para a vitória” (...) “É hora de pôr fim a esse regime sinistro; Angola é um estado democrático de direito; o morador da Boa Vista é igual ao sr. Ministro; Portanto deve existir respeito”. (...) “Angolano, acorda, chora agora, ri depois; Luta em defesa dos teus direitos, manifesta a tua voz; O país não tem dono, Angola é de todos nós.” Versos assim dificilmente não seriam considerados panfletários em qualquer emissora pública.

oficiais ou das chefias. Nesse cenário, corre-se o risco de ser mais realista do que o rei.¹²⁵

No entanto, o envolvimento de jornalistas com interesses partidários ou de Estado ou pressões governamentais sobre os meios de comunicação são mais comuns do que se imagina e nem de perto exclusividade dos veículos estatais, ou manifestação tipicamente angolana, como mostram os dois exemplos a seguir, um na Argentina e outro no Brasil. Em janeiro de 2001, a *Folha do Amapá* denunciou o pagamento de valores mensais a jornalistas e políticos do estado, para que as reportagens e manifestações tivessem “um tom amistoso em relação ao poder nas matérias publicadas em seus veículos. Os envolvidos no esquema receberiam entre R\$ 300,00 e R\$ 60 mil por mês”, segundo divulgou o portal *Comunique-se* (www.comunique-se.com.br), do dia 21/01/2006.

Também o presidente argentino Néstor Kirchner é acusado pela revista *The Economist* de domesticar parte da mídia, injetando publicidade estatal nos veículos mais dóceis. Na reportagem à página 44, da edição de 14 de janeiro de 2006, a revista afirma que a maior parte das verbas publicitárias do governo vai para o grupo *Clarín*, que teria uma linha editorial pouco crítica ao governo. Até o jornal *Página12*, tradicionalmente oposicionista, teria recebido mais recursos e, segundo *The Economist*, sintomaticamente mudou a linha editorial, com reportagens mais simpáticas ao governo de Kirchner. Na Terra do Fogo, a verba publicitária governamental representaria três quartos dos recursos obtidos pela mídia da região. Na entrevista ao site Notícias Lusófonas, Mário Costa Dias, diretor do Cefojor, reconhece a grande influência – e mesmo interferência – governamental nos meios de comunicação, mas afirma que com a democratização as coisas estão mudando. A seguir, trechos da entrevista, com a grafia original:

¹²⁵ CLAPP-ITNYRE, ALISA, *The Right to Tell: The Role of Mass Media in Economic Development*, Washington, World Bank Publications, 2002, p. 158

Notícias Lusófonas – Angola, 30 anos depois. Como é que está a Imprensa angolana?

Mário Costa Dias – Estamos cada vez mais ricos em termos de maturidade dos próprios jornalistas e do ponto de vista do crescimento da ideia da existência de uma Comunicação Social responsável, profissional e isenta.

NL – Faz sentido termos hoje, num país que se diz de direito democrático, um Ministério da Comunicação Social?

MCD – Faz. É um instrumento regulador a nível da política relativamente à Comunicação social.

NL – De 1975 a 1991 fez-se Jornalismo ou propaganda?

MCD – (Risos) De 1989 a 1991 trabalhei como jornalista na Rádio Nacional de Angola. Admito que houve um controlo bastante acentuado do poder político em relação à Comunicação Social. Na altura fez-se um Jornalismo que foi mais ao encontro das preocupações e interesses do partido MPLA. Acho que qualquer partido que estivesse no lugar do MPLA procederia da mesma forma porque a situação do país exigia que as coisas assim se passassem.

NL – Está a admitir que fez propaganda?

MCD – Não é que tenha feito propaganda. Agora, o Jornalismo foi muito alimentado por aspectos propagandísticos.

NL – Ainda temos resquícios disso na Comunicação Social pública?

MCD – Acho que não. Já se passou muito tempo. Muita coisa já aconteceu no sentido de erradicar algumas práticas existentes até há 10 anos. Hoje defendo e acredito na existência de uma Comunicação Social mais actuante e responsável.

NL – Confirma que a Rádio Escola (do Cefojor) irá para o ar na altura das eleições para fazer a campanha do MPLA?

MCD – Desminto totalmente. A Rádio Escola existe como laboratório do Cefojor. É evidente que temos uma rádio com uma linha que não atende a

muitas outras questões como uma FM normal. Somos uma escola para a vida. Agora, se entraremos em cena na altura das eleições, é um pensamento errado de quem tem estado a alimentar esta informação.

5.6 – SINDICALIZAÇÃO

Os jornalistas podem se associar ao SJA – Sindicato dos Jornalistas de Angola – desde 1992. Em 2003 aconteceu uma crise na instituição, com denúncias de desvio de verbas contra a diretoria da época. Entre os dias 15 e 17 de novembro de 2004, num auditório da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, foi realizado o primeiro congresso extraordinário do Sindicato. O encontro teve a participação de 135 delegados, representando 14 províncias.

Entre as resoluções, os participantes concluíram que não ficaram comprovadas as suspeitas de desvios de fundos, e decidiram fazer campanha entre os jornalistas em atividade para ampliar o número de filiados e a regularidade do pagamento das mensalidades.

Foi elaborado um anteprojeto de Acordo Colectivo de Trabalho para a Comunicação Social Angolana e decidiu-se adotar um Código de Ética para a categoria. O Congresso Extraordinário do SJA fez ainda uma série de recomendações, elencadas abaixo, mantendo-se a grafia original:

1 – Criação de seguro de vida para os membros da classe e a procura de formas de criação de um fundo de pensões para assegurar a reforma dos jornalistas.

2 – A obrigatoriedade das empresas assumirem, na totalidade, os custos de assistência médica e medicamentosa dos jornalistas.

3 – Que o novo executivo parta para as negociações do Acordo Colectivo de Trabalho, já em posse do governo, no qual a questão salarial deve ser enquadrada no âmbito do tecto dos salários praticados na região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

4 – Recomenda que as negociações deverão ser levadas até à exaustão sem descurar a possibilidade de greve caso não se chegue a acordo.

5 – Que a cobertura das deslocações de entidades governamentais às províncias seja em exclusivo ou em colaboração feita pelos jornalistas locais. De igual modo solicita às direcções dos órgãos que seja garantida maior rotatividade nacional na indicação de jornalistas em serviço no exterior, e a uniformização dos salários dos profissionais de comunicação social em todo o país. Recomenda ainda que as direcções dos órgãos cumpram com a legislação laboral vigente e com o postulado da lei sindical.

6 – O Congresso recomenda que o executivo diligencie no sentido de que os prestadores dos serviços essenciais aos jornalistas em serviço, tais como hospitais, clínicas, agências de viagens, hotéis, serviços de viação e aviação e outros concedam tal como em outras partes do mundo descontos substanciais às suas aquisições.

7 – Também recomenda ao executivo diligências junto do governo para que futuramente sejam incluídos nas delegações das visitas de Estado jornalistas de órgãos privados.

8 – Recomenda a insistência ao governo para a criação do prêmio nacional de jornalismo com a participação do SJA e associações profissionais de classe. Exorta o executivo a continuar a trabalhar com os jornalistas no sentido de se encontrar o Dia do Jornalista Angolano.

9 – Que se trabalhe no sentido de se estabelecer o mais rapidamente possível a criação da carteira profissional do jornalista, de acordo com normas internacionais.

O texto final é assinado por João Carlos Van-Dúnem, Lucília Gouveia e Francisco Fino. A realização do Congresso foi patrocinada, entre outras empresas e instituições, pelas embaixadas do Reino Unido, de Portugal e dos Estados Unidos, pela USAID, Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), União dos Jornalistas de

Angola (UJA), Sonangol, TAAG, Endiama, Porto de Luanda e Restaurantes XL e Bom Sabor.

Além do SJA, há ainda a UJA – União dos Jornalistas Angolanos, que teria cerca de 2.500 membros, segundo o presidente da instituição, Miguel de Carvalho “Wadijimbi”. Ele diz que a UJA é uma organização independente, mas admite estreitos laços com o Ministério da Comunicação social, que facilitariam a resolução de problemas enfrentados por jornalistas.

No entanto, a União dos Jornalistas de Angola não tem a representação oficial da classe junto às empresas e ao governo, papel que cabe exclusivamente ao Sindicato. “Wadijimbi” contabiliza, desde o protocolo de Lusaka, em 1991, o desaparecimento de dez jornalistas e a morte confirmada de seis deles, dois em Uíge, dois em Huíla, um no Zaire e outro em Benguela.

Num artigo, o líder da UJA garante que Angola vive, após a guerra, um período de plena democracia, e apresenta seu conceito sobre censura:

Eu não conheço nenhum jornalista estrangeiro que tenha sido impedido de entrar no nosso país. Qualquer um tem a liberdade de solicitar entrevistas a quem quiser e pode publicar o que bem entender, sem qualquer tipo de censura. Nossa legislação permite às pessoas que se expressem livremente. A lei autoriza partidos políticos, igrejas e indivíduos a ter suas publicações. Isso não significa que tenham autorização para abrir e manter jornais ou outros tipos de mídia. (...) É errado dizer que não há liberdade de imprensa em Angola. Os jornais que circulam pelo país têm uma linha editorial e ocupam um espaço que lhes pertence. É como funciona na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na Bélgica. A imprensa é livre, porém dentro de limites impostos pela lei. Falar em liberdade total de imprensa no mundo de hoje não é algo real.

(...) Quando um profissional é contratado por uma publicação, é informado sobre a linha editorial que deverá observar. Isso é aplicado em

qualquer lugar, em Angola ou em qualquer outro país. Se alguém chama a isso de “censura”, deve entender que essa é a forma como as coisas acontecem na mídia, no mundo todo. Eu, pessoalmente, não considero isso uma forma de censura, mas respeito por um entendimento entre empregado e empregador, que pode ser tanto o Estado quanto uma empresa privada.¹²⁶

¹²⁶ O artigo completo, em inglês, pode ser acessado no site www.angola.org/referenc/uaj.htm, mantido pelo governo de Angola, sob o título *Miguel de Carvalho “Wadijimbi” talks about the Union of Angolan Journalistas, UAJ*

5 – CONCLUSÃO

Raro é o sonho que começa
e acaba na mesma noite.
A verdade não está num só,
mas em muitos sonhos.

Provérbio angolano em *Brasileiro, Brasileiros*, publicação do Museu AfroBrasil, São Paulo

O estudo de modelos de TV pública em diferentes países, da BBC à TPA, revela uma evidência: o desenvolvimento e a consolidação de um determinado modelo têm estreita e direta ligação com os fundamentos históricos e as condições sócio-econômicas e culturais de cada país.

É difícil supor que o Brasil poderia ter um modelo de TV pública como o da BBC, considerado o melhor do mundo. A reprodução de um Conselho Curador até foi possível, mas o principal sustentáculo do modelo – o financiamento através de uma taxa paga pelos telespectadores – jamais conseguiu ser implantado, a despeito da tentativa de instituir uma taxa cobrada nas contas de energia elétrica. Nos Estados Unidos, a PBS privilegia a produção independente, abrindo espaço para a descentralização da produção de conteúdo. Essas diferenças, portanto, estão vinculadas aos laços históricos, econômicos e culturais dos países.

Em Angola, dificilmente poderia ter se criado um modelo menos centralizador e estatizante de TV pública, num país que viveu sob o jugo dos portugueses durante quase 500 anos, teve que empreender uma sangrenta guerra pela independência e depois se viu engolfado num conflito interno, alimentado pela conjuntura geopolítica da Guerra Fria.

Um paralelo entre Angola e outros países cujos modelos de TV pública estudamos há pouco, em especial o Reino Unido, mostra as enormes distinções históricas, econômicas, sociais e culturais, que culminaram na consolidação de cada

uma dessas nações, influenciando também o formato de suas respectivas emissoras públicas de rádio e TV. Senão, vejamos:

No século XIII, enquanto na Inglaterra eram criadas as bases para a implantação de um regime parlamentarista, com o objetivo de limitar os poderes da realeza, no futuro território de Angola diversas etnias, organizadas em diferentes nações, viviam em aldeias de terra batida, praticando agricultura rudimentar, transmitindo seus conhecimentos exclusivamente por relatos orais, em suas línguas próprias, pois não havia escrita.

A partir do século XVIII desenvolve-se na Europa o conceito de espaço público, influenciado pelo Iluminismo e a Revolução Industrial. Na Inglaterra, cafés literários e clubes são o embrião desse espaço público, depois ampliado pelos incipientes meios de comunicação de massa. Na mesma época, em Angola, capitães-do-mato portugueses e holandeses (durante breve invasão de Luanda pela Companhia das Índias) caçavam nativos para serem enviados em navios negreiros para o trabalho escravo nos Estados Unidos, Caribe e Brasil, principalmente. É o auge do comércio escravista, que desagregava famílias e desunia etnias, algumas aliadas dos portugueses, outras vítimas dos ataques dos comerciantes de escravos. Quanto aos meios de comunicação de massa, os primeiros jornais angolanos começaram a circular precariamente apenas no século XIX: o Boletim Oficial de Angola foi criado em 1845. Jornais independentes surgiram apenas a partir de 1855.

A primeira emissora de rádio é criada em 1919 nos Estados Unidos, a Radio Corporation of América (RCA). Na Europa, a British Broadcasting Corporation (BBC), em Londres, faz as primeiras emissões em 1922, sob controle de um grupo de

empresas de telecomunicações. Em 1927, a BBC se transforma em emissora pública, com considerável nível de independência do poder. No Brasil, a primeira emissão acontece em 1922, centenário da Independência. O modelo brasileiro era semelhante ao europeu. Nas Rádio Clubes, os próprios ouvintes cuidavam da programação, sem intervalos comerciais. Em Angola, a primeira emissão radiofônica foi registrada em fevereiro de 1936, ao mesmo tempo em que, em Londres, começavam as transmissões pioneiras de TV, pela BBC.

No campo político, na década de 1920, enquanto o rádio se espalhava pelo mundo e a Europa se recuperava da Primeira Grande Guerra (1914–1918), Portugal instaurava a República e alterava a política colonial para a África, com um processo de afirmação imperial que previa a subjugação completa das colônias, entre elas Angola. É aplicado o Código de Trabalho dos Indígenas, como eram chamados os angolanos que não falavam português ou não se comportavam ou vestiam como os europeus. Centenas de milhares de angolanos eram submetidos a migrações e trabalhos “forçados”, mesmo após o fim da escravidão.

A BBC começa a enfrentar concorrência da ITV, estação comercial, em 1955. Em 1962, o relatório do Comitê Pilkington, que analisou a qualidade da programação das duas emissoras televisivas elogiou a BBC e censurou a ITV, cuja programação foi criticada por falta de qualidade. Como resultado, a BBC recebeu do governo inglês um segundo canal de TV, em 1964, que passou a operar em cores a partir de julho de 1967. O canal BBC 1 e a ITV iniciaram as transmissões em cores a partir de 1969, o ano em que a Apollo 11 chegava à Lua.

No plano geopolítico, a Guerra Fria entre Estados Unidos e Europa ocidental de um lado e a União Soviética e seus aliados da Cortina de Ferro de outro, estava no auge. Em 1961, em Angola, começa a guerra pela independência, com três grupos rebeldes atuando separadamente. A luta pela libertação de Portugal é

sangrenta, aumentando a repressão do governo colonial contra os nativos. “Nas suas solidões extensas, no seu clima variegado, na sua beleza saqueada, herdavam, os africanos, as rotas de comércio voltadas para os interesses das antigas metrópoles, as divisões administrativas européias, as técnicas, os vícios e preconceitos na administração do Estado,” diz Lincoln Secco (2005, p. 11)

Nos anos 1970 a BBC lançou a Universidade Aberta, uma série de programas educativos que em 1973 distribuiu diplomas para o público que acompanhou as vídeoaulas e teve desempenho aprovado. Em 1972, o programa *NewsRound* foi criado para ser exibido após a programação infantil, com notícias para o público adolescente. O apresentador John Craven inovou, apresentando as notícias sentado sobre a mesa e não atrás da bancada.

Enquanto isso, Portugal enfrentava a Revolução dos Cravos em abril de 1974, promovida por militares descontentes com a ditadura, a falta de prestígio das Forças Armadas e a guerra contra os movimentos africanos pela independência, àquela altura virtualmente vitoriosos, sob liderança de grupos guerrilheiros de esquerda. A independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, longe de garantir soberania à nova nação, lançou o país numa feroz guerra civil, em que o governo do marxista MPLA era combatido por dois grandes movimentos, em especial a Unita de Jonas Savimbi.

A TV angolana, criada em junho de 1973 ainda sob o controle português, refletiu a mesma situação dos demais serviços públicos de Angola, com a saída de centenas de milhares de colonizadores portugueses, que voltaram para casa depois da independência angolana. Sem suficiente mão-de-obra especializada ou ao menos treinada, as operações da TPA – Televisão Pública de Angola – não tiveram, em seu início e por um longo período de tempo, padrão internacional de qualidade. Sem editores, as reportagens chegavam a ser exibidas brutas: a fita gravada no local do evento era apresentada na íntegra.

Por outro lado, as circunstâncias históricas levaram o governo angolano do MPLA, no poder desde 1975, a criar salvaguardas, inclusive no acesso da oposição à única TV do país. O controle sempre foi grande, para que os guerrilheiros da Unita não pudessem utilizar a emissora como instrumento de divulgação do ideário anticomunista.

Neste início do século XXI, os ataques da Al Qaeda aos Estados Unidos em 9 de setembro de 2001 criaram um novo limiar na configuração geopolítica planetária. O combate ao terrorismo serve de escudo para novas guerras e invasões. No plano econômico, a globalização alcança um nível de penetração e de influência aparentemente sem volta. Nem antigos países de inspiração socialista resistem. Angola, livre da guerra civil desde a morte de Jonas Savimbi, em abril de 2002, sucumbe de vez às regras do mercado financeiro internacional.

Angola é um país que, mesmo durante a guerra civil, vinha sofrendo cada vez mais influências externas, seja com a chegada de produtos e equipamentos importados, graças à abertura da economia, seja pela entrada de informações através da TV a cabo, captada por antenas parabólicas. Havia a preocupação de que essas transformações pudessem interferir, de forma inexorável, sobre os elementos culturais locais, sendo a própria televisão um desses elementos. Portanto, havia razões de ordem cultural, econômica e política que levaram a que a TPA tivesse características bem diversas das outras TVs públicas analisadas: BBC, PBS, SWR e TV Cultura de São Paulo. Isso explica, em grande parte, porque a Televisão Pública de Angola tem um maior controle do Estado, está mais distante de seu público, utiliza em menor escala produções independentes e tem menor transparência na divulgação da sua gestão e de seu orçamento.

As circunstâncias políticas que levavam o governo angolano a restringir o acesso da oposição e da população em geral aos meios de comunicação de massa já

não existem mais. O país agora poderá ter outras emissoras de televisão, sob controle de grupos privados. Não há mais o argumento de defesa nacional para impedir a flexibilização do modelo da TPA, mais estatal do que propriamente público. Tudo indica que o início de operação de uma nova TV em Angola, já autorizada pela Assembleia Nacional através de emenda à Constituição, poderá levar a TPA – voluntária ou involuntariamente – a um aprimoramento técnico e de conteúdo, abrindo sua grade para produções independentes de qualidade e democratizando o acesso à informação. Um enorme desafio para Angola, onde apesar da união dos diversos povos africanos sob uma única bandeira, realizada a ferro e fogo pelos colonizadores portugueses, persistem diferenças culturais e sociais dentro dos limites do país.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AGUALUSA, José Eduardo. *A Minha Pátria é Uma Viagem*, in Fórum Brasil-África, Política, Cooperação e Comércio, Brasília, edição do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.
- ALEXANDRE, VALENTIM et al., coordenação. *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume X – O Império Africano (1825–1890)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- ARNAUT, Luiz e LOPES, Ana Mônica. *História da África – Uma Introdução*. Belo Horizonte, Crisálida, 2005.
- BARBEIRO, Heródoto. *Você na telinha – como usar a mídia a seu favor*. São Paulo, Futura, 2002.
- BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo. *Manual de Telejornalismo – Os Segredos da Notícia na TV*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – As Conseqüências Humanas*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.
- BEMBOM, Maria Silvia Barioni da Cunha. *Televisão Pública de Angola – TPA – Uma Análise do Modelo de Televisão Angolano*. TCC apresentado em dezembro de 2006 à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.
- BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Inglaterra, Cambridge University Press, 1987.
- BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.
- BORDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997

- BORELLI, Sílvia e PRIOLLI, Gabriel (coordenadores). *A deusa ferida – por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo, Summus Editorial, 2000.
- BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002.
- BRITTAİN, Victoria. *Death of Dignity*. Pluto Press, 1998.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- BUCCI, Eugênio. *A Tv aos 50*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.
- CARMONA, Beth e FLORA, Marcus et al. *O Desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.
- CARREIRA, Iko. *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa, Pub. D. Quixote, 1996
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in África*. São Paulo, Global Editora, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Internet e Sociedade em Rede*. In: MORAES, Denis (organizador). *Por uma outra Comunicação*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- CEBRIÁN, Juan Luis. *A rede – como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação*. São Paulo, Summus, 1998.
- CLAPP-ITNYRE, Alisa. *The Right to Tell – The Role of Mass Media in Economic Development..* Washington, World Bank Publications, 2002.
- COELHO, Pedro Motta Pinto e SARAIVA, José Flávio Sombra, organizadores. *Fórum Brasil-África – Política, cooperação e comércio*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.
- COELHO, Sebastião. *História da Informação de Angola*. Luanda, Edição do Autor, 1999.
- COLLIER, Paul. *Breaking the Conflict Trap*. World Bank Publications, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A democratização dos meios de comunicação de massa*. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

- COSTELLA, Antônio. *Comunicação, do grito ao satélite*. São Paulo, Mantiqueira, 1984.
- CROUZET, Maurice, dir. *História Geral das Civilizações, Vol. 17, A Época Contemporânea*. Rio de Janeiro, BCD União de Editoras, 1996.
- DEBRAY, Régis. *Acreditar, ver, fazer*. Bauru, Edusc, 2003.
- DOWNING, John D. H. *Radical Media*. Thousand Oaks, Califórnia-USA, Sage Publications Inc, 2000.
- EPSTEIN, Isaac. *Gramática do Poder*. São Paulo, Ática, 1994.
- FERREIRA DIAS, Ana Rosa. *O Discurso da Violência*, São Paulo, Cortez, 2003.
- FERGUSON, Brian. *The State, Identity and Violence*. Inglaterra, Routledge, 2003.
- FILHO, Ciro Marcondes. *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo, Moderna, 1993
- FILHO, Daniel. *O circo eletrônico – fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, São Paulo, Loyola, 2004.
- FRAGOSO, Cesaltina. *Vorgan – 16 anos ao serviço dos angolanos*, in Terra Angolana, maio de 1995.
- FRENCH, Howard W. *A Continent for the Taking*. New York, Vintage Books, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolo*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
- GONÇALVES, Osvaldo. *O caso de Angola*, texto avulso, Luanda, 2000.
- GUERRA, Sérgio. *Parangolá – O paradoxo da redundância*. Luanda, Edições Maianga, 2004.
- HENDERSON, Errol A. *Democracy and War – The End of a Ilusion?* Lynne Rienner Publishers, 2002.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo, Selo Negro, 2005.
- HODGES, Tony. *Angola – do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais, Principia Publicações Universitárias e Científicas, 2002.

- HODGES, Tony. *Angola – Anatomy of an Oil State*. Indiana University Press, 2001.
- HYDEN, Goran et al. *Media and Democracy in Africa*. New Jersey, Transaction Publishers, 2003.
- ILIFFE, John. *Africans, the History of a Continente*. Cambridge University Press, 1995.
- KAMABAYA, Moisés. *O Renascimento da Personalidade Africana*. Luanda, Editorial Nzila, 2003.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. *Ébano – Febre Africana*. Luanda, Editora e Livraria Caxinde, 2001.
- KARAM, Tanius, organizador. *Media and the Challenge of Globalisation*. Genebra, Union Catholique Internationale de la Presse, 2002.
- KARAN, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo, Summus, 1997.
- KI ZERBO, JOSEPH, *História da África Negra*, Vol. II, 2ª edição, Publicações Europa-América, 1991
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo – o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo, Geração Editorial, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo, Perseu Abramo, 1998.
- KRAPIVINE. *Os Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista*. Moscou, Editora Novosti, sem data.
- LEAL FILHO, Laurindo. *A TV Pública*. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. *Atrás das Câmeras*. São Paulo, Summus, 1988.
- _____. *A melhor TV do mundo – o modelo britânico de televisão*. São Paulo, Summus, 1997.
- _____. *A comunicação como elemento de poder e dominação*. Palestra do autor no 20º Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de

Comunicação de São Paulo, realizado no município de São Pedro, de 25 a 28 de agosto de 2005.

LINDER, Laura. *Public Access Television*. Westport, Connecticut, Praeger, 1999.

LONZA, Furio. *Máquina de fazer doidos*. São Paulo, Matrix, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo, Loyola, 1990.

LOPO, Júlio de Castro. *Para uma História do Jornalismo de Angola*. Luanda, Editora Museu de Angola, 1952.

LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África – Uma História de suas Transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul E. *Transformations on Slavery*. Inglaterra, Cambridge University Press, 1983.

LUNDAHL, Mats. *From Crisis to Growth in Africa?* Inglaterra, Routledge. 2001.

MACCHESNEY, Robert W. *Rich Media, Poor Democracy*. New York, The New Press, 2000.

MARQUES, A. H. *História de Portugal Volume III – das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Editorial Presença, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira, coordenação. *Nova História da Expansão Portuguesa – Volume XI – O Império Africano (1890–1930)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2ª edição, 2003.

_____. *Os Exercícios do Ver*. São Paulo, Editora Senac, 2004.

_____. *Globalização Comunicacional e Transformação Cultural*.

In: MORAES, Denis (organizador). *Por uma outra Comunicação*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MATTELART, Armand e Michele. *História das Teorias da Comunicação*, São Paulo, Loyola, 2003.

- MATUMONA, Muanamosi. *Jornalismo Angolano – Histórias, desafios e expectativas*. Uíge, Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíge (Sedipu), 2002.
- MCEVEDY, Colin. *The Penguin Atlas of African History*. Londres, Penguin Books, 1995.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- MORAES, Denis (org). *Por uma Outra Comunicação*. Record, Rio de Janeiro, 2003.
- MORAIS, Fernando. *A Ilha – um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em “tempo real” – o fetiche da velocidade*. Editora Revan, 2002.
- MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem Feita*, Rio de Janeiro, Bertrand, 2000.
- MUSUKUMA, John. *Who’s Who in Southern África Broadcasting*. Randburg, África do Sul, Southern African Broadcasting Association (SABA), 2003.
- NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo, Geração Editorial, 3ª edição.
- NORDSTROM, Carolyn. *Shadows of War*. University of Califórnia Press, 2004.
- NOVAES, Adauto. *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.
- OJO, Tokunbo. *Educational Dimensions of Television in the Post-Colonial African States*, artigo s/ data localizado no seguinte endereço da internet:
<http://cms.mit.edu/mit3/papers/ojo.pdf>
- PAIVA, Raquel (organizadora). *Ética, cidadania e imprensa*. Editora Mauad, 2002.
- PARIS, Roland. *At War’s End*. Cambridge University Press, 2004.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A Construção do Discurso de Sedução em um Jornal Sensacionalista*, São Paulo, AnnaBlume, 2001.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*, São Paulo, Hacker, 2002.

- PORTÃO, Ramão Gomes. *Criminologia da Comunicação*. São Paulo, Traço Editora, 1980.
- RICHANI, Nazih. *Systems of Violence*. Suny Press, 2002.
- RODRIGUES, Aryon. *A Originalidade das Línguas Indígenas Brasileiras*, in Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico.
- ROTHCHILD, Donald. *Managing Ethnic Conflict in África*. Brookings Institution Press, 1997.
- ROUX, A. P. e COETZEE, P. H. *The African Philosophy Reader*. Inglaterra, Editora Routledge, 2003.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2004.
- SILVERSTONE, Roger. *Por Que Estudar a Mídia?*. Edições Loyola, São Paulo, 2002.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As Notícias e os seus Efeitos*. Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 1999.
- STEDMAN, John Stephen. *Ending Civil Wars*. Boulder, Lynne Rienner Publisher, 2002.
- THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. Polis, São Paulo, 1980.
- VASCONCELOS, Sílvia Inês C.C. de (organizadora). *Os Discursos Jornalísticos*, Itajaí, Editora da Univali, 1999.
- WALKER, John Frederick. *A Certain Curve of Horn*. Grove Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Para abrir as Ciências Sociais*, Lisboa, Europa-América, 1996.
- WELLS, Spencer. *The Journey of Man, A Genetic Odissey*. Princeton University Press, 2002.
- WOLF, Eric R. *Europe and the People Without History*. University of California Press, 1982.
- Relatório do Banco Mundial, *Angola at a Glance*, 2004
- The New York Times*, edição de 15 de dezembro de 1999

TVRadioWorld, www.tvradioworld.com/region3/agl/

United States Library of Congress Country Studies – Angola, fevereiro de 1989

www.angolapress-angop.ao/

www.freemedia.at/wpfr/Africa/angola.htm

www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br

ANEXO

SUGESTÕES DE PROJECTOS PARA A TPA

Documento apresentado à direcção da TPA com recomendações técnicas, redigido com ortografia corrente em Angola.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O período compreendido entre 2005 e 2007 será de fundamental importância para Angola, seja para seu povo, seja para os projectos e planos governamentais. E como a comunicação social é elemento central de qualquer projecto dessa natureza, apresentamos o presente relatório, com propostas para o Departamento de Informação da TPA.

O horizonte que se descortina nos próximos dois ou três anos – período em que ficarão marcados os 30 anos de Independência e de fundação da TPA, as eleições legislativas e presidenciais e a consolidação do processo de paz, da democracia e da reconciliação nacional – justifica a tomada da decisão política de dotar Angola de uma TV Pública de nível internacional.

Quanto maior a qualidade e a credibilidade da TV Pública que se oferecer aos angolanos, maior e melhor será o retorno de audiência e o *feed back*. Com a massificação das antenas parabólicas, o desafio da TPA nos próximos anos será enfrentar uma competição crescente com as emissoras internacionais, entre o público que tem ou terá acesso à TV por assinatura.

Para além disso, tem ainda a Televisão Pública de Angola que assegurar o compromisso de levar, aos pontos mais remotos do país, a informação que pode garantir a integração popular em torno de um projecto político, permitindo ao Governo concluir sua tarefa de reforma do Estado, modernização da economia, combate à pobreza, reconstrução das infra-estruturas e unificação nacional.

As propostas e sugestões contidas neste relatório levam em conta padrões internacionais de qualidade e procedimentos, adoptados em emissoras públicas e privadas do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa. São ferramentas para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços informativos, especialmente no campo das TVs públicas, que necessitam do reconhecimento da credibilidade para garantir o retorno de audiência que almejam. Essas medidas podem ser adoptadas em pacotes, de acordo com um planeamento de acção e investimentos, a ser determinado pela Direcção da TPA, a quem entregamos o documento para análise.

INFORMATIZAÇÃO DA REDACÇÃO

No início dos anos 1990, a introdução de softwares e sistemas para edição de telejornais revolucionou a forma de se trabalhar nas redacções das emissoras de televisão, em todo o mundo. Tive a oportunidade de utilizar pela primeira vez um desses sistemas em 1995, na TV Cultura de São Paulo, quando as velhas máquinas de escrever foram substituídas pelos computadores.

Um galpão que servia de oficina foi reformado e adaptado para receber a nova redacção, com dezenas de computadores de mesma marca e modelo, ligados em rede e rodando uma geração do sistema AP-ENPS (www.enps.com).

Esses sistemas de edição agilizam o trabalho, pois permitem que os próprios repórteres e/ou editores de textos insiram no pré-espelho ou no espelho os textos de leads e os créditos com informações ou nomes dos entrevistados, utilizando um dos terminais disponíveis.

Em seguida, o editor executivo ou editor chefe acessa a lauda e faz as alterações que considerar necessárias.

O software permite controlo total de todas as operações realizadas no alinhamento do telejornal, uma vez que o nome da última pessoa a fazer modificações fica

gravado na lauda ou na retranca. Cada usuário tem um login e uma senha, que utiliza sempre que entra no sistema.

Além disso, o acesso é oferecido em diferentes níveis: o repórter só pode abrir uma lauda e escrever; o editor de textos pode criar uma lauda nova e escrever; o editor executivo ou o editor chefe e eventualmente o realizador podem fazer tudo isso e ainda eliminar ou mudar as retranscas de lugar, travar os alinhamentos quando o jornal vai ser exibido, entre outras operações.

Com a implantação de um sistema desse tipo, os profissionais com acesso ao software podem acompanhar o que está sendo feito, quem está fazendo o quê, e podem ainda colaborar, trocando informações com os colegas ou com as chefias, através de correios pela intranet.

O editor chefe não fica retido horas preciosas diante de um computador escrevendo os leads e as legendas deixados pelos repórteres: ele ganha mobilidade e tempo para acompanhar de perto os preparativos do telejornal, atualizar as informações através de consultas à Internet, podendo inclusive verificar o andamento da edição das matérias. O trabalho editorial ganha densidade e qualidade.

Durante a exibição do produto final, o editor executivo e o realizador, no *switcher*, podem acrescentar informações de última hora e alterar a ordem das laudas, tornando mais segura a operação.

Por essa razão, a informatização das redacções do Departamento de Informação da TPA é a primeira recomendação deste relatório. O sistema a ser implantado, seja da ENPS ou de qualquer outro fornecedor, deve preferencialmente prover a TV dos seguintes requisitos:

- Diferentes níveis de acesso e segurança, através de login e senhas monitoradas
- Directórios para cada telejornal
- Gavetas para redacção de Offs em cada directório

- Gavetas para pautas e/ou sugestões de pautas em cada directório
- Inserção automática dos textos no teleprompter (TP), com atualizações instantâneas
- Intranet para comunicação entre os jornalistas

EDITOR DE TEXTOS E PAUTA

O modelo de produção jornalística brasileiro, bem como o norte-americano e o europeu, inclui a figura do editor de textos, que trabalha em conjunto com o repórter. Uma das funções do editor de textos é fazer a comunicação com o repórter, acompanhando o desenrolar da reportagem, fornecendo informações e também recebendo solicitações, como o pedido de imagens de arquivo. Por outro lado, o editor de textos, estando informado sobre o assunto em pauta mas guardando distância dele, ajuda a dar equilíbrio à reportagem, uma vez que o repórter, que teve contacto directo com o facto, pode sobrevalorizar alguns aspectos da cobertura.

Cada telejornal da TPA poderia ter, inicialmente, pelo menos dois editores de textos, que trabalhariam sob orientação do editor executivo ou do editor chefe. Isso daria um maior controlo sobre a qualidade dos textos e das matérias editadas. Eles fechariam os Offs com os repórteres e acompanhariam a edição junto aos editores de imagens. Os editores de texto seriam seleccionados entre os repórteres com melhor texto e boa experiência.

Por outro lado, seria importante o fortalecimento do setor de pauta, que levantaria informações para serem incluídas em propostas diárias de assuntos, a serem fornecidas aos repórteres, com a sugestão de abordagem de cada matéria, horários, endereços, nomes e telefones das fontes e entrevistados.

Atualmente, o setor de Informação da TPA, predominantemente, atende a solicitações externas de cobertura de eventos, oficiais ou não, de órgãos do

Governo, instituições e organizações nacionais e internacionais. Com a pauta em pleno funcionamento, boa parte da produção seria decidida de dentro para fora, de acordo, evidentemente, com a orientação editorial e política da casa.

No entanto, para que esse sistema pudesse funcionar, haveria a necessidade de um maior número de equipamentos de externa (câmeras, tripés, iluminadores, etc) e também de viaturas, que teriam disponibilidade para ficar à disposição da equipa de reportagem durante todo o processo de produção da matéria.

A capacidade de realizar pautas com duas ou três marcações daria ao Departamento de Informação da TPA a possibilidade de abordar temas tratados em seminários, workshops e palestras, em que as imagens e as entrevistas colhidas nesses eventos seriam apenas parte da reportagem. Esse formato, para além de tratar os assuntos de forma mais abrangente, criativa e interessante, torna-se um importante instrumento para reforçar a credibilidade do jornalismo da emissora, aproximando-o do seu público telespectador, que é o objectivo final de qualquer empresa de comunicação, pública ou privada.

COORDENAÇÃO DE REDE

Os Gabinetes de Correspondência da TPA enviam periodicamente reportagens que são utilizadas nos jornais da tarde e da noite. Esse material informativo poderia ser produzido, pelo menos em parte, sob orientação dos editores dos jornais.

E essa orientação seria passada para as províncias através de um profissional que teria a função de Coordenador de Rede, em contato permanente através do telefone e/ou e-mail. É ele quem verificaria com os gabinetes qual o material a ser enviado e, por outro lado, faria os pedidos de pauta, de acordo com as necessidades dos jornais produzidos em Luanda.

Por exemplo, repercussões, nas províncias, de medidas de carácter nacional, ou reportagens sobre temas gerais, que podem ser feitas em qualquer parte do país,

não necessariamente na capital, como educação infantil, saúde da mulher, combate ao paludismo, etc.

Para além disso, seria fundamental ainda padronizar, pelo nível mais elevado, o trabalho jornalístico dos correspondentes provinciais, seja no âmbito da redacção e do tratamento das notícias, seja no que toca às questões operacionais, como o treinamento dos cinegrafistas e técnicos.

ALTERAÇÕES NA GRELHA DE PROGRAMAÇÃO

Ecos & Factos e *Telejornal* são dois produtos estanques, que raramente comunicam-se entre si, através da utilização mútua de material informativo. O *Ecos* é um produto que trata mais de comportamento social, de assuntos mais próximos do cidadão. O *Telejornal* é sério, oficioso. No entanto, o *Telejornal* poderia incluir em seu alinhamento versões reeditadas das melhores reportagens do *Ecos*, além de um compacto com notícias das províncias, cobrindo uma maior parcela do país no mesmo espaço de tempo.

Nesse caso, seria recomendável antecipar a entrada do *Ecos & Factos*, deslocando-o das 19 para 17 ou no máximo 18 horas, criando um intervalo maior de programação entre ambos.

Com isso, o *Telejornal* ganharia um maior volume de informação, uma maior diversidade de temas, aproximando-se mais do cidadão comum, que raramente se vê retratado no principal produto informativo da TPA. Não se trata de deixar de cobrir as atividades do Governo e de outras instituições, mas direccionar a cobertura para uma abordagem editorial que leve em conta também o ponto de vista do telespectador. Esse factor, da identidade do público com o produto, é um dos pontos básicos que explicam o sucesso de telejornais como o Jornal Nacional, o Jornal da Record e o Fala Brasil, com seus alinhamentos plurais, que procuram cobrir todos os campos de interesse da sociedade nacional.

Outra proposta de modificação na grelha seria a extinção de um dos jornais da noite (*O Jornal Dois* ou o *Notícias da Noite*), substituindo-o por um novo produto, com perfil de *soft news*. Do volume de material informativo que a TPA recebe através da CFI, RTP, Globo e CNN, diariamente, boa parte não tem qualquer aproveitamento, por falta de interesse editorial dos telejornais noticiosos.

No entanto, informações sobre avanços tecnológicos, médicos ou sociais e defesa do ambiente, seja em África ou em outras partes do mundo, sempre despertam o interesse dos telespectadores, principalmente em final de noite, quando os assuntos mais amenos são preferidos. O novo produto poderia ter um compacto com as principais notícias nacionais, outro compacto com as principais notícias internacionais, e os assuntos mais interessantes seriam tratados em matérias variadas. Parte desse material poderia ser reciclado e utilizado no dia seguinte pelo *Notícias da Tarde*.

E o jornal nocturno que permanecesse na grelha teria sua produção reforçada, para ampliar a qualidade e a precisão das últimas informações do dia para os telespectadores da TPA.

AVALIAÇÃO DOS TELEJORNAIS

As equipas que participam dos telejornais da TPA podem e devem reunir-se periodicamente para avaliação do produto em que estão a trabalhar. O ideal seria que essa avaliação ocorresse diariamente, no entanto ela pode acontecer sempre que necessário, ou no mínimo semanalmente.

A experiência das reuniões de avaliação mostra que os profissionais se tornam mais comprometidos com o próprio trabalho, o que termina produzindo um efeito cumulativo bastante benéfico para o nível de qualidade geral dos jornais. Mesmo não tendo a TPA o parâmetro da concorrência, como acontece no campo das emissoras de rádio e dos jornais impressos, o padrão de qualidade internacional,

que se vê nas emissoras captadas em Angola, torna-se automaticamente na referência a ser buscada pelas equipas de jornalistas.

SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

O uso do *time code*, o contador de tempo que é gravado magneticamente nas fitas Betacam pelas câmeras de vídeo, foi um dos avanços da tecnologia broadcasting internacional, nos últimos 15 anos.

No entanto, curiosamente, esse recurso de tamanha utilidade não é utilizado no sector de Informação da TPA. Os cinegrafistas ou operadores de câmara não zeram o contador do TC quando iniciam a gravação.

Como consequência, os repórteres e editores de imagens utilizam-se do LTC, a contagem que é feita rebobinando-se a fita na máquina de visionamento ou edição, zerando-se a partir do início. Se a fita precisa ser tirada da máquina para ser substituída por outra, perde-se a contagem e é preciso rebobiná-la novamente, zerando a contagem.

Percebi que os editores de imagens têm uma razão plausível para isso: as máquinas de edição estão desgastadas pelo uso, e a marcação do ponto de edição exige esforços bem acima do normal, mesmo assim nem sempre bem sucedidos. Para simplificar, os editores zeram a contagem do LTC e acionam o Edit, a máquina entende que o zero é o ponto de marcação e faz a edição.

Cheguei à conclusão de que esse hábito só poderá mudar quando os equipamentos de edição forem substituídos por novos. Um investimento absolutamente necessário para aumentar a qualidade dos telejornais da TPA. Os editores de imagens passariam novamente a usar os botões para marcar o kill (ponto de edição), e o uso do *Time Code* agilizaria o trabalho tanto de repórteres quanto de editores, ampliando a gama de recursos para contagem de tempo, sonorização e cobertura

de imagens. Um ganho qualitativo significativo, com base num simples detalhe de operação.

Mas para isso seria necessário também cobrar dos operadores de câmara que passassem a zerar o contador de TC, a cada vez que comesçassem a gravar algum material. Trata-se aí de uma mudança cultural, que exigiria a intervenção das chefias. Esse procedimento (zerar o TC no início das gravações) é padrão mundial nas emissoras de televisão, e não há nenhuma razão aparente para não ser seguido na TPA.

REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS ILHAS DE EDIÇÃO

Como o prédio ocupado pela Televisão Pública de Angola não foi projectado para abrigar uma emissora de TV, existem problemas estruturais que prejudicam o bom funcionamento dos serviços de edição.

As ilhas de edição têm esse nome porque lembram – ou deveriam lembrar – um ambiente em que os editores, tanto de texto como de imagens, possam trabalhar com privacidade e silêncio, sendo assim capazes de notar e utilizar sutilezas de cada material, enriquecendo as edições. Um som ambiente destacado, uma fala curta mas fundamental, uma informação importante, tudo aquilo que faz a diferença entre uma reportagem comum e outra com qualidade, perde-se diariamente nas edições porque as ilhas da TPA são devassadas, as pessoas têm que passar por uma para chegar à outra, as portas ficam abertas, e o barulho atrapalha o trabalho dos profissionais da edição.

Portanto, em relação ao processo de edição, que dá o formato final dos telejornais que são exibidos pela TPA, ou seja, refletem o nível de qualidade da emissora, sugerimos as seguintes acções:

- Substituição dos equipamentos de edição

- Substituição das fitas de reportagem e de edição, o que já vem sendo feito paulatinamente
- Ampliação do número de ilhas de quatro para seis, aumentando a capacidade operacional e ainda facilitando aos repórteres o acto de visionar suas fitas para a produção de textos e consequente edição.
- Reforma ou transferência do setor de edição, transformando as ilhas em baias isoladas, com acesso restrito aos profissionais dos programas informativos.

Luanda, dezembro de 2004

A. Marcos de Guide